



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CRÍSTHENES FABIANE DE ARAÚJO SILVA

**GÊNERO, EMPODERAMENTO E AUTONOMIA: A PERCEPÇÃO DAS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM
MACEIÓ-AL**

Campina Grande - PB

2016

CRÍSTHENES FABIANE DE ARAÚJO SILVA

**GÊNERO, EMPODERAMENTO E AUTONOMIA: A PERCEPÇÃO DAS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM
MACEIÓ-AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob orientação do Prof.Dr. Jesus Izquierdo.

Campina Grande - PB

2016

CRÍSTHENES FABIANE DE ARAÚJO SILVA

**GÊNERO, EMPODERAMENTO E AUTONOMIA: A PERCEPÇÃO DAS
MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM
MACEIÓ-AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais sob orientação do Prof.Dr. Jesus Izquierdo.

Orientador: Dr.Jesus Izquierdo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jose Maria de Jesus Izquierdo(PPGCS-UFCG)

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Junior(PPGCS-UFCG)
Examinador

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento (PPGS-UFPB)
Examinador externo

CONCEITO FINAL: _____

Campina Grande,_____, de _____de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que todos os dias lutam por igualdade em todo o mundo. E com sua força e persistência conseguem transformações tão importantes e que servem de exemplo e inspiração em busca de uma sociedade com mais equidade de gênero.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram a seguir esta trajetória muitas vezes tão solitária e difícil, mas tão gratificante.

Ao meu companheiro de dias e vida Marcus Vinicius. Aos meus pais e irmão e sobrinhos que me incentivaram a todo tempo.

AGRADECIMENTOS

Todos os meus agradecimentos são direcionados as pessoas e divindades que me guiaram durante todo este percurso.

Agradeço aos colegas de sala e professores por partilharem discussões, amadurecimentos teóricos e experiências de vida o que foi de grande valia para a construção deste trabalho.

Nesta caminhada tantas vezes solitária, outras surpresas me foram dadas, amizade, generosidade, companheirismo, paciência e compreensão marcaram também essa experiência.

Aos amigos e amigas, Eden de Lima, Paulo Holanda, Mary Ellen, Anderson Cardozo, Francisco Augusto, Lígia Coeli, Claudia de Jesus e Maria Assunção por sempre estarem dispostos a me agüentar em momentos tensos e também de desabafo.

Agradeço amiga Laisa Daniella pela força, puxões de orelhas, conselhos e direcionamentos, irmandade que foram um presente.

Ao amigo e irmão Claudio Gomes que, sempre me serviu de esteio e apoio sendo em muitos momentos o que não me fez desistir de seguir a vida acadêmica, esta tão cheia de incertezas, insegurança.

Ao meu orientador e amigo Jesus Izquierdo por sua generosidade que me ensinou tanto como profissional e como pessoa e que é uma das inspirações que tenho de profissional a ser seguido.

Aos professores que compõem a banca deste trabalho os quais tenho grande admiração, Pedro Nascimento e Ronaldo Sales pela atenção e contribuição para o melhoramento da produção.

Ao coordenador do Programa Bolsa Família em Maceió, Daniel Cavalcanti e sua equipe que sempre se dispuseram a colaborar de forma generosa com a construção deste trabalho.

Agradeço a CAPES por tornar viável a pesquisa oferecendo ajuda nos custos deste trabalho e em todo aperfeiçoamento profissional.

A todas as mulheres entrevistadas que partilharam de suas vidas, esperanças e angústias e que sem elas este trabalho não poderia ter sido realizado.

“Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista”

A Carta Política, lançada pelo Círculo da Mulher em Paris, em 1976

RESUMO

As políticas sociais de transferência de renda quase sempre focam suas ações na família, e fazem da mulher beneficiária prioritária. Na tentativa de compreender possíveis impactos dessas ações na vida das pessoas, este trabalho problematiza a relação entre o Programa Bolsa Família, como política pública de transferência de renda, e em especial seus efeitos sobre o empoderamento e ou autonomia na vida das mulheres. Dentro desta perspectiva, buscamos através de mulheres beneficiárias do Bolsa Família, apreender suas percepções sobre possíveis mudanças individuais e coletivas com o recebimento dos recursos do Programa. Para tanto, faremos uso do método qualitativo, ao passo que utilizaremos como dados secundários as bases de dados do Cadastro Único para programas sociais. Em consonância com esses métodos foi realizado o cruzamento destes dados com as informações obtidas com mulheres do Programa Bolsa Família em Maceió. Nas análises realizadas verificamos que o processo de empoderamento das mulheres pobres significa um passo importante na promoção de mudanças das relações sociais e de gênero e que, ao mesmo tempo, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento e elevação da dignidade familiar e comunitária.

Palavras-chave: políticas públicas, Programa Bolsa Família, empoderamento, autonomia, gênero.

ABSTRACT

Social policies of income transfer almost always focus their actions in the family, and make a priority recipient woman. In trying to understand possible impacts of these actions on people's lives, this paper discusses the relationship between the Bolsa Família Program, a public policy of income transfer, and in particular its effects on the empowerment and autonomy of the lives of women. From this perspective, we seek through women beneficiaries of the Bolsa Família, seize their perceptions of possible individual and collective changes with the receipt of program resources. Therefore, we will use the qualitative method, whereas we use as secondary data the Single Registry databases for social programs. In line with these methods was carried out cross-checking those data with the information obtained from women's Bolsa Família Program in Maceio. In the analyzes we find that the process of empowerment of poor women is an important step in promoting changes in social and gender relations and at the same time, it contributes significantly to the development and elevation of family and community dignity. Social policies of income transfer almost always focus their actions in the family, and make a priority recipient woman. In trying to understand possible impacts of these actions on people's lives, this paper discusses the relationship between the Bolsa Família Program, a public policy of income transfer, and in particular its effects on the empowerment and autonomy of the lives of women. From this perspective, we seek through women beneficiaries of the Bolsa Família, seize their perceptions of possible individual and collective changes with the receipt of program resources. Therefore, we will use the qualitative method, whereas we use as secondary data the Single Registry databases for social programs. In line with these methods was carried out cross-checking those data with the information obtained from women's Bolsa Família Program in Maceio. In the analyzes we find that the process of empowerment of poor women is an important step in promoting changes in social and gender relations and at the same time, it contributes significantly to the development and elevation of family and community dignity.

Keywords: public policies, Bolsa Família Program, empowerment, autonomy, gender.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPOCS – Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

BSM – Brasil Sem Miséria

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipais

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

NIS – Número de Identificação Social

PBF - Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programa de Geração de Renda Mínima

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PTR – Programas de Transferência de Renda

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Informações da quantidade de domicílios particulares urbanos com transversalidade de gênero responsável pelo domicílio.....	83
QUADRO 2 - Estado civil e ocupação das mulheres entrevistadas.....	106
QUADRO3 - Variação do benefício Médio do Bolsa Família.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Pobreza extrema no Brasil.....	65
GRÁFICO 2- Distribuição de Renda.....	81
GRÁFICO 3- Escolaridade das mulheres entrevistadas.....	90
GRÁFICO 4- Ocupações das entrevistadas.....	96
GRÁFICO 5- Proporção de mulheres de 15 anos ou mais com pelo menos um filho.....	98
GRÁFICO 6- Ocupação das mulheres no Brasil.....	100
GRÁFICO 7- Número de filhos das mulheres beneficiárias do PBF em Maceió.....	101
GRÁFICO 8- Estado civil das entrevistadas.....	122

LISTA DE MAPAS

MAPA 1- Regiões administrativas de Maceió.....	93
MAPA 2- Proporção dos domicílios com responsável do sexo feminino	99

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Indicadores de renda nordestinos	82
TABELA 2- Faixa etária das mulheres entrevistadas.....	89
TABELA 3- Relação entre escolaridade e ocupação das entrevistadas.....	90
TABELA 4- Distribuição de beneficiários por baixo e região administrativa..	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Formação do capitalismo e a construção das políticas sociais no Brasil.....	19
Amostragem.....	25
Procedimentos metodológicos	27
CAPÍTULO 1- Gênero, empoderamento e autonomia: um estudo sobre a representação a mulher no Programa Bolsa Família	30
1.1 Breve Histórico do Movimento feminista.....	31
1.2 O movimento Feminista no Brasil e o uso do gênero como categoria de análise.....	37
1.3 O empoderamento: conceitos e noções.....	42
1.3.1 Os estudos feministas e o empoderamento	46
1.3.2 Empoderamento como categoria analítica nas relações de poder	48
1.4 Reflexões sobre a autonomia de mulheres a partir PBF	52
1.4.1 Breves definições sobre autonomia	52
1.4.2 Reflexão sobre autonomia em mulheres beneficiaria do PBF.....	54
1.5 - Percursos e Percalços Metodológicos.....	56
CAPÍTULO 2 - O Programa Bolsa Família	61
2.1 – Breve Histórico dos Programas Sociais na América Latina e no Brasil	61
2.1.1 - Reconstrução histórica do Programa Bolsa Família	69
2.2 - Os Fundamentos e a mecânica de funcionamento do PBF	76
2.3 - O PBF e a agenda de debates em torno das políticas públicas de transferência de renda	79
CAPÍTULO 3 - O Programa Bolsa Família em Maceió/AL: a realidade do campo de pesquisa	83
3.1– Incursões no campo	91
3.2 O perfil social das mulheres entrevistadas	92
3.3- Reflexões acerca de alguns “mitos” sobre o Bolsa Família e os Programas de Transferência de Renda	97

3.3.1- O Programa Bolsa Família gera acomodação	97
3.3.2 - O Bolsa Família estimula os pobres a ter mais Filhos.....	100
CAPÍTULO 4 - Narrativas e percepções das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Maceió/AL	105
4.1 A mulher como titular do PBF: Reflexões sobre seus papéis sociais e de gênero.	106
4.2- A destinação dos recursos	115
4.3- Poder de decisão sobre o recurso recebido	117
4.4-Segurança financeira	118
4.5- Sobre as condicionalidades	120
4.6- Poder de compra	123
4.7- Mudanças percebidas pelas mulheres entrevistadas após o recebimento dos recursos do PBF	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que apresenta elevados índices de pobreza e desigualdade social no que tange a distribuição de renda. Boa parte dos brasileiros ainda não tem acesso a direitos básicos essenciais como saúde, educação, moradia e assistência social¹. Todas essas manifestações de carência e exclusão social, em certa medida não somente são retratos da sociedade atual, mas a concreção de uma herança histórica secular.

Diversos autores como o historiador e sociólogo Sérgio Buarque de Holanda em sua obra, "Raízes do Brasil"(1936),Caio Prado Júnior em a "Formação do Brasil Contemporâneo"(1942), abordam aspectos centrais nas raízes da formação histórica da cultura brasileira. Tantos outros enveredam por essa vertente apontando e reconstruindo as possíveis bases da realidade socioeconômica do Brasil, entre eles podemos destacar Gilberto Freire, em "Casa-Grande & Senzala"(1933) e Darcy Ribeiro com "O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil" (1995) que buscam compreender as razões que levaram este povo a diferenças sociais tão profundas no processo de formação nacional.

De acordo com Silva e Silva (2010) identifica-se um consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos, que a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo, apesar do declínio nesse índice que se vem registrando.

Quando comparamos o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, podemos observar grandes disparidades entre os vários Estados e as regiões. Em dados de 2010, Alagoas ocupava o 27º lugar (0,677) em relação ao Distrito Federal que é visto no topo da lista. É importante salientar que o IDH utiliza de parâmetros preponderantes em sua análise, como conhecimento

¹ Conferir mais sobre o assunto, em autores como; CASTELS, 1999; SPOSATI, 1999, KOWARICK, 1999.

(obtido por meio da média de anos de estudo da população adulta e o número esperado de anos de estudos); saúde (medido pela esperança de vida ao nascer); e renda (Renda Nacional Bruta per capita), que considera a paridade de poder de compra dos habitantes. Embora se perceba que na Região Nordeste se encontra os piores índices de pobreza e desigualdades sociais, esta característica também está presente em todo território brasileiro.

Segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 2010 o Brasil reduziu a pobreza extrema e a fome a um sétimo do nível registrado em 1990, passando de 25,5% para 3,5 % em 2012², avanços que também podem ser vistos nas taxas de analfabetismo. Essas mudanças, segundo o IDH³ (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro) do ano de 2013, estão relacionadas a transferências de renda condicionadas e investimentos na saúde. Outro fator importante apontado pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) é a valorização do salário mínimo, que com os reajustes anuais afeta diretamente a classe trabalhadora e serve de base para o reajuste do Bolsa Família. São aumentos relacionais que acompanham os números da taxa de inflação visando garantir que o brasileiro não perca poder de compra.

O IDHM medido no Brasil em 2010 foi de 0,7271. O setor que mais apresentou avanços em percentuais foi a educação, com indicadores medindo o melhor desempenho no período entre 1991 e 2010, com índice de 128,3%, tendo crescido 63,4% entre 1991 a 2000, e 39,7% entre 2000 e 2010.

O Nordeste pode ser apontado como uma das regiões do Brasil que historicamente tem concentrado os maiores índices de pobreza. Contudo, em decorrência dos programas de transferência de renda, podemos afirmar que os indicadores estão mudando. De fato, no período de 2000 a 2010 cerca de 61% dos municípios da Região Nordeste encontravam-se na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano, e boa parte das cidades também apresentam elevado avanço do IDHM Longevidade, tendo destaque para os municípios do

² <http://www.pnud.org.br/odm1.aspx>

³ O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda. Ver em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/

norte da Bahia, centro-sul do Piauí e todo o Estado de Alagoas (Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2010).

Observando o cenário anteriormente traçado destaca-se a assimetria na distribuição de renda e de oportunidades entre homens e mulheres. Desde a perspectiva de gênero, essa assimetria alcança níveis de iniquidade surpreendentes. Embora nas últimas décadas a mulher tenha conquistado maiores espaços de atuação na esfera pública e no mercado de trabalho, a concentração de renda e a ocupação de espaços nas esferas de poder ainda estão fortemente relacionadas aos homens. O que está fortemente revelado nos dados da pesquisa *Estatísticas de Gênero 2014*, do IBGE, que demonstra que a renda média das mulheres brasileiras corresponde cerca de 68% da renda média dos homens.

Este processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho disputando igualdade salarial e cargos de liderança vêm se consolidando a cada dia, deixando de ser apenas uma oscilação temporária, tornando a ação de incorporação do contingente feminino nas esferas sociais um fenômeno contínuo e persistente (BAYLÃO *apud* GARCIA & CONFORTO, 2014).

Podemos verificar estes indicadores em estudos que tratam sobre a relação de trabalho entre homens e mulheres. O estudo realizado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo⁴, datado de 2009, aponta que a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma das causas que vem determinando o estado de pobreza na América Latina. Ainda de acordo com os dados desta pesquisa, se a participação da mulher no mercado de trabalho aumentasse, a redução da pobreza no Chile chegaria a 34%, no Brasil seria de 20% e no Uruguai, essa diminuição da pobreza atingiria 15%. “Garantindo às mulheres as mesmas chances em conseguir um emprego formal ou informal, e considerando igual probabilidade de desemprego entre elas e os homens, a pobreza cairia 8% na maioria dos países. O recuo seria de até 14% (no Brasil, 9%), caso ambos os sexos tivessem remunerações equiparadas”.

⁴ Esta instituição é resultado de uma parceria entre o PNUD e o governo brasileiro para promover o aprendizado sobre proteção social.

Essa crescente igualdade de salários por gênero também pode ser verificada no *Relatório Progresso das Mulheres no Mundo 2015 - 2016: Transformar as economias para realizar os direitos*, publicado pela ONU em 2015, que demonstra que a diferença de salários de homens e mulheres sofreu uma diminuição de 38% em 1995 para 29% em 2007.

A igualdade salarial e de direitos no campo do trabalho é um dos reflexos da luta política das mulheres. Lutas travadas por movimentos que se desdobram desde séculos anteriores, a exemplo da organização política feminina registrada no final do século XIX, na Inglaterra, onde as mulheres se organizam e lutam pelo direito ao voto. Essa luta posteriormente se estendeu a outras bandeiras como a maior participação nos espaços de decisões políticas, e foi ganhando mais adeptos e passando a incorporar bandeiras de outros movimentos como o gay e de negros.

É importante ressaltar que a luta das mulheres pela inserção nos espaços sociais, revê seu auge no século XX e seus acontecimentos contribuíram para a emancipação das mulheres, onde estas cada vez mais assumiram o controle das suas próprias identidades visuais; acentuando o desafio da representação política além da participação de mulheres nas mais diversas áreas de trabalhos e espaços sociais hegemonicamente masculinos.

Formação do Capitalismo e a construção das Políticas Sociais no Brasil

O processo de construção do capitalismo, suas transformações e a formação da sociedade industrial podem ser percebidos através do desenvolvimento dos mecanismos de produção, com isso a divisão social passou a ser também a divisão sexual do trabalho. Durante este período de modernização das formas de trabalho a produção não estava destinada apenas ao consumo de subsistência visto nos modelos anteriores de sociedades, a exemplo da economia com bases camponesas, e com o excesso da produção, foram conquistando acúmulos que se tornaram riqueza e que precisavam ser administradas e asseguradas aos seus donos.

Segundo Marx e Engels (2005) a divisão do trabalho na família havia sido a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher, e

com o aparecimento da propriedade privada, que para ele se configura como “a grande derrota do sexo feminino”, o papel de homens e mulheres foi sendo definido assim como a posição de senhores e escravas, dominantes e dominados

No Brasil, as políticas sociais surgiram em meados do século XX, em um contexto de transformações nas esferas sociais, políticas e econômicas originadas com a Revolução Industrial e a emergência das lutas de classes. Nesse bojo, muitas reivindicações sociais apareceram enquanto frutos da relação entre Estado e sociedade. De acordo com Teixeira (2007), amparado da força do conceito de cidadania e de regulação social, o Estado passou a adotar funções interventivas e de regulação social, constituindo um sistema de proteção social para responder aos problemas de reprodução das desigualdades sociais, bem como das desigualdades de gênero.

As políticas sociais no Brasil, de acordo com Milward (2009), surgem num contexto da formação do capitalismo nacional, onde suas transformações e alcances se desdobraram de formas diferentes, mas ainda assim conservando suas características essenciais ao sistema, obedecendo a um panorama histórico que coloca o Brasil como subordinado e dependendo do mercado mundial.

No início dos anos 30, com Getúlio Vargas surge a proteção social no Brasil, vinculada com o trabalho e as garantias de benefícios oriundos de contribuições feitas pelos trabalhadores, fato que abala uma estrutura política e econômica até então voltada para as classes dos proprietários rurais.

“Tem-se a construção do ‘Estado de Compromisso’ – um processo de conciliação nacional, apoiado no industrialismo, no nacionalismo e no trabalhismo – de caráter populista, em que Vargas assume papel de árbitro ou mediador entre os diversos interesses em jogo” (MILWARD, 2009, p.4.).

Os sistemas de proteção social podem ser definidos como as formas mais ou menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger uma parte ou um conjunto de seus membros, incluindo as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais e culturais, dentre outros (GIOVANNI (1998) *apud* TEIXEIRA, 2007: p.45).

No Brasil, as políticas sociais estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outras como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p.8).

Ao falar das funções exercidas pelas políticas sociais, Maria Cristina Piana (2009) afirma que elas devem gerar programas especiais, com recursos públicos suficientes e voltados a mudar os cenários, onde se apresentam grandes desigualdades sociais e econômicas. Tais iniciativas se justificam pela necessidade de garantir minimamente o acesso a direitos civis e o atendimento à saúde, educação e assistência social, bem como às diversas necessidades básicas da maioria da população.

Dessa forma a formação das políticas sociais deve contribuir para a diminuição da pobreza. Aqui cabe ressaltar que a pobreza apresenta conceitos multidimensionais, por isso não deve ser definida de forma única e universal. Assim, ela pode ser compreendida em diferentes aspectos e sentidos, relacionados à carência, seja ela de bens e serviços essenciais como, alimentação, moradia, vestuário, ausência de recursos econômicos⁵ ou seja a carência rendimento ou riqueza, carência social(exclusão social) o que inclui falta de acesso a educação, informação, oportunidades.

Diante disto, podemos afirmar que pobreza é uma questão complexa que tem alcances que vão muito além do aspecto econômico que os indivíduos apresentam, mas que comportam outras carências tão importantes quanto, entender isso é essencial para a formação das políticas sociais e minimização das desigualdades sociais.

Diante do panorama traçado até este momento, temos interesse em destacar os Programas de Transferência de Renda no Brasil, em especial, o Programa Bolsa Família, destaque mundial no enfrentamento às desigualdades sociais. Buscamos compreender a partir da percepção das mulheres beneficiárias do Programa, de que maneira o acesso a este recurso interfere

⁵ Não necessariamente apenas em termos monetários. As medições do nível econômico são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em "rendimento relativo". A União Européia, nomeadamente, identifica a pobreza em termos de "distância econômica" relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.

nas relações de gênero, promovendo empoderamento e autonomia dentro e fora do ambiente familiar.

O Programa Bolsa Família (PBF) nasce em meados dos anos 2003, com o objetivo de fortalecer e criar políticas públicas para contribuir com a erradicação da pobreza e a minimização dos seus impactos. Tendo como principais diretrizes do Programa: a transferência de renda que visa promover a minimização da pobreza; as condicionalidades que reforçam o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social e ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF é oriundo da junção de outros programas de transferência de rendas já existentes como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. O PBF configura-se em um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza extrema em todo o país, e integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco inserir na dinâmica do desenvolvimento econômico e social os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$85 mensais.

Entre as 13,8 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Brasil, 97% têm mulheres como titulares para o recebimento. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Entre as regiões brasileiras que apresentam o maior número de beneficiárias do programa estão as regiões Nordeste e Sudeste⁶.

A gestão do programa é descentralizada e compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução. De acordo com informações do MDS, são atribuições de cada município: a gestão e coordenação das atividades do programa; a aplicação dos recursos; a articulação entre as prefeituras, o MDS e os Estados para a implantação do Bolsa Família; bem como o acompanhamento da relação entre as Secretarias de Saúde, Educação e de Assistência Social; além de garantir o cumprimento

⁶ Com 8.815.593 e 5.766.985, respectivamente.

das condicionalidades que cada família beneficiária precisa apresentar para o recebimento dos recursos do PBF.

As condicionalidades pretendem garantir que o programa alcance as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica, e que não usufruem integralmente de direitos civis como educação, saúde e assistência social. Para tanto, cada família beneficiária precisa apresentar a comprovação da frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, e mínima de 75% para adolescente entre 16 e 17 anos. No que se refere ao campo da saúde é necessário que se apresente o calendário de vacinação e desenvolvimento para crianças que possuam idade inferior a sete anos e, para gestantes, a comprovação que está sendo feito o pré-natal.

O Programa destina o recebimento do benefício prioritariamente às mulheres, e lhes garante o poder de escolha de como utilizar o benefício, ser a gestora e garantidora dos pré-requisitos necessários para permanência no Bolsa Família. Estudos como de Peixoto (2010), buscam discorrer a respeito dos significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres pobres, na condição de sujeitos significativos desse Programa, e problematizar a centralidade da família, no âmbito das políticas públicas⁷. Entendemos que o fato de a mulher na maioria dos casos serem as titulares prioritárias do PBF, portanto quem administrará os recursos do PBF, afeta o modo de distribuição de recursos sociais no interior dos lares e possibilita a emergência de novas formas de interação e representação dos papéis exercidos pelas mulheres nos núcleos domésticos e comunitários. Embora isso se apresente de formas diferentes em cada contexto social.

A recepção dos recursos por parte das mulheres nos convida a pensar, como isso pode gerar uma maior autonomia das mesmas, visto que elas são responsáveis em gerir os recursos recebidos. Nesse sentido de tomada de

⁷ Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imaterial (BELINOVSKI, 2013: p.12).

poder destas mulheres, a noção de empoderamento se mostra como uma categoria de análise fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em certa medida, buscamos com nossa pesquisa responder, entre outros, os seguintes questionamentos: O fato de a mulher ser a receptora do recurso do PBF significa que para ela, como agente social, se abrem mais possibilidades na tomada de poder e de decisão dentro do núcleo familiar e do seu contexto social? A recepção do recurso representa para a mulher a possibilidade de vivenciar algum grau de empoderamento, seja ele de caráter econômico ou social? O que representa para as mulheres o fato de elas serem as gestoras do recurso do PBF?

É sabido que, o termo empoderamento não apresenta uma definição única, bem como é discutido por diversos autores das mais variadas áreas do conhecimento. Na Sociologia, utilizo-me do conceito de empoderamento formulado pela Maria da Glória Gonh (2004). Para a autora, o conceito de empoderamento remete-se à capacidade dos indivíduos e grupos de poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, e pode ser visto sendo utilizado no âmbito das políticas públicas. Afirma ainda que, este termo enfatiza o protagonismo civil do indivíduo, tomado aqui nesta pesquisa para amparar a posição da mulher frente às decisões e à administração dos recursos do PBF no seio familiar.

Para o foco desta pesquisa, de maneira mais específica, utilizaremos a noção de empoderamento relacionada às questões de gênero para pensar as percepções das beneficiárias do Programa Bolsa Família no tocante às dimensões familiar, comunitária e na produção de sua subjetividade, enquanto cidadãs e seus reflexos nas relações sociais e de gênero relativos ao poder.

Em um contexto social pautado na dominação masculina (BOURDIEU 2014), o fato de a mulher ser a receptora do recurso do PBF, nos leva a questionar os alcances do programa quanto à legitimação e/ou mudanças dos papéis de gênero. Neste sentido, acreditamos que nenhuma política pública dará conta exclusivamente de romper com as estruturas de dominação existentes na sociedade.

Sendo assim, compartilhamos da noção de processo de empoderamento apresentado por Sen (1997), o qual descreve que esse termo está relacionado por um lado, com um maior controle externo sobre recursos, entendido de

forma ampla como recursos materiais, físicos, intelectuais, financeiros; e por outro, como controle no âmbito da subjetividade, que ocorre no interior de cada indivíduo. Nesse viés, as intervenções focadas na dimensão do empoderamento seguem formatos distintos, não existindo regras ou esquemas sistematizados de ação.

Partindo dessas questões, buscamos compreender também qual é a percepção da noção de empoderamento para as mulheres beneficiárias do PBF em Maceió. Em relação a esse processo existem os mais diversos posicionamentos. Para muitas autores, como Rosanvallon(1998) distribuição de recursos por parte do Estado, através de algumas políticas públicas, traz como resultado o estabelecimento das mais diversas formas de dependência.” “Uma concepção muito ampla da reparação dos prejuízos serve, neste caso, de substituto de um exercício político de solidariedade. (...)O indivíduo pode pretender uma compensação ao se fazer reconhecer como vítima” (ROSANVALLON, 1998, p. 63).

O Programa Bolsa Família trata-se de um programa de transferência de renda, na medida em que fazem parte da sua concepção contrapartidas por parte dos beneficiários. Em vista da incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia e os investimentos sociais do Estado legitimada pelo ideário neoliberal, o discurso da cidadania e dos direitos sociais foi substituído pelo discurso humanitário da filantropia. As políticas sociais adquiriram então um perfil “despolitizado, privatizado e refilantropizado” (YASBEK, 2004, p.3)

Em contra ponto a esta percepção das políticas públicas, Castro, Santana e Walter (2009), acreditam que o auxílios financeiros recepcionados por pessoas carentes representam a possibilidade de emancipação e de desenvolvimento humano para os próprios beneficiários.

Amostragem

Nessa pesquisa, realizada na cidade de Maceió, iniciada durante os anos de 2015 e primeiro bimestre de 2016, analisamos, através de dados captados por meio de questionários e entrevistas com mulheres titulares do Bolsa Família, as possíveis transformações individuais e/ou coletivas, subjetivas e/ou materiais, verificadas por elas, no seio familiar e/ou comunitário, tendo com foco de análise o empoderamento e a conquista de autonomia das mulheres gestoras do benefício.

Em Alagoas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), de acordo com a última revisão cadastral do Programa Bolsa Família encerrada no dia 20 de março de 2015 no Estado, um total de 5.417 famílias ascenderam economicamente e ultrapassaram a faixa de R\$154 per capita. Os números mostram ainda que outras 4.915 famílias deixaram a extrema pobreza, apresentando renda per capita acima de R\$77⁸. De acordo com a coordenação do Programa em Alagoas, são atendidas mais de 438 mil famílias, tendo sido injetado mais de R\$75 milhões na economia do Estado apenas no mês de março do mesmo ano.

Após a revisão de alguns trabalhos que versam sobre o alcance do Bolsa Família, podemos observar que a noção de empoderamento das mulheres beneficiárias sob alguns prismas, sejam eles econômicos, sociais, subjetivos, e de gênero são relativos ou parciais. Visto que o processo de empoderamento e autonomia não se trata de uma construção linear e universal, e que a diversidade de contextos sociais e de outros indicadores como raça, classe social e escolaridade apresentam variações de alcances, seja em âmbito político ou social.

Analisando parte da literatura, a exemplo de Soares(2006), que tem por temática o PBF, verificamos que a noção do modelo de formatação do Programa Bolsa Família e suas diretrizes é apresentada como uma tentativa de diminuição e erradicação da pobreza. Em certa medida, a finalidade última dessas ações visa à transformação dos indivíduos, de caráter pessoal e social, investindo na educação, saúde e cidadania. Vimos que, no caso das mulheres, o PBF busca oferecer-lhes a chance de se perceberem como indivíduos autônomos em sociedade. Essas percepções são também pontos pretendidos dentro desta pesquisa, bem como a investigação sobre como isso ocorre, e de que forma isso acontece na vida das mulheres que recebem o benefício.

A escolha da temática segue uma sequência de trabalhos e pesquisas realizadas acerca da questão da mulher, do feminismo e relativas aos estudos sobre gênero. A reflexão em torno do universo feminino está presente em toda a minha trajetória acadêmica. Sendo grande parte dessas vivências

⁸ [http://www.tribunahoje.com/noticia/138271/site/2015/04/14/mais-de-cinco-mil-familias-sairam-da-linha-de-pobreza-em-alagoas.html\(em 14/04/15\)](http://www.tribunahoje.com/noticia/138271/site/2015/04/14/mais-de-cinco-mil-familias-sairam-da-linha-de-pobreza-em-alagoas.html(em%2014/04/15))

acadêmicas marcadas por inquietações individuais no que se refere à percepção das diferenciações dos papéis e funções de homens e mulheres, construídas de maneira díspar em praticamente todas as esferas sociais.

O foco nas análises das transformações das relações sociais, adotando como categoria analítica o conceito de gênero tem sido uma constante em meu percurso acadêmico, desde a escrita de artigos, como exemplo “*A participação da mulher no cenário político alagoano(2013)*”, trabalho de conclusão de curso que teve por tema “*As produções acadêmicas sobre mulher e gênero na Universidade Federal de Alagoas* e interesses de pesquisa, Congressos, Seminários e Palestras que possuem as questões de gênero como objeto de estudos.

Percebe-se, portanto, que a escolha da temática desta pesquisa, decorre da minha trajetória de estudos, bem como do caminhar com outras leituras, donde surgiram minhas inquietações.

Surgiu, assim, o interesse em compreender a permanência das desigualdades de gênero e quais ações poderiam ser desenvolvidas no sentido de alcançar certa equidade nas relações entre homens e mulheres. Para tanto, a própria história do movimento feminista nos ajuda a compreender algumas raízes dessas desigualdades, despontando como instrumento desafiador e questionador da condição de subjugação feminina. Salientando que os movimentos feministas, ao longo de suas lutas e história, apresentam em suas demandas, além de melhores condições de trabalho, uma maior participação política, o direito ao corpo, e tantas outras questões que impulsionam, junto ao Estado, a construção de políticas públicas, cuja finalidade seja promover a igualdade de gênero.

Assim, acreditamos que analisar como se processa, e em que circunstâncias e dimensões ocorrem o empoderamento das mulheres e sua autonomia a partir de políticas sociais se deu através de uma maior compreensão acerca do PBF e seus alcances, nos possibilitando captar elementos importantes para pensar a importância de novas categorias na compreensão das questões de gênero. Bem como, pensar os avanços e conquistas dos movimentos feministas, visto que a igualdade de gênero é um importante fator na construção de uma sociedade menos desigual em termos econômicos, sociais, políticos, e de gênero.

A pesquisa aponta para a hipótese de que o benefício tem impactado de forma direta no acesso das beneficiárias no que tange aos mecanismos de desenvolvimento social, estando relacionados à sua subjetividade e as noções de empoderamento. Para isso, foi necessário traçar uma análise sobre a percepção dessas mulheres enquanto agentes sociais sobre o modo como a noção de “empoderamento” se faz importante para a compreensão da diminuição das desigualdades de gênero conforme as diretrizes do Programa.

Procedimentos metodológicos

No que se refere à metodologia utilizada neste estudo, é de natureza qualitativa, devido aos objetivos pretendidos. Para tanto, foi utilizada como principal técnica de investigação a aplicação de questionários combinados à entrevista semi estruturada, pensadas em conjunto com informações e dados consultados em textos acadêmicos, documentos, jornais, sites e revistas. Desta forma, lançamos mão do uso de dados quantitativos apresentados a partir da base de dados do Cadastro Único, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió. Dados estes que nos auxiliaram na identificação do perfil das mulheres beneficiárias do Programa na cidade de Maceió.

Foram aplicados 54 questionários com perguntas diretas, e realizadas 54 entrevistas semiestruturadas com mulheres beneficiárias do PBF, em visitas técnicas à sede do programa durante os meses de março e abril do ano de 2016 no município de Maceió/AL. Os questionários e entrevistas foram realizados na sala de espera do Cadastro Único durante o horário de funcionamento da instituição, sendo a escolha das mulheres entrevistadas de forma aleatória, apenas obedecendo ao pré-requisito de receber o benefício a pelo menos um mês.

Vale destacar que para análise de cunho quantitativo sob o recorte de gênero e com pretensões baseadas nos objetivos desta pesquisa, buscou-se construir o perfil das entrevistadas, através das variáveis de cor/raça, grau de escolaridade, grupos de idade, ocupação, estado civil e número de filhos, tentando avaliar as possíveis mudanças de respostas de acordo com alguns indicadores.

As principais plataformas de dados e informações consultadas sobre o Programa foram o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que atua como um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, fonte utilizada para seleção de beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família), relatórios de pesquisas feitas Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), manuais, cartilhas produzidos também por cada Estado e pelo Governo Federal que demonstram a funcionalidade, alvos, instruções, prazos sobre o Programa.

É importante salientar que por compreender empoderamento como um processo, principalmente, de autonomia, a investigação realizada com mulheres beneficiárias do PBF em Maceió enfatizou questões de gênero que apontam também para possíveis modificações na configuração do papel da mulher enquanto incumbida de tomar decisões no que se refere ao uso do benefício.

Apontadas às questões centrais desta pesquisa, esta se apresenta segmentada em três capítulos, contendo no primeiro capítulo um breve panorama histórico sobre o conceito de gênero, a formação dos papéis sociais de gênero, seguido da exposição das origens e conceituações dos termos empoderamento e autonomia que são as categorias que se apresentam na centralidade desta pesquisa. Por entendermos que através das definições de algumas categorias analíticas, como as aqui estudadas, podemos traçar uma reflexão acerca das questões de gênero, empoderamento e autonomia, encontradas na falas das entrevistadas, e como isso se faz presente em suas vidas, bem como elas podem ser possivelmente percebidas.

No segundo capítulo apresentamos uma breve reconstrução histórica da formação das políticas sociais na América Latina, especificamente no Brasil, seguido da formação do Programa Bolsa Família e suas diretrizes, e dialogando com essas questões, são apresentados dados quantitativos do CadÚnico que mostram a abrangência do Programa em diversos setores como a educação, saúde e assistência social.

Tendo apresentado nos dois capítulos iniciais, a base teórica a qual este trabalho está balizado, o terceiro capítulo apresenta a realidade do campo, demonstrando através de dados quantitativos, o perfil das mulheres entrevistadas e outros aspectos importantes que são transversais a suas

realidades, como a educação, o “lugar” da mulher no mercado de trabalho e outras nuances.

No quarto e último capítulo apresentamos as narrativas e percepções dessas mulheres enquanto gestoras do benefício em Maceió/AL, trazendo apontamentos sobre as relações de empoderamento e autonomia dessas mulheres. Tomando como modelo algumas reflexões amparadas em Bourdieu (2009), adotamos a categoria *habitus* com uma espécie de princípio gerador das práticas, uma matriz de percepções, apreciações e ações que também podem ser objetivamente classificáveis, no sentido em que denotam um tipo específico de ordenamento social. Sendo os modos de pensamento, de sentimentos, e de ações as pistas pelas quais podemos identificar o *habitus* das beneficiárias, objetivando captar seus modos, suas práticas e as possíveis mudanças ocorridas na vida das mulheres depois que passaram a receber os recursos do PBF.

CAPÍTULO I

GÊNERO, EMPODERAMENTO E AUTONOMIA: Um estudo sobre a representação da mulher no Programa Bolsa Família.

O campo social historicamente é marcado pela segregação entre os espaços predispostos para homens e para mulheres. Enquanto para as mulheres, seguindo uma lógica biológica e patriarcal está reservado os cuidados com o lar os filhos e ao marido, no espaço privado do lar, ao homem estava reservados os papéis no espaço público (fora de casa), trabalho, educação, participação política e tomada de decisões, que torna ainda mais complicado o percussor das mulheres em busca da equidade de gênero.

Iniciado ao final da Idade Média, na Europa, o Capitalismo está imbricado de uma longa experiência histórica e grandes transformações nas esferas econômicas, sociais e políticas. A partir das mudanças no sistema econômico, surge a burguesia como classe social, preocupada com o acúmulo de riquezas e obtenção de lucros nas atividades comerciais, se tornou cada vez mais poderosa, gerando desigualdades sociais que passam a ser características desse sistema.

Em meados do século XVIII, surge a Revolução Industrial na Inglaterra. A partir daí, nasce uma nova forma de produção e comércio, visando mais lucros, automatizando o processo produtivo em massa de mercadorias e diminuindo a oferta de empregos.

Nesse período grandes conquistas e mudanças ocorreram na produção e no campo do trabalho, uma delas foi a incorporação da mão de obra feminina pelas indústrias, e a inserção da mulher na produção. Para Hobsbawn (2004), isto culminou com uma nova perspectiva do papel da mulher na sociedade. A partir daí as mulheres começaram a atuar de maneira frequente e crescente nos espaços políticos, objetivando aumentar sua participação política, buscando também obter igualdade de direitos entre os sexos. Nesse processo de mudanças políticas se destacam questões relativas à exploração e limitação de seus direitos, cujas características marcaram a atuação da mulher buscando a melhoria de vida e condições de trabalho.

Neste período, o Capitalismo ganha novo gás e começa a se solidificar em outros lugares do mundo. Com a Globalização, o sistema capitalista se transformou num sistema de alcances globais e se constituiu a partir de internacionalização da produção e das finanças na segunda metade do século XX. Por suas particularidades e pelos fenômenos novos que vem produzindo, pode ser considerada uma nova fase do capitalismo (Pinheiro, 2002).

Segundo Marx (2005), o capitalismo tem suas causas em condições históricas e econômicas da sociedade, e se configura em um determinado modo de produção, que possui por características fundamentais desse processo a propriedade privada, divisão social do trabalho e a troca.

No Brasil, especificamente nas décadas de 70 e 80 do século XX, diante das mudanças no Estado, com a redemocratização e a reabertura política e econômica em andamento, movimentos sociais em oposição à ditadura levantaram bandeiras de luta “pela liberdade democrática”. Começaram a adotar novas agendas, incorporando a participação de diversos levantes sociais e segmentos como o movimento negro e LGBT. No movimento feminista, isso se refletiu através de debates entre suas diferentes correntes e entre “diferentes atores envolvidos na formulação de políticas públicas que contemplam as mulheres” (FARAH, pg. 49, 2004)

1.1 Breve histórico do movimento feminista

O feminismo, enquanto movimento social surgiu em meio aos ideais Iluministas e das ideias emancipatórias propostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Americana. Daí em diante foi tomando a forma de um movimento com características próprias na medida em que abraçou a causa da emancipação feminina e da luta pelos direitos sociais e políticos. Em razão de suas propostas, o movimento ganhou espaço e conquistou mulheres de vários países da Europa, dos EUA e da América Latina (BARBOSA, 2011 *apud* SILVA, 2013, p.19).

Desta sorte, em 1948 foi iniciado nos Estados Unidos o movimento sufragista com caráter de luta de massa, buscando romper com a exclusão das

mulheres da esfera pública e com abertura para participação nos espaços de representatividade política. A relação entre esfera pública e privada⁹ está permeada de elementos que nos fazem compreender a construção das relações sociais de gênero. Podemos ver através da abordagem de Roberto DaMatta, em seu livro “O que faz o Brasil, Brasil”, onde o autor realiza em um dos capítulos desta obra, intitulado “A rua, a casa e o trabalho”, uma discussão sobre estes espaços, afirmando que não são espaços meramente geográficos mas também são modos de ler, explicar e falar do mundo e nos oferecem elementos simbólicos e interpretativos sobre a sociedade. Ao que se refere à discussão sobre o papel da mulher nesse sistema representativo através dos espaços da casa e da rua, DaMatta expõe:

Entre a mulher da rua, a prostituta, ou a mulher que controla e é dona de sua capacidade de sedução e sexualidade (...) Assim a mulher que põe à disposição do grupo(da família) seus serviços domésticos, seus favores sexuais e sua capacidade reprodutiva torna-se fonte de virtude, que na sociedade brasileira, se define como pastoral e santificado (DaMatta, 1986, p.58).

Ainda segundo o autor, mesmo na atualidade, com grandes avanços e mudanças no que se referem à inserção das mulheres em espaços públicos, o homem ainda continua sendo o englobador do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis (esfera pública), ao passo que a mulher engloba o mundo da casa, da família, das regras e dos costumes relativos à mesa e à hospitalidade (esfera privada).

Esse abismo existente entre as duas esferas é analisado e discutido também por Hanna Arendt. A distinção entre esfera pública e privada para a autora é vista desde o pensamento político grego, entre a esfera da polis e a esfera da família. Assim, o surgimento da cidade-estado e da esfera pública teria acontecido às custas da esfera privada da família e a casa. Enquanto a primeira é marcada pela liberdade e pode ser ouvido por todos, significa o próprio mundo, o segundo se vê permeado pela falta dela e sugere certa privação.

⁹ Ver também a noção de esferas públicas e privadas em Habermas. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública - Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de desiguais; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado (ARENDE *apud* Santos, 2008, p. 41).

A noção de “público e privado” como sendo uma das explicações para delimitação de espaços sociais, se vê refletido também na esfera política. A inexpressiva participação de mulheres na política pode ser entendida também nestes termos e se percebe evidenciada em pensamentos de autores como Spencer, que afirma que as “características femininas” como coração brando e sensibilidade não condiziam com as exigências com o campo político suscitava. Spencer afirmava que os corações macios das mulheres iriam destruir todos os interesses egoístas no mundo público, e assim inibiriam a realização (através da competição) de novas formas de excelência e força social (SPENCER *apud* ROSALDO, 2007).

Dessa forma podemos perceber que a binômio público x privado reflete na formação das relações e papéis sociais de homens e mulheres. Enquanto o homem sempre permeou espaços públicos de poder e conseqüentemente, de maior prestígio simbólicos e econômicos, as mulheres historicamente são vistas como membros dos espaços privados, assumindo papéis secundários que se configuram nas desigualdades de gênero.

Buscando redesenhar os espaços de atuação da mulher o movimento feminista se posiciona contra o sistema capitalista, uma vez que este já se via permeado pela questão de gênero, construído com bases no patriarcado. Este cenário é marcado também pela submissão da figura feminina através da divisão dos campos ocupados por mulheres na vida social. Em meio a esse contexto nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho, movimentos de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres, assim como o direito ao voto.

Durante o período demarcado pela revolução industrial, o argumento da diferença biológica ainda persistiu enquanto eixo para justificar a desigualdade entre homens e mulheres. O trabalho da mulher foi incorporado ao cenário das

fábricas e indústrias em sua maioria têxteis, deixando de ser o espaço doméstico um local único de atuação do trabalho feminino, passando a ter uma dupla jornada de trabalho. Fatos que mudam a consciência feminina e conseqüentemente a maneira de agir, pensar e atuar nos espaços agora transitáveis na sociedade.

O movimento de mulheres que emergiu na década de 60, após a Segunda Guerra Mundial, trouxe para o cenário político e para o debate público, temas como sexualidade e corpo feminino, e a luta pela igualdade de gênero, que passou a ser colocada enquanto ponto central na luta das mulheres pela cidadania, se fazendo perceber enquanto sujeitos de direitos, capazes de decidir o que fazer com o seu próprio corpo e ter autonomia sobre as próprias vidas.

Assim o movimento sufragista busca a chegada de mulheres nos espaços políticos, iniciado pela organização de mulheres burguesas e de classe média, que foi fortalecido pela discussão acerca do direito ao voto, sendo esta uma das primeiras lutas a ser abraçadas pelo movimento feminista. Além desta, outras demandas como o acesso à educação e atuação das mulheres em determinadas profissões antes predominantemente exercidas por homens passaram a ser trazidas para o centro dos debates.

Diferente do que ocorreu no Brasil, uma vez que a busca pelo direito ao voto foi iniciada por mulheres com maior grau de instrução, não se configurando enquanto movimento com características de luta de massa. Porém, foi o primeiro movimento a contestar e buscar a quebra do padrão cultural dominante.

O movimento feminista do século XIX apresentava bandeiras que reivindicavam às mulheres o direito ao voto, à educação, à herança, à propriedade e ao trabalho, direitos estes antes conferidos apenas aos homens. Neste período também o controle ao corpo da mulher aparece mais nitidamente, relegadas aos espaços domésticos legitimando o papel fundamental de mãe, esposa e cuidadora do lar na sociedade moderna.

É contra esta ordem estabelecida que as militantes feministas concentravam suas lutas, apresentando como estratégia política a educação

porque a falta de educação criava um ciclo de desigualdades que se retroalimentava: as mulheres eram impedidas de participar porque não eram instruídas e não tinham instrução porque não podiam participar.¹⁰

Após direitos e espaços conquistados, foram construídas novas reivindicações referentes à identidade, e espaço nas esferas culturais, econômicas, e políticas da sociedade. Desde a metade da década de 1970, a questão de gênero relacionada com as diferenças sexuais, entra no foco das discussões, dos estudos, das pesquisas dentro e fora da academia e das políticas públicas.

No século XX, o mundo foi marcado por grandes transformações políticas, tecnológicas, econômicas e sociais. Dito como o século das mulheres, estas se tornaram mais independentes. As mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. O feminismo surge da luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas.

A inserção da mulher na vida pública tem sido significativa. Embora essa representação ainda seja tímida em diversos sentidos, a incorporação da mulher no mercado de trabalho remunerado parece ter sido de grande ajuda para uma mudança de pensamento e postura de homens e mulheres – transformações que se seguem em vários setores da sociedade.

Segundo Castells, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida em que o nível de educação da mulher aumente, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder (CASTELLS,1999: p.170-171).

Os entraves pela libertação e emancipação da mulher contra essa opressão e desigualdade provocou questionamentos e inquietudes por parte de algumas mulheres precursoras do movimento visando igualdade de direitos jurídicos, políticos e econômicos, e reafirmação da mulher enquanto sujeito

¹⁰ C.f (www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico)

autônomo e capaz de assumir uma postura de independência frente às muitas ações contra a estrutura que as oprimia.

As teorias do patriarcado¹¹ - organização social centrada na figura masculina, procuram explicitar o modo como foi construído o papel da mulher, no sentido de definir as bases discursivas da legitimação da discriminação e opressão femininas. Nesse sentido, a sociedade patriarcal acaba construindo um modelo normativo de papéis sociais, o que reflete nas relações sociais de poder as quais homens e mulheres estão postos na sociedade. Essa ênfase estrutural é destacada no trecho abaixo de uma das sociólogas mais atuantes na teorização do patriarcado:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI *apud* DIETERICH, 2012, p.392).

Ainda de acordo com a compreensão de Saffioti (1992) o patriarcado e o capitalismo se constroem simultaneamente. Sendo, os conceitos de “classe e gênero” utilizados, um, para dar conta das relações capitalistas e outro, para dar conta das relações patriarcais. Essa assimetria das relações de gênero é percebida impregnada nas estruturas da sociedade, e por diversas vezes sendo alimentada e reforçada pelo sistema econômico vigente.

Pierre Bourdieu (2002), com a noção de dominação masculina, condição resultante da violência simbólica, busca analisar as bases da assimetria de gênero, vista por ele como uma ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos, suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, que se ver perpetuada e impregnada nos contextos sociais vistam muitas vezes como natural e aceitável.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos: é a estrutura do espaço, opondo lugar da assembléia ou do mercado, reservados aos homens, e a casa, reservadas às

¹¹“organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquetipo viril)” (COSTA, 2008).

mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o longo ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.(BOURDIEU, 2002,p.)

Portanto o patriarcado é percebido como herança social dessa relação de dominação, de diferenciação de papéis. Assim, o debate de gênero vem justamente desmontar a estrutura do patriarcado, buscando inserir a busca pela igualdade de papéis.

Vale salientar que adiante na pesquisa apresentamos a discussão sobre autonomia e empoderamento, onde trataremos de famílias onde as mulheres assumem um papel de liderança frente às exigências do PBF, e havendo ou não a presença masculina no seio familiar, estas podem mesmo que indiretamente auxiliar num lento processo de transformação das estruturas do patriarcado, fortalecendo a autonomia feminina.

1.2 – O movimento feminista no Brasil e o uso do conceito de gênero como uma categoria de análise.

Ao falar da história do movimento sufragista no Brasil, Alves (1985) mostra que a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF), na cidade do Rio de Janeiro, em 1910, encabeçada por Deolinda Daltro teve como objetivo ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembleia Constituinte de 1889. O percurso realizado pelo movimento sufragista foi longo até a conquista do direito ao voto em todo o mundo. No Brasil este fato demorou décadas, como descreve Bittencourt amparado por relatos de Rodrigues:

No Brasil, a luta pelo sufrágio universal teve início em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, por Deolinda Daltro, e com a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da mulher, por Bertha Lutz, em 1919, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. Em 1928, o direito de voto das mulheres é conquistado no Rio Grande do Norte e depois estendido a nove estados brasileiros, até que, em 1932, é incorporado ao Código Eleitoral e, em 1934, à Constituição Brasileira (RODRIGUES, 2003: p.11).

Embora a proclamação da República tenha ocorrido em 1889, apenas em 1932 ocorre o primeiro marco da luta das mulheres sufragistas, com a

conquista do voto no Brasil, e somente nas eleições para Constituinte de 1933. Pela primeira vez as brasileiras puderam efetivamente ter direito ao voto e disputar cargos eletivos.

Assim a trajetória do movimento feminista no Brasil parte de um cenário de repressão, tendo resistido fortemente na década 70 pela Ditadura Militar, também como uma forma de lutar contra o regime, ligados a outros partidos sociais emergentes, nesse contexto as militantes e mulheres lutavam por seus direitos e melhores condições de vida.

Nesse contexto, o autoritarismo praticado pelo Estado dava pouca possibilidade para que outras pautas, as quais diziam respeito especificamente às demandas das mulheres, viessem à tona. Por um lado, as mobilizações de mulheres basicamente se somavam às formas de resistência à ditadura; por outro, o próprio engajamento político de mulheres já trazia, em si, uma revisão de uma ordem de gênero que relegava as mulheres a um papel secundário (SENKEVICKS *apud* SARTI, 2001).

O perfil das militantes feministas era diverso. Nele se incluem jornalistas, atrizes, sindicalistas. Sua efervescência chega à academia levando debates e produções acerca da situação da mulher na sociedade e posteriormente aos estudos de gênero.

No campo teórico, os estudos feministas buscaram questionar a subjugação das mulheres com argumentos tirados do campo da natureza (biologicamente determinada) e do econômico (fundamental para a manutenção do capitalismo). Direcionaram o debate à dominação que subjaz da matriz social e que, por isso, passível de mudança. Nesse momento, a produção teórica é fortemente influenciada pelos escritos de Simone de Beauvoir que, em 1949, escreve o livro *O Segundo Sexo*, que denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual e analisa a condição inferior da mulher, inferioridade está que não é um destino:

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

Na tradição francesa das Ciências Sociais, as produções feministas passam a admitir que a compreensão de homens e mulheres só é possível numa situação relacional. Em consequência, o termo gênero passa a ser adotado em referência ao estudo de homens e mulheres enquanto relações

sociais. Ao ser introduzido enquanto categoria analítica, o conceito de gênero não se configura apenas como uma categoria descritiva de diferença entre pessoas, ele é utilizado principalmente para pensar as relações social e historicamente construídas entre homens e mulheres.

Assim gênero não está relacionado às diferenças sexuais, mas se refere à organização social dessas diferenças sexuais. Não tem sua base nas diferenças físicas e naturais de homens e mulheres, seu foco está centrado nas significações que a sociedade atrela a esses corpos, em busca da compreensão e análise das relações e papéis sociais. Dessa maneira, este tipo de análise abre caminhos para a desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino.

Os estudos de gênero, enquanto instrumento teórico que permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais, privilegiando um apanhado histórico com recortes do século XX até pesquisas recentes, tem avançado em relação aos conceitos acerca do papel da mulher e suas funções na sociedade contemporânea. Esses estudos mostram que a construção dos gêneros não é fixa, essa se dá através da dinâmica das relações sociais. Além disso, que seres humanos só se constroem como tais em relação com os outros. Neste sentido admite-se, portanto, nesta pesquisa, o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1995), para quem:

[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais construídas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Trata-se, assim, de uma construção social, de uma forma primária de significar as relações de poder, uma vez que tais diferenças se configuram como desigualdades (SCOTT 1995: p.86).

Assim, entendemos que os estudos de gênero são uma consequência da análise tomada a partir dos movimentos feministas. Em que se tratando de Brasil, o termo gênero começou a ser utilizado já no final dos anos 80, com a pretensão de compreender o gênero como constituinte da identidade sexual do indivíduo e não tomar esse termo significando somente sexualidade. Destarte, acreditamos que analisar o processo de empoderamento feminino a partir da perspectiva de gênero é possível compreender o alcance do PBF na mobilidade social e nas transformações simbólicas destas mulheres.

Ao longo do século XX com a crescente expressão dos movimentos sociais, o conceito “gênero” passou a ser usado no centro de diversos debates

travados no interior do próprio movimento feminista, em busca de uma explicação para a subordinação das mulheres. A incorporação do conceito de gênero na produção acadêmica faz ênfase às relações sociais entre os sexos, possibilitando uma reflexão acerca das possíveis desigualdades existentes entre homens e mulheres, o que envolve enquanto componente central nesse contexto as relações de poder (Saffioti *apud* Farah, 2004, p.48).

Na década de 70 os estudos de gênero ganharam maiores dimensões ao incluir o seu conceito no eixo das discussões feministas, tomando como base de compreensão a composição das identidades sexuais, e em estudos feministas que tinham como objeto principal de pesquisa a mulher, passaram a incluir tendências universais nas discussões relacionadas ao “ser” masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais. Como relata Cecília Sardenberg (2004):

O gênero abriu os caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino. Mas, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse ‘fosso’ entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade (SARDENBERG, 2004, p.24).

É importante ressaltar que o conceito de gênero apresenta diversas definições, aqui nesta pesquisa entendemos a categoria como apresentada por Joan Scott (1990) com sendo o caráter relacional das definições de feminino e masculino ao passo que rejeita a noção de determinismo biológico, destaca que o gênero como categoria analítica, tal como as de raça e classe promoveram a inclusão dos oprimidos na história, como também tem possibilitado a análise do significado e da natureza da sua opressão.

O conceito de gênero se destaca, assim, como uma categoria analítica dessa relação entre homens e mulheres, tendo como base de compreensão a noção de que a mulher não é condicionada, pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas uma construção histórica. A autora elucida ao definir “gênero”:

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres tem a capacidade de dar à luz e de que os homens tem uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Com a proliferação de estudos de sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1990, p.75).

Ao falarmos das relações de gênero inevitavelmente estaremos tratando das relações de poder, estas que operam em todos os níveis da sociedade e que estão em permanentes conflitos de interesses. As diversas transformações que aconteceram no que refere ao lugar da mulher na sociedade, desde as lutas das feministas sufragistas até os dias atuais, nos faz perceber, o quanto seu poder de decisão ainda está muito aquém do desejado, por muitas mulheres ainda estão numa situação de sujeição, muitas vezes colaborando, ainda que de forma inconsciente para manutenção da opressão de gênero.

As desigualdades de gênero permeiam as relações sociais no que refere às construções históricas e culturais da disposição de homens e mulheres na sociedade. A divisão sexual dos papéis de gênero, mesmo observadas transformações em busca da equidade, ainda traz estruturas sociais que reconhecem e legitimam suas práticas. Buscaremos em Bourdieu (2009), para quem a dominação se dá no nível do simbólico, pensar a condição social da mulher. Bourdieu aponta:

[...] Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado [...] (BOURDIEU, 2009: p. 07/08).

Buscando questionar a desigualdade de gênero nos espaços sociais, e pensar como se pode transformar a mulher em um sujeito ativo nos espaços de poder, algumas feministas passam a partir dos anos 80 a utilizar o conceito de empoderamento como uma diretriz para minimização da sujeição feminina.

Dessa forma o conceito de gênero surge no Brasil nos anos 80 com uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanham a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito (PEDRO, p.78,2005).

A assimetria da distribuição de poder entre homens e mulheres e suas bases, a construção social de papéis, a subordinação feminina e dominação masculina, são alguns dos componentes que constantemente estão relacionados com as questões de gênero, que para alguns autores como Joan Scott, defende a idéia de que é preciso realizar uma análise relacional em consonância com raça e classe para se ter chegar a formação e superação das estruturais sociais de dominação que promovem as desigualdades sociais e de gênero, e que sem fazer uma análise levanto em considerações outros indicativos, está proposta de superação se torna relativa e não atende a gama de diversidade e complexidade a qual as questões relacionadas as desigualdades de gênero estão relacionadas.

É no sentido de problematizar a relação gênero/empoderamento, que as teorias aqui apresentadas servirão de base explicativa para se chegar a uma análise mais abrangente atrelando a bases teóricas a análise empírica nos termos que se propõe nessa pesquisa.

1.3 - O empoderamento: conceitos e noções

Ao tratarmos da noção de empoderamento nos deparamos com divergências no que se refere à formação do conceito, assim como á sua origem. Em certa medida, a utilização do termo empoderamento tem sido bastante problemática em estudos realizados em diversas áreas do conhecimento.

Para tanto, torna-se importante entender do que se trata o termo empoderamento, buscando demonstrar algumas de suas origens e definições, mas vale ressaltar que aqui elegemos a noção de empoderamento utilizada por feministas e pesquisadores sobre as questões de gênero, onde as mulheres passam a se perceber como agentes de suas próprias vidas.

Segundo Lório (2002) a origem do termo ainda não é bem definida e tanto o movimento negro norte americano do início dos anos 60, quanto os movimentos feministas, disputam a sua procedência. No entanto, o conceito parece ganhar força tanto teórica quanto instrumental, a partir de sua utilização vinculada à questão de gênero. Uma das primeiras conceitualizações sobre

empoderamento surge, na década dos anos 70, a partir do movimento *Women In Development* (WID) - Mulheres no Desenvolvimento -, aqui a noção de empoderamento está fortemente vinculada à noção de “poder sobre”, de controle sobre os outros e sobre recursos, como condicionalidade para a obtenção de empoderamento seria então necessário inverter a situação de poder (Viera *apud* Lório, 2009, p.136).

A criação do termo empoderamento, surge antes como um movimento, uma prática, para depois se introduzido ao no âmbito acadêmico, assim, ganha espaço nos estudos com uma perspectiva feministas relacionada a “poder” e depois as discussões sobre “desenvolvimento” (ALLEN 2005, AILTHAL ,1999 *apud* SANDERNGERG, 2001, p,1).

Outra versão sobre a palavra empoderamento é descrita por Martins (2003), e de acordo com a autora, ela teve sua origem no termo da língua inglesa *empowerment* e seu uso tem sido ampliado para o espanhol *empoderamiento* e para o português. Pode ser encontrada também no Dicionário Caldas Aulete, na edição de 1958 como o verbo empoderar-se como sinônimo de “(...) apoderar-se, apossar-se, e o adjetivo empoderado, significando “(...) tornado mais poderoso, crescido em poder”.

Pelo seu prefixo, empoderar significa ação, sendo que, no sentido atual, empoderamento quer dizer a transformação de um sujeito em agente ativo, por meio de processos que variam de acordo com a situação e o contexto (Martins *apud* Mageste, Melo, Ckagnazaroff, 2003: p.1).

De acordo com Sen (1985), o empoderamento das mulheres implica numa transformação das estruturas de subordinação através de mudanças radicais na legislação, direitos de propriedade, e outras instituições que reforçam e reproduzem os esquemas de dominação social que recaem sobre as mulheres. Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Batliwala (1994), quem afirma que o empoderamento é um processo questionador dos modos de pensamento tradicional que perpetuam a assimetria do exercício do poder entre homens e mulheres.

Segundo Costa (2000) citando Stromquist, para que o processo de empoderamento se efetive é necessário que atenda alguns parâmetros:

construção de uma auto imagem e confiança positiva; desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisão e a ação. Dessa forma, trataremos de identificar esses parâmetros, quanto à representação do empoderamento na dimensão individual dessas mulheres, relativo à noção que as beneficiárias apresentam sobre autonomia, gerenciamento do benefício e ao cumprimento ou não das condicionalidades propostas pelo PBF para o recebimento do benefício

Como visto, empoderamento possui varias definições e diferenciações ao que se refere a objetivos, alvos e alcances, para as feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação, tratando-se ao menos tempo de um instrumento/meio e um fim em si próprio e implica na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (...) “para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2006, p.2).

A noção feminista de empoderamento assume como fundamental a junção entre empoderamento individual e empoderamento coletivo, um não funciona bem sem o outro. Para Magdalena Léon isso é bem claro:

O empoderamento como auto confiança e auto estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estrutura sociais vigentes; quer dizer , se reconhece o imperativo de mudança (SARDENBERG *apud* LEON, 2006, p.3).

É importante salientar que esta noção de empoderamento, proposta por algumas feministas como Leon e Sanderberg, que buscam por finalidade romper com as estruturas de dominação masculina, não se é percebida nestes termos nas mulheres entrevistadas aqui nesta pesquisa, aqui o empoderamento é tratado como pesquisa com descrito por Gita Sen (1997), que de forma mais geral está relacionado com a capacidade de auto-expressão e auto afirmação, processos estes sustentados pela autoconfiança e por mudanças no âmbito da subjetividade, que ocorrem no interior, digamos assim,

de cada indivíduo, mas que por apresentar estas características, podem ser programas e ações massivas, de larga escala e limitados no tempo, como podem ser ações de pequena escala, mais lentas e mais intensas (SEN, 1997, p.16).

Visto que a análise em nossa pesquisa apresenta em sua construção um recorte de classe, pautada no enfoque da produção/transformação da subjetividade dessas mulheres a partir de políticas públicas que buscam a transformação social, a visão de empoderamento de Gohn nos é interessante para analisar as questões de mudanças materiais e simbólicas das mulheres beneficiárias do PBF. Para Gohn:

A categoria “empowerment” ou empoderamento, tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotado de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GONH, 2004, p.23).

Existem divergências e diferentes aplicações quanto as definições do que é empoderamento, podemos perceber isto até mesmo dentro do pensamento feminista. Sardenberg (2006: p.4) traz algumas convergências sobre o que seria empoderamento para as feministas. A autora utiliza-se da ideia de Mosedale (2005): o empoderamento é um ato-reflexivo, somente o próprio indivíduo pode empoderar-se; empoderamento tem a ver com a questão da construção de autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas próprias vidas, de levá-las a termo, e portanto, de assumir controle sobre nossas ações; assim o empoderamento pode ser tomado como um processo. As pessoas são empoderadas ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente. O poder como questão central à noção de empoderamento.

Se tratando da relação dos efeitos do PFB no empoderamento das mulheres, acreditamos que por esta ser uma PTR e ter como artifício o bem monetário, falar do empoderamento econômico traz reflexões importante sobre de que maneiras outros tipos de empoderamento se dá. Visto que o acesso a

bens monetários pode trazer a essas mulheres o desenvolvimento de capacidades individuais, sociais e políticas.

Podemos então afirmar que o conceito de empoderamento é recentemente utilizado como categoria de análise, assim ao analisar o processo de empoderamento das mulheres beneficiárias do Bolsa Família¹², algumas dimensões se pretende analisar: a individual, a comunitária e a econômica. Desse modo podemos então compreender que o empoderamento, é um processo que enfatiza o papel da mulher como agente ativo de suas vidas, conquistando assim autonomia e mudanças nas relações de poder existentes.

1.3.1 - Os estudos feministas e o empoderamento

Na década dos anos 70, o termo empoderamento começa a ser introduzido nas discussões sobre gênero, pelo movimento feminista, entendido assim com alteração dos processos e estruturas que reduzem as mulheres à posição de subordinada dos homens, porém seu uso acaba sendo disseminado apenas a partir dos anos de 1980 (Martins, 2003).

Os focos dos estudos feministas e de gênero foram se modificando de acordo com o tempo, cenário e atores sociais diferentes que demandavam de pesquisadores e ativistas mudanças nas centralidades dos estudos, pautas de reivindicações, que foram desde as questões relacionadas ao bem-estar, igualdade de direitos, salários, educação, saúde, ampliação de creches, autonomia sobre o corpo, participação política, desenvolvimento de políticas públicas, a busca por empoderamento feminino então perpassa pela garantidas de todas essas exigências e sobretudo de colocar a mulher como agente ativo de transformação individual e social. Sobre isso Sen (2000) que argumenta que:

A importância do enfoque sobre a condição de agente das mulheres é o papel que essa condição pode ter na eliminação das injustiças que prejudicam o bem-estar feminino e apresenta evidência que mostram que o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são

¹² A reflexão acerca da noção de empoderamento dialogando entre as autoras e a realidade empírica, trazendo as falas das mulheres entrevistadas é aqui trazida no capítulo 3.

influenciados por questões como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, conseguir emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizada e participar nas decisões dentro e fora da família (Mageste, Melo, Ckagnazaroff, 2008, p.6).

Observando que para se alcançar a equidade de gênero além de bem-estar é preciso também um controle sobre as bases de poder que são responsáveis em grande parte pela opressão e a exploração de mulheres.

Assim empoderamento assume a conotação de diversas funções, desde a afirmação individual até a resistência coletiva, o protesto e a mobilização para desafiar as relações de poder. O que isso significa na vida das mulheres? De que maneira isso pode acontecer? Segundo Ckagnazaroff (2008):

A noção de empoderamento feminino exprime a idéia de que as mulheres podem decidir sobre própria vida nos espaços públicos e privados, bem como exercer poder nos espaços em que são tomadas de decisão a cerca das políticas publicas e de outros acontecimentos relativos aos rumos da sociedade e que interferem direta ou indiretamente sobre os seus interesses (Mageste, Melo, Ckagnazaroff, 2008, p.2).

Outra perspectiva de compreensão do processo de empoderamento levando em conta a análise sobre as relações de gênero, demonstra que se torna relevante identificar algumas propostas formuladas por movimentos de mulheres, e entidades feministas que refletem na construção de políticas públicas voltadas para este eixo. Assim, definida por Sônia Draibe:

Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública (SONIA *apud* FARAH, 2004, p.47).

Acreditamos que existem alguns componentes essenciais para a compreensão do processo de empoderamento de mulheres atendidas pelo PBF, e que estes trazem aspectos cognitivos, o que inclui a compreensão das mulheres sobre sua subordinação; sua relação psicológica, estando relacionada ao crescimento da sua auto-estima e autonomia; seu papel político no que se refere à participação social e exercício da cidadania; e seu caráter econômico no sentido do aumento do poder de compra e desenvolvimento da mobilidade social. Corroborando com esta noção Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), concluem que:

O empoderamento feminino está, então, relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, considerando-se que a questão das desigualdades de gênero não se resume a carência ou precarização de recursos, mas na falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas, e exige uma expansão das capacidades humanas e das liberdades reais. Ou seja, o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais garantindo a elas autonomia para controlar o próprio corpo, a sua sexualidade, o seu direito e de ir e vir, bem como um repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família (Mageste, Melo e Ckagnazaroff, 2008: p.2).

O empoderamento está mais ligado então a dar as mulheres, o poder de decidir sobre suas vidas, no caso das mulheres entrevistadas o empoderamento econômico de certa forma leva a essas mulheres mudanças não apenas econômicas, mas mudanças de ordem simbólicas e subjetivas que afeta suas vidas de forma coletiva e individual. Mas o empoderamento adquirido não tem o poder de romper com estruturas sociais de dominação, mas auxilia a indagar e refletir sobre o papel das mulheres, neste espaços em que há predominância da dominação masculina.

1.3.2- Empoderamento como categoria analítica nas relações de poder

As relações sociais são também disputas de poder, sendo assim embora aqui nesta pesquisa essa categoria não esteja colocada de forma direta. Faz-se necessário expôs algumas definições de poder na visão de alguns autores das Ciências Sociais, como Max Weber e Pierre Bourdieu.

Vista como uma categoria relacional das relações sociais para Weber, que compreende o poder, como a “probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”(WEBER,1984, p.43). Assim a captação de recursos gera formas de imposição de poder, sendo um meio de exercer esse poder em relação ao outro, uma relação acima de tudo de interesses.

Já para Bourdieu, as desigualdades das relações sociais e, portanto, as diferenciações no acesso e na distribuição dos recursos sociais e conseqüentemente de poder, se justifica pela diferentes formas com que os agentes sociais têm acesso ao capital específico de um determinado campo. Como o capital é o recurso que determina as possibilidades de ganho, aqueles

com uma menor quantidade de capital têm menos chances de produzir ganhos no jogo que caracteriza o campo. (BOURDIEU, 1989,p. 133-134)

Visto que a sociedade é marcada pela distribuição desigual dos recursos, baseada no fundamento da violência simbólica que não residir nas consciências mistificadas a que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladoras pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica tem com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar , sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominados.(BOURDIEU, 2014, p.64)

A construção dessas desigualdades presentes nas estruturas sociais faz, com que de certa forma afete a capacidade de transformar os indivíduos em agentes sociais, visto que o poder simbólico é marcado pela relação de convencimento entre dominantes e dominados, um poder que “naturalizado” que nas estruturas sociais, configurando assim nas relações de poder.

Portando, ao analisarmos o empoderamento das mulheres que recebem o PFB, buscamos de certa forma compreender como essas relações sociais desiguais se procedem e de que formas as mulheres podem se transformar em agente de suas próprias vidas. Entendo o empoderamento¹³ como a conscientização; criação; socialização do poder entre os cidadãos; conquista da condição e da capacidade de participação; inclusão social e exercício da cidadania. E a conscientização e a participação com relação a dimensões da vida social.Ou se simples o ato de dar ou adquirir mais poder.

Um dos grandes desafios da categoria analítica empoderamento é compreender as dimensões desse processo de conquista de autonomia, isso em grande parte por falta de uma teoria homogênea. Sendo um processo que envolve dimensões subjetivas e objetivas, não se trata de uma reflexão linear, com início e fim definidos, que ocorre de maneira igual para as diferentes

¹³ ¹³ <http://www.dicionarioinformal.com.br/empoderamento/>

mulheres. O empoderamento difere para cada indivíduo ou para cada grupo de indivíduos conforme sua história de vida, seu contexto, sua subordinação e sua localização (Leon, *apud* Ckagnazaroff, 2008, pág.7).

Para se entender o possível processo de empoderamento das mulheres beneficiárias do PBF, utilizaremos como esquema teórico a definição feita por Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), que classifica o processo de empoderamento em três níveis que se intercalam e se complementam e exercem pressão e reação entre si.

São eles: empoderamento individual, empoderamento relacional e o empoderamento contextual. Ainda segundo os autores, uma transformação radical na estrutura de poder que mantém essa estrutura é lenta e gradual, incorporando aos poucos os resultados. O processo de empoderamento pode se iniciar em qualquer uma dessas instâncias, mas só completa quando conseguem permear todas elas (Ckagnazaroff, 2008: p.7).

O nível individual de empoderamento pode ser definido como ponta pé inicial do processo, este relacionado ao estágio em que a mulher toma consciência e assume o desejo de mudanças, seja de sua condição, ou posição na sociedade, assim ela desenvolve pensamentos, vontades e ações, adquirindo poder e autonomia em busca da subversão da ordem social estabelecida. Sendo um aspecto individual e assim subjetivo, ocorre diferentemente de pessoa para pessoa, por isso cada entrevistada aqui, possivelmente demonstra graus de empoderamento diferentes. Sendo assim a auto conscientização da subordinação de gênero um ponto crítico para a transformação social (Martins *apud* Ckagnazaroff, 2008).

Assim o empoderamento da mulher sugere uma transformação na forma de como ela mesma se enxerga, atingindo sua auto-estima, autoconfiança, autonomia um aprendizado de auto valorização e mudança de seu papel antes submisso e servil, para sujeito ativo e capaz de promover transformações sociais.

Torna-se imprescindível entender que o empoderamento é um processo relacional e, só pode ser percebido se analisarmos paralelamente o contexto, os indivíduos e a relações de poder que compõe a realidade dessas mulheres.

Assim, o nível relacional de empoderamento considera importantes as influências familiares e os valores culturais transmitidos durante as socializações primária e secundária das mulheres. Sobre o papel da educação no processo de empoderamento, Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), ainda argumentam que:

A educação é um pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres na sociedade, constituindo-se como um dos meios mais importantes de emancipar a mulher, com saber, habilidades e autoconfiança necessários para uma plena participação na esfera pública (Mageste, Melo e Ckagnazaroff, 2008, p.8).

E o terceiro nível é o contextual está inserido o bem-estar, segurança econômica, reconhecimento social, individual e coletivo, um quadro das questões que precisam serem transformadas em suas estruturas, talvez este seja o nível mais complexo por ser reflexos das necessidades e urgências em que as mulheres estão submetidas. Aqui chama-se a atenção para o importante crescimento das mulheres no mercado de trabalho, em cargos de chefias e representação políticas, o que favorece a inserção das mulheres nos espaços públicos e mudanças nas relações de gênero as quais estão inseridas.

A partir do que foi exposto, podemos entender que, o empoderamento da mulher perpassa por vários contextos, sejam eles social, familiar ou das relações sociais. A condição da mulher na sociedade brasileira sofreu e vem sofrendo várias mudanças ao longo do tempo, assim a mesma ganhou espaço na política, na sociedade e dentro dos espaços acadêmicos. Nessa relação destacamos o movimentos de mulheres, movimentos feministas que se empenham na luta crescente pela inserção da mulher, no mercado de trabalho, obtendo maiores níveis de instrução e que tem contribuído diretamente para sua autonomia, refletindo no seu modo de se relacionar com seus parceiros, haja vista, que quase sempre, esteve mais sujeita a deveres de submissão e de compromissos com as pessoas que estão ao seu redor, (maridos, filhos).

Desta forma, a maneira como se percebem, os seus desejos têm se apresentado em constantes transformações, quebrando barreiras e dando grandes saltos para sua emancipação e combatendo as condições de subalternidade existentes na sociedade.

1.4 - Reflexões sobre a autonomia de mulheres a partir do PBF

1.4.1 Breves definições sobre autonomia

A palavra autonomia etimologicamente é definida do grego *autonomía*, auto e *nomos*, ou seja, capacidade de gerir a si mesmo, ou o poder de dar a si própria lei. Não se entende este poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de auto suficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral, mas apesar de ser distinta, não é incompatível com as outras leis.

Segundo o Dicionário Aurélio (2004), autonomia é: “1. Faculdade de se governar por si mesmo; 2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias; 3. Liberdade ou independência moral ou intelectual”. Portanto, a palavra autonomia está ligada à liberdade e à possibilidade de exercer plenos direitos.

De acordo com Zatti (2007), autonomia é oposta a heteronomia, que em termos gerais é toda lei que procede de outro, hetero (outro) e *nomos* (lei). Citando a noção de Ferrater Mora (1965) define autonomia como uma realidade que é regida por uma lei própria. Ainda sugere dois sentidos para o termo autonomia: o sentido ontológico se refere a certas esferas da realidade que são autônomas em relação às outras, por exemplo, a realidade orgânica é distinta da inorgânica, o sentido ético se refere a uma lei moral que tem em si seu fundamento e a razão da própria lei.

Podemos encontrar outros conceitos sobre autonomia em filósofos como Maquiavel (1469-1527) que desenvolveu seu conceito pioneiro de autonomia política combinando dois sentidos de autonomia. Um primeiro como liberdade de dependência, e o segundo como poder de auto legislar. Em Martinho Lutero (1483-1546) a autonomia como liberdade de dependência passa a ser liberdade espiritual, interior, em relação ao corpo e suas inclinações. Assim, o sujeito seria autônomo na medida em que estivesse livre das inclinações do corpo e poderia obedecer a Deus (cf. *idem*). (ZATTI, p.12. 2007)

Mas é com Kant que o termo ganha força o autor define a autonomia como a independência da vontade em relação a todo objeto de desejo (liberdade negativa) e sua capacidade de determinar-se em conformidade com sua própria lei, que é a da razão (liberdade positiva). A autonomia é pois o

fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional. Considerando o caráter racional dos indivíduos, assim ele coloca a natureza racional como fonte de dignidade, e a idéia de dignidade está inseparavelmente ligada à idéia de autonomia. A autonomia é a menos tempo autora e participante de suas leis, assim, “A autonomia da vontade para Kant é a característica da vontade pura enquanto ela apenas se determina em virtude da própria essência, quer dizer, unicamente pela forma universal da lei moral, com exclusão de todo motivo sensível” (LALANDE, 1999, p. 115).

Porém Zatti compreende a autonomia nos termos empregados por Lalande (1999) em sua obra *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*: “Etimologicamente autonomia é a condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural, que determina ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115). Como a autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com auto-suficiência. (ZATTI, p. 2007).

Seguindo as conceituações de autonomia podemos encontrar em Paulo Freyre uma noção que merece ser mencionada por tratar da sua relação como a educação e com a formação dos indivíduos e as relações sociais. Freire (2005) entendia que por meio da união dos homens é que se constrói a possibilidade de mudança. A tomada de consciência se dá em um processo de interação entre os homens, na busca utópica de transformação da realidade que oprime, tornando-se assim viável e se apresentando como uma nova condição. Ou seja, é a partir do outro, da internalização da cultura mediada por esse outro, que o sujeito se constitui como singular.

Freire (2005) trabalhava com o conceito de autonomia como a capacidade de agir por si, de poder escolher e expor ideias, agir com

responsabilidade. Em sua obra, *Pedagogia da autonomia* (1996), o autor demonstra sua posição e o trabalho que deve ser desenvolvido pelo educador que busca a construção da autonomia do aluno, reforçando a ideia que autonomia se desenvolve por meio da educação. Assim, acredita que autonomia corresponde à capacidade do sujeito de tomar decisões, de ser responsável pelos seus atos, de saber-se no mundo de maneira crítica, de ter dignidade.

Autonomia das mulheres e igualdade de gênero é também um dos objetivos proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) como meta do Milênio em busca da melhora de vida de todos os habitantes do planeta, por acreditar ser este meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças, além de estimular um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. (Declaração do Milênio, Nações Unidas, p.9. 2000).

Ações como estas promovidas por movimentos sociais, ações governamentais e outros setores da sociedade, são de fato grandes passos em busca da autonomia das mulheres nos espaços sociais, e construção de uma igualdade de gênero. Porém, hoje podemos perceber que mesmo com avanços, a sociedade é pautada por grandes desigualdades pautadas em uma cultura de dominação masculina, nos campos sociais, econômicos e políticos. Sendo assim a conquista da autonomia se configura em algo desafiador, mas essencial para o desenvolvimento social, econômico e político de um país.

1.4.2 Reflexão sobre autonomia em mulheres beneficiária do PBF

Em nossa pesquisa buscamos analisar os efeitos do PBF sobre as mulheres beneficiárias, utilizando a concepção de autonomia individual proposta por Amartya Sen, combinados a noção do dinheiro como facilitados dessa conquista da autonomia. Definida como por Rêgo(2013) como:

A percepção de si como sujeito capaz de fazer escolhas livres, sem ter que se dobrar à bruta necessidade representada pela falta de recurso materiais básicos (...) o senso, pelo menos nascente, de tornar-se dona(o) da própria vida; a capacidade de assumir responsabilidades pelas próprias ações sem obedecer a mecanismos inexoráveis de comportamentos impostos pelas carências materiais e pelo ambiente social imediato, a capacidade de cuidar de si e de sua família sem depender de outros indivíduos (isto é, a liberdade das relações de dependência pessoal) (REGO, PIZZANI, 2013. p.39)

Visto sobre autonomia, compreendemos assim que, a autonomia individual perpassa por um cunho econômico, embora saibamos que este não é um único fator que leva as mulheres à conquista de autonomia. O fato de elas ter o poder de decidir como, e com o que é gasto o recurso do benefício, geram dimensões simbólicas que vão muito além do ato de comprar, como a conquista de auto estima, auto confiança o que pode gerar mudanças de pensamento da sua própria posição de gênero , maior participação familiar, presença nos espaços públicos.

Está pesquisa como já exposto, tem por foco as mulheres que são beneficiárias do PBF e suas percepções, umas das categorias de análise utilizadas é a autonomia, como dado por Pereira (2000) como “a capacidade do indivíduo eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões”. Por acreditarmos que no contexto capitalista, o aspecto econômico traz consigo não apenas mudanças sociais, mais transformações de cunho simbólico.

Assim diante das conceituações e noções apresentadas sobre autonomia, podemos perceber que não se trata de uma dimensão homogênea, mas que tem ligação com a construção de capacidades, decisão e a ação do individuo poder fazer escolhas.

Quando relacionamos as questões de autonomia e gênero, nos defrontamos com problemáticas importantes visto que as mulheres estão inseridas em um contexto marcado pela dominação masculina, e por isso relegada a oportunidades e acessos de ordem social, econômica e política. Onde a conquista da autonomia se torna um elemento importante para a possibilidade de mudança nas diferenças de gênero e que atua nas dimensões subjetivas e objetivas dessas mulheres.

1.5 Percursos e Percalços Metodológicos

No campo das Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa é definida através de diversos significados, assumindo diferentes técnicas de pesquisa e objetivos, levando em conta um recorte temporal-espacial que delimita o campo do fenômeno a ser estudado. Este tipo de abordagem metodológica tem por

objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação, aqui os pesquisadores centram sua preocupação no contexto, e no processo social para melhor compreensão do fenômeno

Sendo o foco desta pesquisa a análise de possíveis transformações individuais e/ou coletivas, por meio das vivências das mulheres beneficiárias do PBF, suas narrativas e modos de percepção do mundo, optamos pelo método qualitativo. A pesquisa qualitativa se justifica porque nosso estudo não é estatístico. Ela procura identificar e analisar em profundidade dados de difícil mensuração acerca de um determinado grupo de indivíduos relacionados a um problema específico. Entre eles estão sentimentos, significados, sensações e motivações que podem explicar determinados comportamentos, apreendidos com o foco no significado que adquirem para os indivíduos¹⁴.

A natureza das pesquisas qualitativas está centralizada na realidade de fenômenos socialmente construídos, tendo por objetivo compreender e interpretar os fenômenos, assumindo uma abordagem observacional. A pesquisa preponderantemente qualitativa seria, então, a que normalmente prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno estudado (APPOLINÁRIO, 2006).

Segundo Triviños (2011), alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica” dada a uma ideia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que se pode chegar a realizar um pesquisador, tendo este, por objetivo atingir uma interpretação da realidade através de um ângulo qualitativo.

Para Queiroz (2006), o surgimento da pesquisa qualitativa tem sua origem na Antropologia e em seguida foi adotada também por pesquisadores da Sociologia em seus estudos sobre a vida em comunidade, seguindo por outras áreas do conhecimento. Ao analisar a vida dos povos, se percebeu a necessidade de interpretar alguns elementos que não poderiam ser quantificados.

¹⁴ C.F (<http://www.polispesquisa.com.br/qualitativa.php>)

Em relação às técnicas de coleta de dados, utilizaremos a pesquisa documental realizada através da análise de materiais, como fontes de estudos de longos períodos de tempo por entender a análise de documentos como fonte complementar de informações, onde podemos retirar elementos que possibilitem ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. A análise documental favoreceu a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD *apud* SILVA, 2008).

Diante das possibilidades de instrumentos de coletas de dados, utilizamos também nesta pesquisa entrevistas semi estruturadas, por considerar a participação do sujeito um dos elementos essenciais no fazer científico, onde privilegia a visão do entrevistado dos processos e fenômenos os quais se pretende analisar. Assim definida por Triviños (2011) como aquela em que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, onde o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo de pesquisa.

Foi importante também adotar o uso da observação direta durante as entrevistas e a aplicação dos questionários. Sendo a observação direta é uma técnica que tem por finalidade conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.

Os caminhos de uma pesquisa muitas vezes não seguem os passos previstos dentro da proposta metodológica escolhida, quando isso ocorre se torna necessário encontrar outros caminhos para se chegar ao destino. Inicialmente nossa pretensão era consultar a base de dados do CadÚnico em Maceió, ao passo que tínhamos acesso aos relatórios oferecidos por tal plataforma de dados, estaríamos em contato direto com as beneficiárias.

Ao longo do ano de 2015, foram feitas diversas incursões ao campo, com visitas regulares a sede do Cadastro Único em Maceió, em busca de encontrar os gestores, visto que só para tal pesquisa seria necessário dados fornecidos pela coordenação, bem com a autorização previa para realização das entrevistas no local.

Sendo assim nossa pesquisa contou com empecilhos de execução, motivadas pela morosidade no acesso aos dados, que são exclusivos da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, quanto pelas restrições no acesso aos dados que também são de caráter sigiloso e não podem ser disponibilizados sem prévia autorização. Arelado a falta de relatórios próprio do sistema que controla o Programa , tanto nacionalmente quanto estadual.

Diante de um primeiro contato com as mulheres, optamos por fazer as entrevistas com elas e os componentes da família, marido, filhos, acompanhando bimestralmente essas famílias, em um total de cinco e tentando analisar as possíveis mudanças individuais, familiares e comunitárias possivelmente sofridas. , trabalhando com esquema de rede de mulheres, a partir da primeira beneficiária entrevistada, captada na própria sede do PBF em Maceió, seguindo uma seqüência de mulheres por indicação da interlocutora anterior, contudo a pesquisa teria um total de cinco mulheres, com as quais as entrevistas aconteceram mensalmente, o que totaliza o período de quatro meses de acompanhamento, com o intuito de se perceber as possíveis mudanças na vida dessas mulheres dentro do processo de empoderamento assim sugerido por este trabalho.

Porém ao longo da pesquisa devido a atual situação política em que vive o Brasil, onde o PBF é alvo de grandes disputas e incertezas, muitas dessas famílias passaram a recusar os contatos, inviabilizando assim esse método de pesquisa.

Por acontecimento destes percalços mencionados, optamos pela mudança de estratégias para obtenção das interlocutoras. Passamos a entrevistar aleatoriamente mulheres que se encontram no Cadúnico, aguardando algum tipo de atendimento, buscamos o maior número possível de entrevistadas.

Na sala de espera para atendimentos estão homens e mulheres que estão ali por diversos motivos, seja para regularização de dados dos benefícios, para cadastra-se em programas sociais ou para quais dúvidas e ajustes a cerca de Programas Sociais.

Em Maceió, o Cadúnico por meio do gestor municipal é responsável pela inscrição dos indivíduos interessados em Programas e benefícios sociais, para isso é atribuído um Número de Identificação Social (NIS)

No que se refere à metodologia utilizada neste estudo, é de natureza qualitativa, devido aos objetivos pretendidos. Para tanto, foi utilizada como principal técnica de investigação a aplicação de questionários combinados a entrevista semi estruturada, pensadas em conjunto com informações e dados consultados em textos acadêmicos, documentos, jornais, sites e revistas. Desta forma lançamos mão do uso de dados quantitativos apresentados a partir da base de dados do Cadastro Único, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió. Dados estes que nos auxiliaram na identificação do perfil das mulheres beneficiárias do Programa na cidade de Maceió.

Foram aplicados 54 questionários com perguntas diretas, e realizadas 54 entrevistas semi-estruturadas com mulheres beneficiárias do PBF, em visitas técnicas à sede do programa durante os meses de março e abril do ano de 2016 no município de Maceió/AL. Os questionários e entrevistas foram realizados na sala de espera do Cadastro Único durante o horário de funcionamento da instituição, sendo a escolha das mulheres entrevistadas de forma aleatória, apenas obedecendo ao pré-requisito de receber o benefício a pelo menos um mês

Todas as falas por escolha das mulheres não puderam ser gravadas, o que de certa forma prejudicou a apreensão das informações, porém todas as conversas foram realizadas no ritmo das entrevistadas o que facilitou bastante o curso da entrevista, com tempo de ouvi-la, podendo capturar dimensões importantes a esta pesquisa. Embora toda a entrevista tenha o consentimento das mulheres ouvidas, optamos por só usar o nome parcial delas, como forma de preservar seus dados pessoais.

CAPÍTULO 2

O Programa Bolsa Família

Neste capítulo trazemos como proposta uma breve apresentação do histórico dos Programas Sociais na América Latina e no contexto brasileiro, posteriormente traçamos um panorama do Programa Bolsa Família, suas condicionalidades, as implicações da mulher como beneficiária, e como isso podem ter efeitos nas relações de gênero e os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade.

2.1 – Breve Histórico dos Programas Sociais na América Latina e no Brasil

Na América Latina, o Estado foi concebido através do poder oligárquico utilizando as políticas sociais com o intuito de afirmar a identidade nacional e gerar condições mínimas de trabalho para os contingentes de imigrantes que chegavam para viabilizar as empresas exportadoras de bens primários.

Para Pinheiros (1995) o Estado ganhou feições industrialistas e populistas, procurando, por meio das políticas sociais, cooptar os trabalhadores urbanos. O que se configurou em um modelo de substituição de importações consubstanciou-se com o apoio político desses atores, que sustentaram o autoritarismo estatal, e com o fortalecimento da classe média, como precondição para a consolidação do mercado interno.

Ainda segundo o autor, esse cenário promoveu o enfraquecimento do projeto desenvolvimentista, marcado pela estagnação econômica, inflação crônica e crise fiscal, que favoreceram o surgimento do Estado reformador. Foi nesse contexto que o Estado assumiu o papel de promover os ajustes econômicos necessários para a estabilização monetária, a transformação produtiva e o redirecionamento das economias da região para um modelo voltado para o mercado externo. Aqui, as políticas sociais ganharam caráter compensatório para amortecer os impactos no tecido social, causados pela reorganização do sistema produtivo, assegurando a estabilidade do regime de transição (PINHEIROS, 1995, p.65).

Importante salientar que, os contextos históricos, sociais e políticos de cada país da América Latina, bem como o papel dos movimentos sociais e das

possíveis demandas sociais reivindicadas, são fatores importantes na compreensão da formação econômica e da criação das políticas públicas como um todo.

Assim, nos séculos XVIII e XIX, os países latino-americanos começam a se abrir para o mercado internacional, procurando através da comercialização de produtos oriundos da produção de mercadorias próprias de cada país, se inserirem de forma competitiva no mercado mundial.

Dessa maneira a formação dos Estados latino-americanos surge, como agente fortalecedor das oligarquias primário-exportadoras, e veículos da consolidação de nações formadas a partir dos interesses das oligarquias regionais e da extensão dos sistemas econômicos. Sua ação direcionava-se para a construção da identidade nacional e a garantia das condições de trabalho tanto dos imigrantes como do restante da população, que vinham sendo mobilizados para fazer prosperar o sistema econômico.

Da mesma forma, via-se a formação das políticas sociais associavam à lógica dos interesses da oligarquia, sejam como forma de estabelecer condições mínimas para assegurar a capacidade de trabalho, principalmente nos ambientes insalubres, como foi o caso do início da exploração da borracha na Amazônia, das minas de cobre na Bolívia e das minas de salitre no deserto do Chile (PINHEIRO, 1995, p.70).

Na América Latina, em inícios do século XX, esse contexto econômico baseado na exportação de produtos primários começa a dar indícios de declínio, marcado por crises econômicas e guerras mundiais, o que acaba transformando a produção em geral e as formas de trabalho. Neste ínterim deu-se a Primeira Guerra Mundial que muda a forma de comercializar e produzir, acarretando ainda mais esse modelo econômico, como o surgimento de novos atores sociais, novas demandas e novos reajustes estruturais tanto econômicos quanto políticos.

Podemos entender que, com o advento do sistema capitalista, as sociedades passaram por diversas e grandes transformações e conseqüentemente surgiram algumas características próprias desse sistema, como a concentração de pessoas nas grandes cidades, distribuição desigual de bens, concentração de renda, mudanças no modo de produção,

crescimento das desigualdades e problemas sociais fatores este que contribuíram para aumento da pobreza.

Aqui, as elites rurais passam a aderir ao liberalismo o que facilita sua inserção em novos mercados comerciais. Nasce o Estado desenvolvimentista, colocando como foco a atividade econômica nacional, este modelo político traz consigo o centralismo, o autoritarismo, o nacionalismo e o populismo. Presentes nos governos de Vargas no Brasil, de Perón na Argentina.

No Brasil, este modelo de Estado desenvolvimentista esta inserido em uma fase em que a democracia representativa e o mercado enfraquecido pelos reflexos da Crise de 30, momento de grande preocupação, não só no Brasil, mas no mundo. Segundo Pinheiro(1995), havia a necessidade de um Estado interventor, investidor e planejador, capaz de conferir alguma racionalidade às disfunções da mão invisível e conduzir a economia em prol do bem-estar da população.

Na década de 1980, pôde-se verificar a expansão dos benefícios das políticas sociais para toda a sociedade, por meio da adoção do princípio da universalização do atendimento, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e previdência social.(PINHEIROS,1995,p.76)

Para Dallago (2007), o início do século XXI nos faz refletir sobre aquilo que se sabe e os caminhos trilhados pelo desenvolvimento tanto econômico como social no âmbito nacional e social. Somos desafiados e exigidos a fazermos uma análise das condições sócias econômicas da primeira década desse século, principalmente pelo fato de ser um período de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais e entender as transformações nesses setores é o mesmo que entender a crise que o capitalismo vive, assim como também as formas como ele se manifesta, com suas mudanças.

No meio dessas mudanças, ver-se no país uma cultura autoritária que centraliza bens, essa cultura vai acompanhar a construção e a implementação das políticas sociais que possuem uma origem ligada ao desenvolvimento urbano e industrial onde o Estado passou a utilizar meios de controle institucionais.

Para essa autora, o desenvolvimento industrial ligado à expansão das cidades acabou tornando ainda pior as questões ligadas ao social, principalmente no que diz respeito aos aglomerados de pessoas nas cidades,

nos grandes centros encontram-se o desenvolvimento das indústrias e nas periferias é visível o aumento do desemprego, a exclusão social, o pouco acesso à cultura, a economia, a política, a escolarização, dentre outros.

O Estado é chamado a intervir e enfrentar aquilo que Dallago (2007), chama de “questão social”, buscando formas de enfrentar a desigualdade. Diante disso foram criadas as políticas sociais, que são um conjunto de programas e ações continuadas que abrangem as várias faces das condições de vida da população necessitada.

Do ponto de vista neoliberal, as políticas sociais dão a ideia de uma ação que é feita de forma coletiva ou por meio estatal com o intuito de gerar um bem estar individual e social, oferecendo serviços compensatórios, preventivos e redistributivos. Essas políticas sociais se apresentam como programas diversos, criados por instituições que buscam diminuir as desigualdades que existem na sociedade como um todo visando diminuir a pobreza causada pelo modo de produção.

Do ponto de vista histórico, para Dallago (2007), durante os anos de 1930 até 1960 as políticas sociais estavam voltadas para salvaguardar os trabalhadores com o intuito de garantir uma força de trabalho adequada e que estivesse em consonância com as vontades do mercado vigente. É sabido também que as políticas sociais também são fruto das lutas dos trabalhadores reivindicando melhores condições de trabalho e de vida.

No período da ditadura militar no Brasil as políticas sociais possuíam um caráter que objetivava a legitimação da autoridade vigente, buscando dar legitimidade aos governos que procuravam sustentar-se em bases sociais para se manterem no poder. Nessa época, a ideologia predominante era a de que o desenvolvimento social só iria se desenvolver juntamente com o desenvolvimento econômico

Sobre essa relação entre as políticas sociais atreladas ao desenvolvimento econômico, vale ainda recorrer a idéia de que o processo de desenvolvimento de um país abrange muito mais que apenas o campo de reflexão da economia, incluindo também elementos relativos à análise das instituições, das relações sociais, políticas e mais recentemente ambientais entre outros campos do conhecimento. Referindo-se à teoria do desenvolvimento econômico, Furtado (1961) já alerta que tal análise

econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada. Contudo ela pode identificar alguns mecanismos (relações estáveis entre variáveis quantificáveis) do processo de desenvolvimento econômico. (FURTADO apud CASTRO, 2012)

Durante o período do golpe militar e da promulgação da constituição federal, o país passou por um momento de desenvolvimento econômico, com expansão da produção e modernização e entrada de capital estrangeiro, nessa época as políticas sociais se mostraram como tendo uma roupagem de assistencialismo e clientelismo.

Como sabemos o período da ditadura foi fortemente marcado pelo autoritarismo, censura, repressão, ausência de eleições, tudo isso propiciava um quadro que colocava o social em xeque, ao mesmo tempo em que o Estado era chamado para dar respostas e solucionar essa questão.

Para Dallago (2007), as políticas sociais contraditórias e sem articulação mostravam uma ambiguidade, tendo em vista que procuravam manter os interesses tanto da classe trabalhadora como da classe que vive do trabalho alheio. As intervenções ineficientes das políticas públicas colocaram em evidência as carências em que vivem os trabalhadores, o que resultou na instabilidade na forma de vida desses trabalhadores que possuíam demandas cada vez maiores em todos os setores das suas vidas a exemplo da educação, habitação, dentre outros.

Essa forma de fazer política social acabou criando uma noção de cidadania que possui fragilidades e colocando aquilo que é uma obrigação do Estado, como sendo um programa de medidas paliativas, tendo em vista que as políticas neoliberais não conseguem diminuir as diferenças sociais, elas acabam aumentando as diferenças que há entre pobres e ricos, fazendo aqueles se subordinarem a estes.

Levando em conta os índices de violência, analfabetismo, pobreza e qualidade de vida nos países da América Latina, é sabido que a realidade social vem se transformando nos últimos anos, ainda que atingindo algumas metas de redução das desigualdades a partir da atuação de órgãos. Dentre os órgãos que combatem a extrema pobreza e a fome, a ONU que atua na América Latina e Caribe buscando desenvolver programas que em parceria com os governos reduzam as disparidades econômicas e sociais.

Considerando a definição de pobreza extrema do Banco Mundial, estão nesse contexto pessoas que vivem com menos de 1 dólar dos Estados Unidos por dia, e pobreza moderada as que vivem com os rendimentos entre 1 e 2 dólares dos Estados Unidos por dia. Estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar dos Estados Unidos por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares dos Estados Unidos.

De acordo com Mestrenner (1992), em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) marcada por ações assistenciais e filantrópicas por meio do repasse de recursos públicos, porém não havia responsabilidade estatal [...] É a primeira grande instituição de Assistência Social, com origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representado pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Voltada a aglutinar as organizações assistenciais, ira integrar a iniciativa privada, à do Estado intervencionista de Vargas, assegurando estatutariamente a presidência, as primeiras damas da República. (MESTRENER 1992, p.32).

É apenas na década de 1980, após a Constituição de 1988 ,que começa a delinear um plano de reforma nacional, democrático, desenvolvimentista e redistributivo. A construção de um efetivo Estado Social, universal e equânime, era um dos cerne desse projeto. (Fagnani, 2005, p. 88).

O Estado assumiu então o papel de interventor social, regulador do Bem-estar social. apresentando os objetivo de fomentar e garantir mecanismos de viabilização de direitos civis, políticos e sociais. Por Estado Bem-Estar social, temos a definição afeita por Beveridge apresentada por Rosanvallon(1981):

A expressão inglesa – Welfare State foi criada da década de 40, ainda que a menção à Welfare Policy – Política de Bem-estar, ocorra desde o início do século XX. O Plano Beveridge⁴ , foi o primeiro documento a marcar os princípios do Welfare State. Esse documento teve repercussão em vários países, que passaram a organizar a política de segurança social com as características apontadas por Beveridge: – é um sistema generalizado, que abrange o conjunto da população, seja qual for o seu estatuto de emprego ou o seu rendimento; – é um sistema unificado e simples: uma quotização única abrange o conjunto dos ricos que podem causar privações do rendimento; – é um sistema uniforme: as prestações são uniformes seja qual for o rendimento dos interessados; – É um sistema centralizado: preconiza uma reforma administrativa e a criação de um serviço público único (ROSANVALLON, 1981, p.115).

Após esta breve reconstrução histórica acerca da formação de políticas públicas na América Latina e trazendo essa reflexão para o contexto brasileiro. Podemos inferir que políticas públicas surgiram a partir de transformações socioeconômicas no Brasil. Desde épocas em que enfocavam somente o crescimento econômico, sem oferecimento de bem estar a população, a proteção social e a garantia de direitos sociais e civis. Caracterizada por sua pouca efetividade social e por sua subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. (Sposati,1986, Yasbek,2001).

Segundo dados do IBGE de 2010, o Brasil apresentava cerca de 8,5% de sua população vivendo em condições de pobreza, incluindo pessoas extremamente pobres, que compunham 2,5% da população total do país no mesmo período. Ainda no mesmo ano, a porcentagem de pobres (incluindo extremamente pobres) representava 16,27 milhões de habitantes (números absolutos). Deste total, 4,8 milhões eram considerados "extremamente pobres". Sobre os indicadores de medição da pobreza utilizados pelos Programas Sociais, Rocha(2004) nos esclarece que:

São aqueles utilizados habitualmente para medir a insuficiência de renda: proporção de pobres na população total; razão do hiato de renda, que dá uma medida da intensidade da pobreza; e, finalmente, o hiato quadrático, que pode ser entendido como um índice sintético de pobreza por levar em conta simultaneamente o número de pobres, a intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres.(ROCHA, 2004, p.4)

Embora tal incidência sobre a população absoluta brasileira tenha caído pela metade entre 2002 e 2010, o número total de pessoas vivendo na pobreza no país ainda é significativo. De acordo com dados o Atlas de 2013, referente à incidência de pobreza no Brasil em 2010, somente o Estado de Alagoas apresentava 34,29% de pessoas em condição de pobreza, e 16,66% que viviam em extrema pobreza. Números estes que dão um panorama do cenário local.

Segundo (Ruedieger, Machado , Silva e Weber,só a partir de 1993, começou a ser visto as mudanças nas percepções e discursos sobre a pobreza no Brasil, com início da "Ação da Cidadania" a qual tomou conta das ruas do país. Neste mesmo foi divulgado o Mapa da Fome produzido pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, ligado ao Ministério da

Fazenda) identificando a existência de 32 milhões de pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta no país.

Os conceitos de pobreza adotados pelas políticas sociais estão ligados a família em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$70 a R\$140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$70).Embora este não seja o foco da pesquisa, vale ressaltar que compreendemos a noção de pobreza com algo multidimensional, não relacionado apenas a carência de recursos.Partilhamos da idéia de Demo que :

Cada vez mais se aceita que pobreza tem, por trás, o problema da desigualdade social, o que implica reconhecer que se trata substancialmente de dinâmica política. Ser desigual quer dizer várias coisas, mas o centro mais duro da questão estaria no confronto entre minorias que comandam a cena e maiorias que sustentam os privilégios dessas minorias. Este jargão é, em poucas palavras, o resumo mais consistente da história humana conhecida. Em sociedade não disputamos apenas bens materiais escassos. Disputamos talvez ainda mais poder, prestígio, vantagens, liderança, oportunidades, não só porque somos, biologicamente falando, "score keepers", mas sobretudo porque historicamente falando nos organizamos em espaços dialéticos de poder.(Demo, 1988, p.2)

Como demonstração da distribuição da pobreza no Brasil, podemos verificar segundo o Mapa abaixo que, dos quase dezessete milhões de brasileiros que vivem em estado de pobreza, 9,6 milhões deles se encontram na região nordeste, onde mais da metade da população vive na zona rural.Contudo a maioria de famílias pobres vivem em área urbana: 8,67 milhões (53,3%) ante 7,59 milhões (46,7%) nas áreas rurais.

Gráfico-1 Pobreza extrema no Brasil

POBREZA EXTREMA NO BRASIL



*A linha de pobreza extrema adotada pelo governo é de R\$ 70 por pessoa/mês

Fonte: IBGE,2010.

O que nos faz compreender que as desigualdades sociais não estão apenas atreladas a não aquisição de bens e recursos materiais, de caráter puramente econômico, suas bases estão para, além disso, portanto é preciso entender com as desigualdades levando em conta a ausência de igualdade de, prestígio, oportunidade, vantagens, liderança. Por isso, toda estratégia de combate à pobreza supõe que o pobre se torne sujeito crucial da alternativa (DEMO,1988)

2.1.1- Reconstrução histórica do Programa Bolsa Família

No Brasil, a década de 1980 ficou marcada pela intensa pressão exercida por parte do regime militar. A ditadura não deixou espaço para movimentos de caráter libertário e revolucionário; as manifestações feministas no Brasil passaram a ser vistas como perigosas e moralmente condenáveis (NETO, 2015)¹⁵.

¹⁵ <http://causasperdidas.literatortura.com/2013/10/27/a-trajetoria-do-movimento-feminista-e-suas-lutas-frente-aos-dilemas-do-seculo-xxi/>

Neste cenário se deu o crescimento dos movimentos sociais, dentre eles os de trabalhadores e mulheres. Grupos que lutavam em favor da democratização política e pela igualdade de direitos, acarretando na construção da Constituição de 1988, o que de fato foi um grande avanço em direção a ampliação significativa dos direitos sociais.

Assim a Constituição Federal de 1988 e posteriormente a Lei Orgânica da Assistência Social de Nº. 8.724/1993 serviram de alicerces para fortalecer políticas públicas e programas sociais que na década de 1980 apresentavam baixa eficácia. Com ações como estas, as políticas públicas de assistência social ganharam espaço e apresentaram resultados positivos no que se refere aos investimentos do Estado nas questões sociais.

Segundo Teixeira (2007) os sistemas de proteção social públicos surgiram nos países capitalistas ocidentais como resposta às demandas sociais. Em outras palavras, a construção e implementação dessas políticas se adensaram a uma série de reivindicações coletivas, assim, diversos problemas sociais e necessidades concretas das comunidades se transformam em demandas políticas. Desse modo foi introduzido no campo das disputas políticas de representatividade os debates em torno das políticas públicas consideradas como prioritárias.

Como exemplo disto, temos no Brasil, Os Programas Assistenciais de Transferência de Renda e o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS), o benefício da aposentadoria rural e o Bolsa Família (BF), Descrito por Souza (2011):

O BPC é uma transferência de renda sem condicionalidades, dirigida aos indivíduos inválidos ou idosos de 65 anos de idade ou mais cuja renda per capita familiar seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo nacional. O benefício corresponde ao pagamento mensal de um salário mínimo. O BPC foi um direito garantido na Constituição de 1988 e implementado a partir de 1995. Sua gestão, acompanhamento e avaliação estão a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), enquanto a sua operacionalização compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

- A aposentadoria rural é uma transferência de renda para trabalhadores rurais idosos instituída dentro da legislação da seguridade social brasileira. Antes da Constituição de 1988, a legislação garantia o pagamento de meio salário-mínimo ao

trabalhador rural idoso que fosse chefe de família. Constituição de 1988 e a Lei Ordinária 8.212/8.213 de 1991 estenderam o benefício para outros membros da família, reduziram a idade mínima requerida de 65 para 60 anos para homens e de 60 para 55 anos para as mulheres e aumentaram o valor do benefício para um salário-mínimo mensal. Para ter direito a tal benefício, basta o indivíduo comprovar que exerceu atividade rural por pelo menos 15 anos. Embora o termo seja aposentadoria rural, trata-se de um benefício assistencial, pois não se exige do beneficiário nenhuma contribuição ao sistema de seguridade para ter direito ao benefício. Sua gestão e operacionalização estão a cargo do INSS.

- O programa Bolsa Família (BF) foi criado em 2003 pelo Governo Federal como resultado da fusão de quatro programas até então existentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Diferentemente dos dois anteriores, ele é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades. Programas com transferências condicionais de renda nos moldes do Bolsa Família surgiram em meados dos anos 1990 com o duplo objetivo de combater a pobreza no curto prazo via transferências de renda e reduzir a pobreza no longo prazo via incentivo à acumulação do capital humano das futuras gerações via condicionalidades (Fiszbein e Schady, *apud* SOUZA, 2011, p.2)

-

Por outro lado, Colares (2010: p.4) compreende que a transferência de renda assume relevância na sociedade brasileira e funciona como estratégia de enfrentamento da pobreza, tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias.

Ao falar da expansão das políticas públicas de combate à pobreza no Brasil e da construção de programas de transferência de renda, como aqueles que têm por principais características o enfrentamento da pobreza e do desemprego, Santos *apud* Silva (2007) descreve a evolução das PTR's (Políticas de Transferência de Renda) em cinco momentos:

O primeiro momento se dá em 1991 quando ocorre a inserção da transferência de renda no debate da agenda pública do país. Nesse sentido, cabe lembrar que nesse mesmo ano foi aprovado e sancionado o projeto de Lei

Nº 80/1991 de autoria do Senador Eduardo Suplicy que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

Dessa forma o debate sobre transferência de renda começa a ser ampliado, o PGRM aprovado no final de 1991, apresentava a pretensão de transferir uma renda para todos os cidadãos brasileiros com mais de 25 anos em uma faixa de renda pré-determinada. Conforme o projeto, o programa beneficiaria, sob a forma de imposto de renda negativo, todas as pessoas que recebessem rendimentos brutos inferiores a 2,5 salários mínimos efetivo na época. “O imposto de renda negativo seria correspondente a 50% da diferença entre aquele patamar de renda e a renda da pessoa, caso ela estivesse trabalhando, e 30% no caso em que a pessoa tivesse rendimento nulo” (SUPLICY, 2002: p. 123).

No segundo momento, temos a inserção da articulação entre uma garantia de renda mínima e a educação. A proposta era de transferir o valor de um salário mínimo para toda família que mantivesse seus filhos de 7 a 14 anos freqüentando a escola pública.

Foi ainda na década dos anos 90 que alguns municípios, começam a inserir projetos de programas de transferência de renda, Em 1995, Cristovam Buarque lançou no Distrito Federal, o Programa Bolsa Escola. A essa iniciativa aderiram as cidades como Campinas e Ribeirão Preto no Estado de São Paulo. No ano de 1996, Vitória, Santos, Belo Horizonte, Jundiaí, Boa Vista, Franca e Salvador ampliaram a lista de cidades que aderiram a esta mesma iniciativa (SILVA, YAZBK e GIOVANNI, 2004).

Ainda segundo Silva, Yazbek e Giovanni, (2004, p. 202), que acreditam que uma das maiores causas da pobreza no Brasil é a desigualdade na distribuição de renda e riqueza socialmente produzida, qualquer que seja a política que tenha por objetivo o enfrentamento à pobreza deve ser articulada com a política econômica, com investimento social a médio e em longo prazo. Por entenderem que a redução da pobreza perpassa por outros fatores, aponta-se a exigência de ampliação da inserção de jovens no sistema de educação, valendo salientar que há uma demanda por políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de renda, que sejam planejadas, executadas e articuladas entre setores como saúde, educação e assistência social. O que pôde ser visto somente nos últimos anos no Brasil, apontando

que é possível se visualizar os Programas de Transferência de Renda como efetivo mecanismo de enfrentamento da pobreza.

O terceiro momento se deu em 1995. Esse momento se caracterizou pela implementação de algumas experiências de transferência de renda a cima mencionadas nos municípios no Estado de São Paulo e também na cidade de Brasília no Distrito Federal. Seguidamente também foi criado e executado o Benefício de Prestação Continuada instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social¹⁶. O fundamento desses programas se encontra a busca de garantias de dar assistência a um mínimo do conjunto de demandas sociais. Essa assistência procurou ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população mais vulnerável. Do conjunto de iniciativas, ganha destaque a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, um programa que no ano de 2015 se integrou ao PBF.

O PETI¹⁷ é composto por um conjunto de ações que busca retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando a criança reconhece estar na condição de aprendiz, mas, para isso, deve ter 14 anos como idade mínima. O programa compreende transferência de renda, prioritariamente por meio do Programa Bolsa Família, acompanhamento familiar, e oferta de serviços sócio assistenciais, atuando de maneira articulada entre estados e municípios, e com a participação da sociedade civil.

Em 1996, O Benefício de Prestação Continuada (BPC) tornou-se o programa de transferência de renda com alcance em todo o Brasil. Com esse programa o governo buscou transferir o valor igual a 01 salário mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência.

Ao que se refere aos PTR, não existe unanimidade as concepções do programas e sua estrutura e orientações. Diante disto Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 36/37) destacam que no Brasil existem duas principais formas de orientações político-ideológicas que inspiram as iniciativas de transferência de renda e são:

¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm

¹⁷ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>

Transferência de Renda enquanto programas compensatórios e residuais cujos fundamentos são os pressupostos do mercado, orientados pelo entendimento de que o desemprego e a exclusão social são inevitáveis. Têm como objetivos garantir a autonomia do indivíduo enquanto consumidor, atenuar os efeitos mais perversos da pobreza e da desigualdade social, sem considerar o crescimento do desemprego e a distribuição de renda, tendo como orientação a focalização na extrema pobreza, para que não ocorra desestímulo ao trabalho. O impacto é, necessariamente, a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;

E Transferência de Renda enquanto programas de redistribuição de renda, orientados pelo critério da Cidadania Universal, tendo como fundamentos alguns pressupostos redistributivos

Desta forma, acreditamos que os Programas de Transferência de renda são um importante mecanismo de distribuição de renda, gerando autonomia e condições de igualdade para que os indivíduos exerçam a sua cidadania plena, mas que não pode ser um instrumento único. É preciso que este seja atrelado ao crescimento e funcionamento de setores importantes da sociedade, como o econômico, o social e o político.

O quarto momento ocorreu em 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando sancionada a Lei nº 10.219, que regulamentava a expansão dos programas de iniciativa do Governo Federal que estavam sendo desenvolvidos, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, que foram implementados de forma descentralizada e que alcançaram boa parte dos municípios brasileiros.

O Bolsa Escola funcionava como um programa de transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas. Assim, do ponto de vista da política pública a criança não precisaria trabalhar para ajudar os pais, uma vez que o benefício era recebido. Para gozar dos direitos da bolsa, era preciso apresentar frequência na sala de aula de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00 (valor exigido em 2001)¹⁸. Tinha como alvo famílias

¹⁸ <http://bolsa-familia.info/bolsa-escola.html>

que possuíam em sua composição crianças com idade entre seis e quinze anos, devidamente matriculados no ensino fundamental.

Outro Programa do Governo Federal também criado em 2001, foi o Auxílio Gás. Administrado pelo Ministério de Minas e Energia, o Auxílio Gás procura assegurar o auxílio financeiro de R\$ 15, a cada 2 meses, para que pudessem comprar o gás de cozinha, através do auxílio gás para famílias que apresentavam renda de no máximo meio salário mínimo. O programa atendia a famílias que já eram assistidas pelo Bolsa Escola e outros programas que integravam a chamada Rede de Proteção Social¹⁹.

O quinto momento é representado pela formação do Programa Bolsa Família. Fazem parte desse conjunto, os programas, Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação. A mola propulsora desses programas foi a transferência direta de R\$ 70,00 mensais para as famílias cadastradas no Cadastro único (CadÚnico), com possibilidade de acumular benefícios conforme a situação de cada família.

Em 2011, surgiu o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) que tinha por objetivo a tentativa de superação da extrema pobreza e da miséria através de políticas, programas e ações governamentais, incluindo a criação do Auxílio Gás, do Pronatec²⁰ (o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e Brasil Carinhoso, lançado pelo BSM com o intuito de atender as crianças de zero a seis anos, buscando dar atenção integral e articulação para implantação de políticas ligadas à saúde e à educação.

De acordo com informações fornecidas pelo site do Governo Federal, o BSM foi lançado em 2 de junho de 2011, por meio do Decreto nº 7.492 com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Organizado com bases em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação

¹⁹ <http://www.programadogoverno.org/vale-gas-auxilio-gas/>

²⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

Retomando a criação do Programa Bolsa Família, começamos por lembrar a medida provisória de nº 132 de 20 de outubro de 2003, e regulamentado pela Lei nº10.836 de 2009 durante o governo do então Presidente de República Luiz Inácio Lula da Silva. Durante os anos do Governo Lula o programa se fortaleceu e teve uma significativa ampliação com o governo de Dilma Rousseff, a partir do ano de 2011. Denominado Programa Brasil Sem Miséria, o PBF mediante coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, alcançou o apoio de outros órgãos federais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, que atuam como fortalecedores do PBF, seja no acompanhamento da frequência escolar, ou mesmo de agendas de saúde e assistência social.

À maneira de síntese, poderíamos dizer que o PBF é um programa de transferência de renda, que dá continuidade aos programas de combate à fome e a pobreza. Segundo Silva (2007) a existência desse programa é a operacionalização da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda de abrangência nacional. O programa social possui como público alvo a população pobre, buscando a promoção ao acesso de serviços públicos básicos visando combater a fome e a pobreza, e estimular a autosustentação das famílias em tais condições.

Ações que objetivam promover melhores garantias aos membros das famílias assistidas através da transferência de uma renda monetária específica, e em contrapartida, os beneficiários precisariam cumprir uma agenda de condicionalidades que se referem à saúde, educação e assistência social, bem com a participação de cursos profissionalizantes e de capacitação profissional.

Segundo Santos (2012), essa unificação no nível da União, dos Estados e Municípios representou uma tentativa de melhor focalizar as medidas de enfrentamento à fome e à pobreza a serem executadas pelo PBF. Em dezembro de 2003 o programa atendia 3,6 milhões de famílias, um número que

triplicou de acordo com dados do MDS de janeiro de 2015, apontando que atualmente o programa beneficia mais de 14 milhões de pessoas²¹.

2.2 - Os Fundamentos e a mecânica de funcionamento do PBF

O Programa Bolsa Família é considerado o carro-chefe do Programa Fome Zero, uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esta estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2010).

Todos os meses o Governo Federal deposita um valor para as famílias que fazem parte do programa. O valor repassado depende do número de membros da família, da idade de cada um e da renda declarada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, por este motivo, as famílias podem receber valores diferentes. O saque é feito com cartão emitido em nome do responsável familiar que é preferencialmente mulher. O pagamento segue o calendário definido pelo MDS e pela Caixa Econômica Federal, com a liberação dos saques nos últimos 10 dias úteis do mês, de forma escalonada (MDS, 2015).

O valor que cada família recebe é calculado de formas diferentes, dependendo do perfil das famílias, e classificado em quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza:

1. O Básico, concedido às famílias em situação de extrema pobreza, é de 77 reais mensais, independentemente da composição familiar. Já o Variável, no valor de 35 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, gestantes ou nutrizes, e pode chegar ao teto de cinco benefícios por família, ou seja 160 reais. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico e o Variável, até o máximo de 230 reais por mês.

2. O benefício Variável para Jovem, de 42 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes

²¹ <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/bolsa-familia-complementa-renda-de-14-milhoes-de-familias-em-janeiro> acesso em 27/07/2015.

entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, 84 reais.

3. Já o para Superação da Extrema Pobreza é concedido às famílias em situação de pobreza extrema. Cada família pode ter direito a um benefício. O valor varia em razão do cálculo realizado a partir da renda per capita da família e do benefício já recebido no programa(Carta Capital, 2014)

4. Os critérios para entrar no Programa devem-se ajustar-se a um protocolo rigoroso. A família precisa ter seus dados registrados no CadÚnico (Cadastro Único) para Programas Sociais do Governo Federal.O CadÚnico funciona como um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.Com base nesses dados, o MDS faz a seleção das famílias que podem receber o benefício.O cadastramento é feito somente pelas prefeituras municipais, as cumprem a função de orientar as famílias a respeito dos Programas, do cumprimento dos prazos entre outras informações que facilitam a relação entre o PBF e os usuários do mesmo.

Com base nas informações inseridas na base do Cadastro Único, o MSD seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. São de responsabilidade das prefeituras municipais; cadastrar, digitar, transmitir, manter e atualizar a base de dados, acompanhar as condições do benefício e articular e promover as ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo das famílias pobres do município.

O principal critério de seleção é a renda familiar por pessoa. Dessa forma o perfil das famílias assistidas pelo Programa deve seguir alguns parâmetros; famílias com renda mensal por pessoa de até R\$77, mesmo que não tenham gestantes, crianças ou adolescentes na família; e famílias com renda familiar mensal por pessoa entre R\$77,01 e R\$154 e que tenham gestantes, crianças ou adolescentes em sua posição.

Segundo informações do MDS, o Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família, por meio de um sistema informatizado que consolida os dados coletados no CadÚnico.

A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que

essas famílias estão expostas. Sob a coordenação do MDS, o Cadastro Único é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

As condicionalidades do Programa são saúde e educação e assistência social. A agenda de saúde determina que os pais ou responsáveis pelas crianças menores de sete anos devem levá-las para tomar as vacinas recomendadas, pesar, medir e fazer exames freqüentemente. As gestantes e/ou mães que amamentam devem fazer acompanhamento do pré-natal nas unidades de saúde e, sobretudo continuar o acompanhamento da sua saúde e do bebê após o parto, e também participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento e alimentação saudável.

Quanto à agenda escolar é necessário que crianças e adolescentes de até quinze anos cumpram freqüência obrigatória de oitenta e cinco por cento, já para os alunos com dezesseis e dezessete a número deve atingir setenta e cinco por cento (SANTOS, AYRES, 2012: p.11).

A cada dois anos é realizado um recadastramento ou revisão cadastral, que funciona como a atualização do cadastro das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. É um processo obrigatório e de rotina, que ocorre todo ano, com as famílias com mais de dois anos sem nenhuma atualização no Cadastro Único, tendo como base o final do ano anterior. Com esta ação o governo pretende através dos dados atualizados, analisar se o beneficiário do Programa Bolsa Família ainda atende às condições necessárias para continuar a fazer parte do programa.

De acordo com o MDS, cabe às prefeituras manter o cadastro do Bolsa Família sempre atualizado, assim como o acompanhamento das condicionalidades de freqüência escolar das crianças e adolescentes das famílias beneficiárias do programa. Também são agentes fiscalizadores os Conselhos ou Comitês de Controle Social de cada município, compostos por assistentes sociais que acompanham a situação das famílias cadastradas no programa.

Segundo dados do MDS de 2014, desde o início do programa, em 2003, 1,7 milhão de famílias deixaram o programa por informarem renda per capita mensal superior aos limites estabelecidos²².

Podem ser desligados do PBF, as famílias que não cumprirem as regras do Programa ou à verificação de que família não tem o perfil para receber o benefício, a partir das informações inseridas no sistema, a não informação quando houver possíveis alterações de renda, da composição familiar, de endereço de município ou de escola. Existe a possibilidade do próprio responsável pela unidade familiar(RF),solicitar o desligamento junto ao Programa,assim ele deverá procurar o Gestor Municipal e manifestar expressamente sua decisão de se desligar do Programa.

2.3 - O PBF e a agenda de debates em torno das políticas públicas de transferência de renda

Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. As discussões no meio acadêmico acerca das políticas públicas voltadas para a superação da pobreza podem ser vistas em diversas áreas como na Economia, no Serviço Social, e outros. No Campo das Ciências Sociais, podemos citar como exemplo a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS),²³ que em suas edições anuais o evento dispõe de espaço para esse tema ser debatido. Na 33ª edição, que teve sua realização em 2009, na cidade de Caxambú, Minas Gerais, o Grupo de Trabalho nº12 tinha como proposta fazer o debate sobre os desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento.

Dentre as produções apresentadas, podemos citar o trabalho de Otavio Soares Dulci (PPG em Relações Internacionais, PUC/Minas), intitulado de *Transferência de renda e política social, modelos e trajetórias institucionais na América*. Segundo o autor, sua pesquisa busca fazer uma análise dessa nova

²² C.f <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html>

²³http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=277&Itemid=290

modalidade de proteção social à luz das várias experiências em curso na América Latina. Interessando-se em especial pelas distintas trajetórias das políticas sociais que foram percorridas no continente, de modo a situar os esforços atuais para compreender os efeitos das políticas públicas de transferência de renda.

O Programa Bolsa Família, de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, se configura em um tema que vive no centro das discussões acerca das políticas públicas e de assistência social, debates que tem como foco sua funcionalidade e seus alcances, bem como críticas ao seu modelo de atuação. Ao se tratar dessa temática, podemos encontrar ao menos dois tipos de discursos, os de caráter político e os com base no senso comum.

Alguns críticos argumentam que esses programas são ineficazes em função de grande parte dos recursos não serem destinados aos verdadeiros pobres ou porque geram o fenômeno da armadilha da pobreza. Numa outra perspectiva, algumas produções, se utilizando do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) do IBGE, mostram que os programas de transferência de renda do Governo Federal alcançaram seus objetivos em reduzir as desigualdades e a pobreza no Brasil. Dentre eles, pode-se citar os trabalhos de Rocha (2004, 2006) e Hoffman (2006) (MARINHO, LINHARES, CAMPELO, 2011: p. 267/268).

Nesse sentido podemos ressaltar o livro intitulado “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”, organizado pela socióloga Walquiria Leão Rego e pelo filósofo Alessandro Pizzani. Esta obra se tornou referência dos estudos sobre o Programa, e nela, mais que analisar os dados quantitativos referentes à população beneficiária, os autores buscaram dar vozes as pessoas que recebem o PBF. Viajando pelo interior do Brasil, em regiões pobres como o Vale do Jequitinhonha e Sertão de Alagoas e do Maranhão, eles fizeram inserção em campo durante cinco anos e realizaram inúmeras entrevistas com os beneficiários. Segundo os autores, algumas questões são levantadas, como exemplo, após 10 anos de funcionamento, o Programa mudou a vida de pessoas nos lugares mais pobres do País, enfraquecendo o coronelismo e abalando a cultura da resignação.

“Somos da opinião”, afirmam os autores, “de que um programa como o BF se insere justamente nesse contexto e que seu efeito primário, além de garantir a subsistência imediata, é o de fornecer uma base material necessária para que os indivíduos possam desenvolver-se em direção a uma maior autonomia. (RÊGO, PINZZANI, 2013: p. 69).

Embora diversas pesquisas apontem o desenvolvimento do Programa e seus impactos enquanto positivos, existem algumas preocupações que geram posicionamentos contrários a estas análises, como possíveis falhas na fiscalização das condicionalidades, por entender o Programa como um ação permanente, fazendo com que muitas pessoas se acomodem, por exemplo em relação a busca de emprego , acusações de ter um caráter assistencialista ou até mesmo cabresto de eleitores, moeda de compras de votos, instrumento que estimula as mulheres a ter mais filhos para assegurarem por mais tempo o benefício.

A socióloga Walquiria Rêgo (2013) rebate a ideia de que o benefício acomoda as pessoas, respondendo tais questionamentos acerca do PBF em entrevista à Agência Caixa:

Isso é uma visão preconceituosa sobre os pobres. Esses estereótipos têm que ser desfeitos no Brasil, para que se tenha uma sociedade mais solidária, mais democrática. É preciso desfazer essa imensa cultura do desprezo. O ser humano é desejante. Eles querem mais da vida como qualquer pessoa. Gostariam de ter seus empregos, gostariam de ter sua renda, gostariam de usufruir da vida como todos nós (RÊGO, 2013).

Dados divulgados pelo Governo Federal demonstram que 75,4% dos beneficiários do Bolsa Família estão trabalhando e que mais de 1,7 milhões já deixaram de receber o benefício. Corroborando com estas informações podemos verificar nos dados divulgados do MDS de 2013 que o número de pessoas que recebem o benefício e que são micro-empendedoras individuais chega a 350 mil, e muitos utilizam o empreendedorismo como forma de complementar a renda. É visto também uma diminuição da taxa de natalidade entre as famílias mais pobres. Comparando dados do Censo de 2000 a 2010, vê-se que a taxa de fecundidade nessa camada da população caiu 30%, enquanto no restante da população a redução foi de 20,17%.

Diante do exposto podemos dizer que o PBF promove avanços , se tornando de extrema importância para milhares de brasileiros, porém acreditamos que ele por si só não garante mudanças permanentes na

realidade das famílias assistidas, principalmente das camadas mais pobres da população, mesmo estando atrelado a outros setores como a educação e a saúde, o benefício é um instrumento de promoção ao desenvolvimento humano que vai depender também de melhorias nos setores parceiros.

É necessário haver políticas de assistência social com qualidade, seja na educação e ensino, com perspectivas de crescimento e valorização dos profissionais de educação, na saúde de qualidade, e principalmente nas agendas políticas com governantes responsáveis e comprometidos em acabar com as desigualdades sociais. Tomando medidas que impulsionem a geração de emprego e oportunidades, investindo em diversos setores que precisam pactuar metas e exercer ações para que Programas de Transferências de Renda sejam pensados e percebidos enquanto um incentivo que visa melhoria da qualidade de vida e autonomia, e não uma ação paliativa.

CAPÍTULO 3

Aqui buscamos apresenta a realidade do campo, situando o contexto histórico e econômico do Brasil e de Alagoas, seguindo de um demonstrativo de dados quantitativos, o perfil das mulheres entrevistadas e outros aspectos importantes que são transversais a suas realidades, como a educação, o “lugar” da mulher no mercado de trabalho e outras nuances.

O Programa Bolsa Família em Maceió/AL: a realidade do campo de pesquisa

O histórico econômico e social do Brasil é marcado por desigualdades e índices inferiores se comparado a outros países ditos emergentes até mesmo dentro da América Latina. Se levamos em conta as décadas de 1980 e 1990, neste período o país não apresentava taxas que compatíveis com a expansão econômica mundial e isso gerou grande reflexos na sociedade brasileira, como o aumento na taxa de desemprego e pobreza, acarretando em novos processos de exclusão social o que marca grandes assimetrias entre a população mais pobre e as que detêm o capital econômico.

Na busca de mudanças nesse cenário de desaceleração do crescimento econômico do Brasil buscando atender um ideal neoliberal, a política social apresenta aqui formulações mais impactantes na vida dos trabalhadores, ganhando mais impulso, após o processo de transição política desenvolvido em uma conjuntura de agravamento das questões sociais e escassez de recursos. (PIANA, 2009, p.38)

Como já destacado anteriormente, compreendemos que a pobreza necessita de uma análise multidimensional, onde se devem destacar isoladamente dimensões como a privação de alimentos, de acesso a serviços de saúde e a uma rede pública de ensino de qualidade, de acesso à rede d'água, entre outras, que se fazem presentes ainda em uma grande parcela da população brasileira. (CALDAS, 2015, p.76). E que as políticas públicas precisam levar em conta não apenas a dimensão econômica, mas introduzir outros aspectos que são também importante para a compreensão da pobreza e assim construir de forma mais ampla ações que possam minimizar essa condição em que milhares de brasileiros hoje estão inseridos.

Aqui neste trabalho, iremos tomar como recorte territorial a cidade de Maceió, está situada na região Nordeste do Brasil. Entendemos que contexto social, político e econômico de qualquer sociedade interferem na construção e na aplicação das políticas públicas, visto que estão são em grande parte frutos das demandas apresentadas pela sociedade e seus arranjos políticos, econômicos e sociais.

O nordeste brasileiro é formado pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, ocupando área de 1.561.177,8 km², o que corresponde a 18,26% da área total do país. Sua população totaliza 43.792.133 habitantes, o que representa 28,9% do total do Brasil. Sua densidade demográfica é de 28,05 habitantes por km² e a maior parte da população se concentra na zona urbana (60,6%). O nordeste é a maior região do País em número de Estados e a segunda maior em habitantes: 53 milhões de pessoas, 27,8% do total. Com um PIB de R\$ 284 bilhões, é a terceira maior região do País.

O gráfico 2, nos mostra através dos dados do IBGE distribuição de renda na região Nordeste por estados em 2011, como se pode observar a Bahia apresenta o maior PIB(Produto Interno Bruto), sendo Alagoas e o sétimo neste quadro.

Gráfico 2- distribuição de renda na região Nordeste por estados em 2011



Fonte:IBGE (2011)

Segundo Adriano Pitoli, economista da consultoria Tendências, o PIB do Brasil cresceu na média 4,01% de 2006 a 2011; e o do Nordeste só um pouco acima: 4,4%. Entretanto, quando analisada a expansão da renda total real no

período, a do Brasil avançou 5,7%, enquanto a do Nordeste teve um incremento muito maior: 7,4%. "Mesmo o comportamento do PIB não é desprezível, já que num passado recente a economia da região crescia menos do que a do País".

Ainda de acordo com Pitoli as mudanças em alguns aspectos da sociedade como, educação, emprego e poder de compra na região Nordeste, tem referência ao aumento dos rendimentos na aposentadoria, salário mínimo e Bolsa-Família. Entre os anos de 2006 a 2011, a renda do trabalho subiu 7,1% no Nordeste e apenas 5,8% no Brasil. Já o montante oriundo das aposentadorias evoluiu 7,9% na média Nordeste contra 6,2% na média Brasil. "Os ganhos da previdência pública cresceram porque acompanharam o reajuste do salário mínimo, e isso tem um peso muito grande no Nordeste em relação ao resto do País. Afinal, 70% dos beneficiários recebem apenas o piso", complementa Pitoli. (sm.com.br, 2012)

Tabela 1 – Indicadores de renda do Brasil e nordeste

NORDESTE X BRASIL		
<i>Indicadores de renda nordestinos cresceram mais do que os nacionais</i>		
DE 2006 a 2011	NORDESTE	BRASIL
Renda total real	7,4%	5,7%
Renda aposentados	7,9%	6,2%
Crédito	26,3%	21%

FONTE: IPEA(2014)

Remetendo aos dados de Maceió de 2010, o IBGE afirma que a capital alagoana possui 32.748 habitantes, em uma área de 509.876 km², apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM/2010) de 0,721. O IDHM²⁴ é uma medida composta de indicadores de três dimensões

²⁴ http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda; oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas além de funcionar com um mecanismo de avaliação do desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Dentre o número da população residente da cidade a maioria é composta por pessoas do gênero feminino, sendo 496.256 mulheres, e 436.429 homens, apresentando o valor de rendimento nominal mensal *per capita* dos domicílios particulares urbanos de R\$400 reais.

Maceió apresenta uma média de 3,4 pessoas por domicílio, sua população possui renda *per capita* abaixo de R\$70,00 reais por pessoa, isso significa uma expressiva quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, e dentre as faixas etárias, a que apresenta os números mais críticos são as pessoas com idade entre 20 e 39 anos.

O quadro 01 demonstra algumas informações sobre as representatividades de gênero nos domicílios particulares urbanos, apresentando dados sobre a responsabilidade dos domicílios, com um recorte de gênero e etnia, buscando apresentar o perfil das mulheres que são chefes da família no contexto Alagoano.

QUADRO 1 – Informações da quantidade de domicílios particulares urbanos com transversalidade de gênero responsável pelo domicílio

Domicílios com mulheres responsáveis pelo domicílio	Domicílios com homens responsáveis pelo domicílio
324.588	518.216
Mulheres Brancas	Homens brancos
99.594	156.048
Mulheres negras ou pardas	Homens negros ou pardos
218.348	354.897

Fonte: IBGE, 2010.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação de Gênero, apresentado pelo Censo Demográfico 2010, quando se refere à educação e a

taxa de analfabetismo em Alagoas, os dados mostram que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais é de 23,8% dos alagoanos, sendo 25,1% de homens e 22,5 de mulheres. Embora a maiorias dos domicílios urbanos sejam ainda sustentados por homens, a média do percentual de contribuição dos rendimentos das mulheres na família é de 46,5%²⁵.

No 20º lugar, Maceió assumiu a lanterna no ranking de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) entre 20 áreas analisadas pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com 0,702. A escala vai de 0 a 1 - quanto mais perto de 1, melhor o desempenho. Para elaborar o índice, são considerados indicadores de renda per capita, educação e expectativa de vida. Os dados são referentes ao Censo do IBGE de 2010, mas foram compilados em 2014 e 2015. Mesmo sendo a lanterna das 20 regiões, Maceió apresentou o maior avanço de 2000 a 2010, pois cresceu quase 24%²⁶.(Ipea, 2014)

Em relação aos rendimentos do PBF na região Nordeste segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em pesquisa realizada em 2011, o Nordeste recebeu nada menos de 51,1% dos benefícios distribuídos no Brasil. Não à toa: a área concentra 28% da população mais pobre, a maior do País. A expansão do Bolsa-Família apresentou números similares em todo o País (10,2% ao ano), o peso do programa no Nordeste é muito maior: no Brasil corresponde a apenas 0,9% do total da renda; no Nordeste, a 2,6%.(Sm.com.br, 2012)

Em Maceió, segundo o Relatório de Programas e Ações do MDS, atualizado em Agosto de 2015, o total de famílias beneficiadas pelo PBF era de 78.610 famílias, chegando a um total acumulado de R\$ 59.436.747,00.

Ao verificar as informações no Portal da Transparência sobre os valores repassados observamos que o total destinado ao Programa Bolsa Família em

²⁵ http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=censodemog2010_snig

²⁶ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/07/01/expectativa-de-vida-em-maceio-varia-ate-14-anos-diz-pesquisa-do-ipea.htm>

Alagoas é de R\$ 6.770782.55 de reais por ano, só em Maceió esses valores correspondem a R\$ 904.531,84 em valor anual.

O Programa Bolsa Família injetou em Alagoas, no ano de 2015, quase R\$ 300 milhões, com um alcance atual de 424.252 mil famílias beneficiadas no Estado. Dos 102 municípios a capital Maceió lidera o ranking no montante de recursos, recebendo, em 2015 cerca de R\$ 48 milhões, seguido por Arapiraca, que recebeu R\$ 14,7 milhões. No ranking nacional Alagoas fica na 11ª posição em montante de recursos transferidos (Portal Tnh, 2015)²⁷.

Em Alagoas, são 397 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 60 mil apenas em Maceió. Um fato crescente é o cancelamento dos benefícios do PBF em Alagoas. Só no mês de maio de 2016, cerca de 1.800 famílias tiveram o benefício cancelado. Segundo a coordenação estadual do programa, o motivo é o cruzamento de dados feito pelo Governo Federal, que acontece anualmente com o objetivo de averiguar disparidade de informações.

Essa informação nos leva a refletir como a maior fiscalização pode ser importante no desempenho e desenvolvimento de políticas públicas como o PBF, fazendo chegar esta renda a família que realmente necessitam do recurso para subsistência.

A educação configura-se no PBF como sendo um ponto importante para alcançar metas propostas pelo Governo Federal, além de ser uma preponderante condicionalidade para permanência das famílias no Programa. Alagoas apresentou um dos melhores indicadores do País no acompanhamento da frequência escolar de estudantes atendidos pelo Programa Bolsa-Família, de acordo com dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Pelos números, o Estado ocupa a 5ª posição de maior índice do Brasil, atualmente.

Levando em consideração os alcances desta condicionalidade, os dados relativos a taxa de frequência é 98,1% pode refletir o avanço das políticas de incentivo educacional com as estratégias elaboradas pelo Governo de Alagoas nesses sete anos de gestão, com um número recorde de estudantes da rede pública que alcançaram, no mínimo, 85% de frequência escolar, no caso de

²⁷ <http://tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/economia/2015/06/20/324497/bolsa-familia-injetou-r-298-milhoes-em-alagoas-somente-em-2015>

alunos entre 6 e 15 anos. Já para os da faixa etária entre 16 e 17 anos, o índice foi de 75% (Agência Alagoas /Conexão Penedo)²⁸.

Diversos estudos, pesquisas e relatórios sobre o Programa Bolsa Família trazem consigo múltiplos olhares, e no que se refere o alcance, metodologia e desenvolvimento do Programa, utilizamos dados apontados por Bezerra (2013) na pesquisa intitulada “Análise dos Impactos do Programa Bolsa Família no Desenvolvimento do Nordeste”.

Esta pesquisa busca demonstrar os impactos do Programa na região Nordeste ao longo dos dez anos de sua criação. De acordo com este estudo, feito em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil:

É patente a importância do PBF pelos seus relevantes resultados na área social, considerando que o público-alvo do programa estava marginalizado em suas necessidades básicas, principalmente quanto à questão de acesso a alimentação e produtos de primeira necessidade. • As transferências do PBF possibilitam importantes efeitos econômicos e produtivos, como a criação anual/manutenção de 807 mil empregos e ocupações no Nordeste. • Além de beneficiar a economia do Nordeste, os investimentos do PBF na região geram vazamentos, ou seja, geram impactos na produção, na geração de emprego e renda e aumento da arrecadação tributária nas outras regiões do país. • Os beneficiários do PBF tendem a consumir bens produzidos nacionalmente, ajudando a fortalecer o setor produtivo do país, estimulando o mercado interno e criando um “mercado consumidor de massas” (BEZERRA, 2013)²⁹.

Em Alagoas, uma pesquisa de 2013³⁰, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Popular da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob a coordenação do economista Cícero Pércles de Carvalho, analisou um levantamento inédito no país, comprovando que o benefício do Programa Bolsa Família é suficiente para a compra de uma cesta de alimentos com 13 itens além do botijão de gás.

Segundo Pércles, o volume dos recursos do benefício no Estado tem feito a diferença na expansão econômica de Alagoas em toda a região

²⁸ <http://conexaopenedo.com.br/2014/01/alagoas-e-destaque-em-frequencia-escolar-do-bolsa-familia/>

²⁹ Situado no trabalho Análise dos Impactos do Programa Bolsa Família no Desenvolvimento do Nordeste (2013)

³⁰ C. F. <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2007/agosto/bolsa-familia-impulsiona-crescimento-da-economia-alagoana>

Nordeste, injetando quatro vezes mais dinheiro na economia do que a principal atividade agrícola local, que é a cana-de-açúcar, além de aquecer as vendas do comércio, visto que a maior parte do dinheiro é utilizada principalmente na compra de alimentos, remédios, transporte e no varejo da construção civil, ou seja, o consumo imediato de famílias de baixa renda.

Outro impacto do PBF pode ser visto nas relações de gênero, do total de titulares do Programa, 93% deles são mulheres, sendo que deste percentual, 63% são mulheres negras. Segundo Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o benefício cumpre a função de empoderar as mulheres. É a única fonte de renda em muitos dos casos, então elas estão mais independentes dos maridos, compartilham mais na tomada de decisões da casa e tem mais auto-estima. A Ministra destacou ainda que muitas esposas, antes submetidas à violência doméstica, agora se sentem livres para pensar no divórcio³¹.

Em nossa pesquisa, podemos identificar o que foi relatado na fala acima citada da Ministra Tereza Campello, muitas das mulheres entrevistadas apresentava como renda única o recurso do PBF, oferecendo-lhe assim garantias mínimas para manutenção da casa e cuidados com os filhos, o que sugere pra essas mulheres um empoderamento econômico apresentando dimensões subjetivas como a autoestima e autonomia de poder decidir sobre o recurso e sobre si mesmas.

Refutando falas oficiais como esta, o antropólogo americano, Gregory Duff Morton, em seu trabalho de conclusão para o doutorado, analisou no interior da Bahia, em assentamentos rurais o impacto do PFB nas relações de poder entre homens e mulheres. O autor afirma que o Programa só dá autonomia a parte das mulheres inscritas, ele observou também que a existência de desigualdade entre os beneficiários, e que estas exercem influência na relação de poder entre homens e mulheres no interior de cada residência. Assim, de acordo com a pesquisa se percebe autonomia, nas mulheres que estão inseridas nas famílias mais prósperas da comunidade.

³¹ C.F <http://blog.planalto.gov.br/quebrando-mitos-bolsa-familia-reflete-no-empoderamento-e-independencia-das-mulheres/>

No entanto, falas geralmente proferida por integrantes e gestores do Estado sobre os alcances e efeitos do PFB, não devem ser vistas como verdade absoluta, visto que não podem ser aplicada a todas as mulheres como sendo algo linear e que possui atingimento total a todas as beneficiárias. Empoderamento e autonomia são categorias multidimensionais e devem ser compreendidas levando em consideração outros indicadores, como raça/etnia e classe social, contexto social.

De acordo com o Governo Federal, o Programa tem como alvo a família como um todo. Ele foca suas ações apenas nos membros individuais, e escolher a mulher como beneficiária legal e preferencial para o recebimento do recurso foi uma medida apontada enquanto meio de reconhecimento de sua importância no seio familiar.

Os dados do MDS apontam que na maioria absoluta das famílias atendidas pelo PBF a mulher aparece como titular do programa, isso significa em números cerca de 10,4 milhões de famílias beneficiárias são geridas em nome das mulheres, em um total de cerca de 11 milhões de beneficiários do programa no Brasil. Do total de brasileiros assistidos pelo PBF, entre os titulares responsáveis pelas famílias que recebem, 93% são mulheres. Do total de pessoas que são beneficiadas pelo programa, 56% são mulheres e 44% são homens.

Essas questões referentes à mulher como titular do PBF e seus impactos nas relações de gênero, bem como autonomia, empoderamento, poder de escolha, acesso a bens materiais e mudanças simbólicas, serão tratados na última parte deste trabalho, onde iremos trazer as falas e percepções das mulheres entrevistadas a cerca deste assunto.

3.1 – Incursões ao campo

Nas excursões ao campo de pesquisa no mês de Abril de 2016, foi possível a realização de 54 entrevistas com beneficiárias do PBF do município de Maceió-AL. As entrevistas foram realizadas nas sedes do Cadastro Único, situado no centro da capital, através de escolhas aleatórias, entre o grupo de pessoas que já eram beneficiárias do programa. Destacamos ainda que no local havia uma quantidade significativa de pessoas que recorriam ao

CadÚnico para finalidades diversas, como tarifas sociais da energia elétrica, cadastro em programas habitacionais, etc.

No CadÚnico da cidade de Maceió são distribuídas diariamente 600 fichas para atendimento, demonstrando a elevada demanda de serviços e programas condicionados ao cadastro.

O CadÚnico é o cadastro único do Governo Federal, realizado pelos gestores municipais para a emissão do Número de Identificação Social (NIS), destinado ao cruzamento de dados das políticas municipais e estaduais. Em Maceió o CadÚnico é realizado de forma descentralizada, havendo uma sede localizada no centro da cidade e outras seis unidades distribuídas pelo municípios, incluindo o serviço do CRAS, que destina-se a encaminhar os dados de famílias em vulnerabilidade social e econômica para a inclusão do cadastro.

As principais informações cadastradas das famílias no banco de dados do CadÚnico são as referentes ao domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo, a composição da família, identificação e documentação de cada componente da família, qualificação escolar e profissional dos componentes da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, remuneração, despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros)³².

3.2 O perfil social das mulheres entrevistadas

Este levantamento limitou-se a entrevistar apenas as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que já recebiam o benefício assistencial havia pelo menos um mês. Traçaremos logo abaixo algumas características fundamentais que nos auxiliarão a compreender o impacto do PBF no desenvolvimento das famílias das mulheres beneficiárias.

A faixa etária predominante das mulheres entrevistadas compreendeu-se entre 29 e 39 anos de idade, seguido pela faixa entre 40 e 50 anos, depois do grupo entre 18 e 28 e finalmente a faixa entre 50 e 60 anos. O grupo

³² Verificar em : <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>

minoritário compreendia a faixa etária entre 61 e 70 anos de idade, conforme tabela abaixo.

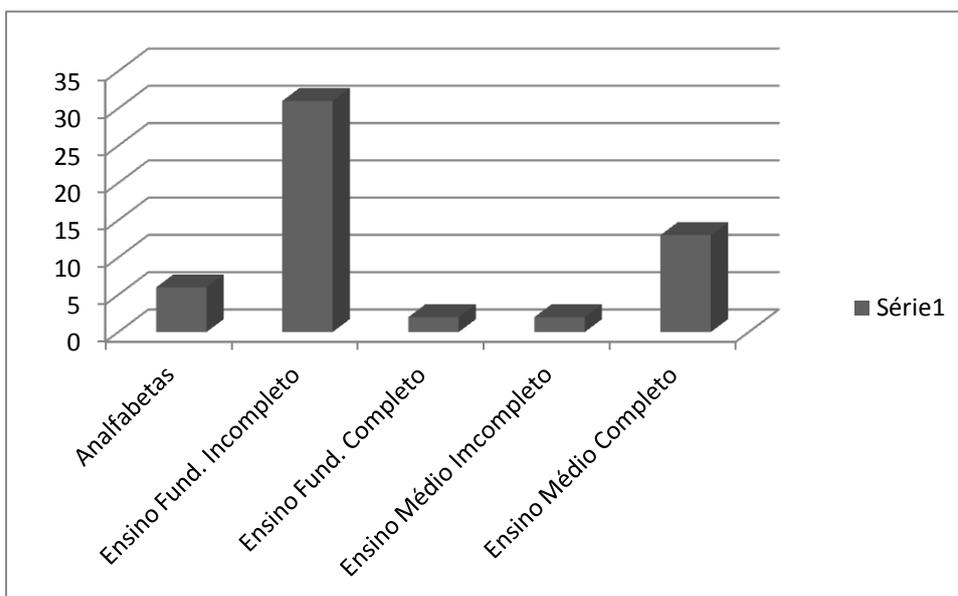
Tabela 02 - Faixa etária das mulheres entrevistadas

Faixa Etária	Beneficiárias
18 – 28	8
29 – 39	25
40 – 50	13
50 – 60	5
61 – 70	3

Das mulheres entrevistadas, 35 delas são solteiras, 14 são casadas e 5 delas divorciadas.

Com relação às características étnico raciais levantadas nas entrevistas, é majoritário o número de mulheres que se autodeclararam pardas (28), seguidas pelas autodeclarantes brancas (15), e negras (11). Das mulheres entrevistadas nenhuma se auto declarou-se amarela ou indígena.

No quesito escolaridade, verificamos o baixo nível de escolarização, sendo 11,11% das mulheres analfabetas; 57,40% representando mais da metade das entrevistadas, não concluíram o Ensino Fundamental; apenas 3,7% delas possuíam o Ensino Fundamental completo, sendo o mesmo valor de 3,7% para o Ensino Médio incompleto. Do universo de mulheres entrevistadas, 24,03% declararam ter concluído o Ensino Médio.

Gráfico 3 – Escolaridade das mulheres entrevistadas

A partir do cruzamento entre os graus de escolaridade e a ocupação das mulheres entrevistadas, observamos que entre aquelas com baixa escolaridade, sobretudo com o Ensino Fundamental incompleto, a frequência de ocupação é maior. No que se refere à declaração das ocupações para geração da renda familiar, o trabalho informal é predominante. Destacam-se a atuação em subempregos nos setores de serviços, como diaristas, cuidadoras de idosos, assistentes de serviços gerais, etc.

Tabela 3- Relação entre escolaridade e ocupação das entrevistadas

Escolaridade	Sem ocupação	Com ocupação
Analfabeta	2	2
Ensino Fundamental Incompleto	9	22
Ensino Fundamental Completo	1	2
Ensino Médio Incompleto	1	2
Ensino Médio Completo	2	11

Os dados apresentados no quadro acima demonstram que as mulheres ocupadas são aquelas que ingressaram o Ensino Fundamental e aquelas que

concluíram o Ensino Médio. Este cenário aponta para a possibilidade de haver uma relação direta entre a escolarização e a empregabilidade das mulheres. Todas as mulheres declararam ter realizado sua vida escolar na educação pública.

A baixa escolarização, segundo as mulheres, se deu pelas necessidades econômicas familiares. A exigência de ingresso prematuro no mercado de trabalho forçou o abandono da educação como estratégia para o desenvolvimento familiar.

A nível nacional, dados do IBGE (2010), demonstram que as mulheres apresentam ao longo de dez anos uma elevação da escolaridade, e o número de analfabetas também teve grande. Adolescentes homens e mulheres com 15 anos ou mais de idade apresentavam taxas de analfabetismo próximas, mas a maior porcentagem era dos homens, com 9,8%, frente aos 9,1% entre as mulheres.

Entre 2000 e 2010, o percentual de jovens de 15 a 17 anos que cursavam o nível educacional adequado à sua idade subiu de 34,4% em 2000 para 47,3% em 2010. Essa taxa de frequência escolar no ensino médio para os homens era de 42,4% - 9,8 pontos percentuais abaixo da taxa feminina (52,2%). Do total de aproximadamente 4,9 milhões de jovens entre 15 e 17 anos de idade que frequentavam o ensino médio, observa-se uma proporção maior de mulheres (54,7%) se comparada com a de homens (45,3%).

Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013 também mostram maior escolarização das mulheres. De um total de 173,1 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade, 9 milhões de mulheres possuem mais de 15 anos de instrução, contra 6,5 milhões de homens.

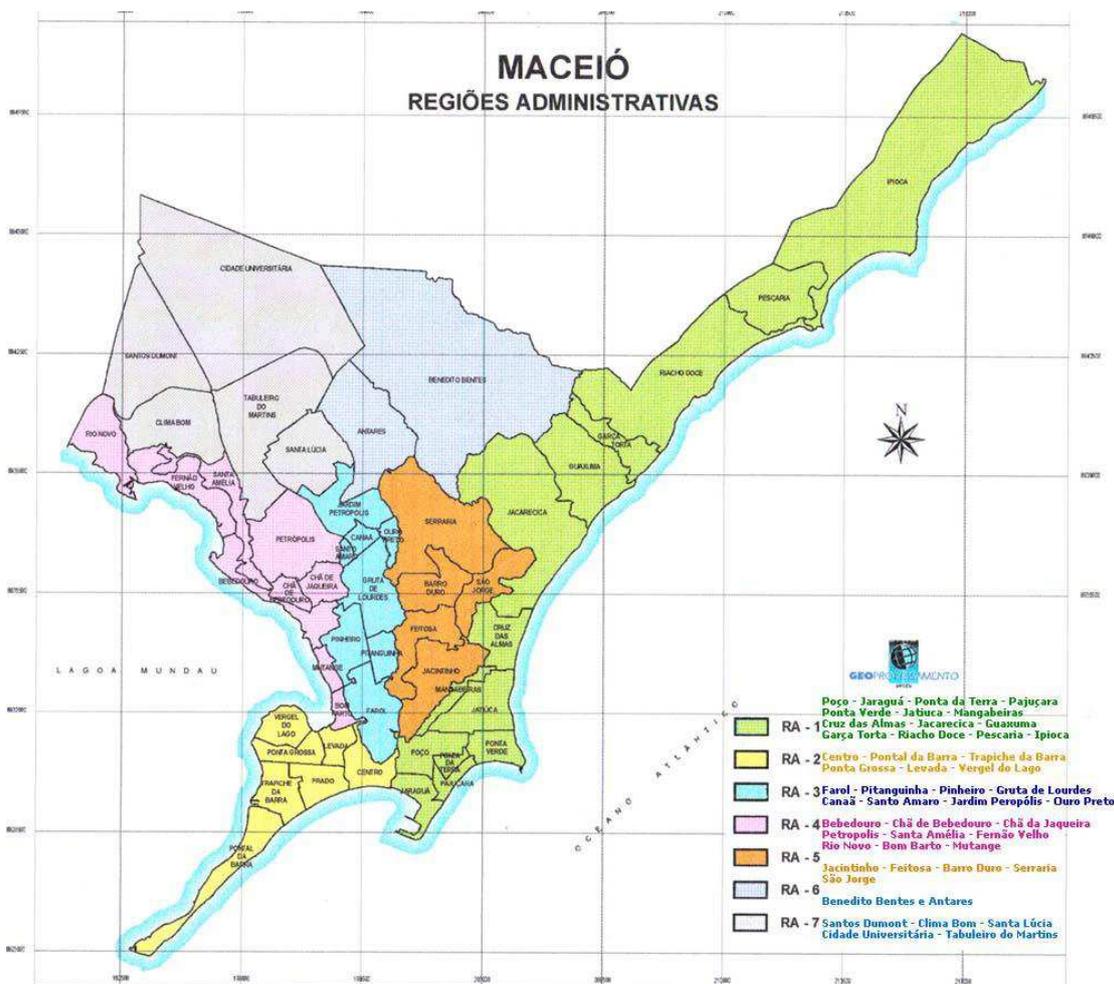
Com relação à distribuição das mulheres por bairro de Maceió, destacam-se as regiões, da região administrativa R7, que compreende os bairros de Santos Drumont, Clima Bom, Santa Lúcia, Cidade Universitária, e Tabuleiro dos Martins.

Tabela 4- Distribuição de beneficiárias por bairro e região administrativa

Bairro	Região	Beneficiárias
--------	--------	---------------

Pescaria	Ra1	2
Jaraguá	Ra1	1
Cruz das almas	Ra1	1
Jatiúca	Ra1	1
Jacarecica	Ra1	1
Ipioca	Ra1	1
Vergel do Lago	Ra2	5
Levada	Ra2	1
Ponta Grossa	Ra2	1
Trapiche da Barra	Ra2	1
Canaã	Ra3	1
Farol	Ra3	1
Cleto Marques Luz	Ra3	1
Chã da Jaqueira	Ra4	2
Santa Amélia	Ra4	1
Bebedouro	Ra4	1
Jacintinho	Ra5	11
Benedito Bentes I	Ra6	3
Benedito Bentes II	Ra6	2
Clima Bom I	Ra7	3
Village Campestre	Ra7	3
Graciliano Ramos	Ra7	1
Tabuleiro dos Martins	Ra7	4
Cidade Universitária	Ra7	1
Eustáquio Gomes	Ra7	1
Cruzeiro do Sul	Ra7	1

Mapa 1- Regiões administrativas de Maceió



Após traçar esse breve perfil das mulheres entrevistadas, e demonstrar o baixo grau de escolaridade, seu grau de ocupação de trabalho, raça e as regiões onde essas mulheres estão residindo e portanto tem suas vivências. Se torna importante também explicitar dentro do universo pesquisado, o perfil das mulheres negras, por entendermos que estas além das desigualdades de gênero que as mulheres estão submetidas, ainda a outros tipos de pobreza que não apenas econômico, levando em conta sua raça.

Sendo assim em nossa pesquisa, do total de mulheres, onze delas se declararam de cor negra, com idades entre 19 a 57 anos, dentre o número de mulheres negras a maioria delas concluiu o Ensino Fundamental completo, e apenas uma havia concluído o ensino médio, dez delas são solteiras e uma casada. O que demonstra que para as mulheres negras, as condições de pobreza são mais fortes.

3.3- Reflexões acerca de alguns “mitos” sobre o Bolsa Família e os Programas de Transferência de Renda

Ao falar sobre os impactos e efeitos do PBF na vida dos beneficiários, temos na literatura tanto acadêmica como estatal, questionamentos sobre os chamados *Mitos sobre o Programa Bolsa Família*. Podemos aqui elencar alguns deles, 1- *Cria Vagabundos*, 2- *Crianças não estudam* 3- *Não há porta de saída*, 4- *Deixa pobre rico* 5- *Ninguém larga o osso*, 6- *Pesa no orçamento*, 7- *É só no Brasil*, 8- *Foi o PSDB quem criou* 9- *Gera dependência* 10- *Estimula a ter mais filhos* 11- *Compra votos*³³.

Importante destacar que nosso trabalho não tem a intenção de traçar os pontos positivos e/ou negativos do PFB nas vidas das famílias beneficiadas, como também não pretende esboçar uma análise dos efeitos, impactos, alcances enquanto PTR no Brasil, nem tampouco desconstruir mitos, como fazem geralmente os órgão estatais.

Aqui nesta etapa do trabalho, utilizamos de informações coletadas em campo no decorrer da pesquisa, e no processo das análises das falas das entrevistadas, onde observamos alguns pontos que, de alguma maneira nos deu subsídios para pensar sobre a confirmação ou não de dois destes “mitos”.

3.3.1- O Programa Bolsa Família gera acomodação

O discurso que o Programa Bolsa Família estimula a vagabundagem dos beneficiários está presente tanto em algumas literaturas, como nas mídias ou até mesmo nas campanhas eleitorais. Temos como exemplo a reportagem divulgada pelo Jornal O Globo (2006) cujo título traz essa crítica *“Programa gera dependência e desestímulo para o trabalho”* traz falas de empresários e beneficiários sobre como o recebimento mudou a forma de pensar o trabalho, por um lado os donos de empresa relatando a queda na produção e os trabalhadores a falta de motivação e condições justas entre o trabalho oferecido e a remuneração paga.

³³ <http://brasildamudanca.com.br/bolsafamilia/mitos/>

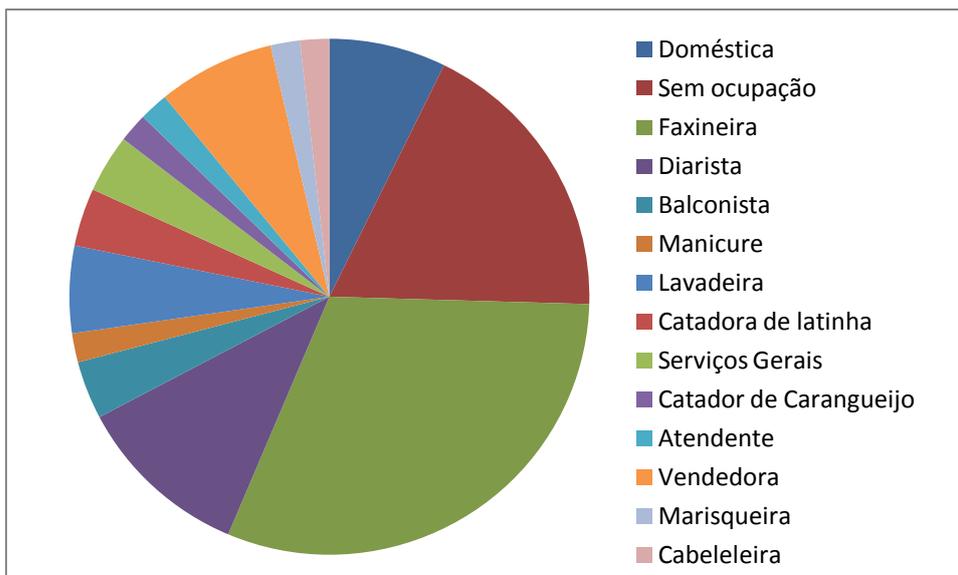
O Governo Federal em dados oferecidos desmente essa afirmativa, suas informações apontam que sete em cada dez beneficiários adultos do programa estão no mercado de trabalho e essa participação é maior do que nos indivíduos que não são beneficiários. O que se percebe é que a maioria dos beneficiários estão procurando emprego ou exercendo atividades precárias, com rendimentos insuficientes para manter suas famílias.

Essas duas visões sobre as influências que o PBF traz para relação do beneficiário e o trabalho, são refletidas pelo Sociólogo José Arlindo Soares, docente da Universidade Federal da Paraíba Soares que alerta que ao passo que o valor do Bolsa Família auxilia no combate à pobreza, ele não pode ser a única alternativa de sobrevivência. Comungamos dessa idéia apresentada por Soares, e acreditemos que mesmo com esse cenário que compravam que os beneficiários estão no mercado de trabalho, ainda é preciso refletir sobre quais tipos de trabalhos estes indivíduos exercem e de que forma o PBF pode contribuir para mudança gradual dentro quadro.

Trazendo essa reflexão para nos pesquisa, das 54 mulheres entrevistadas, apenas dez responderam que não possuíam quaisquer outros tipos de ocupação ou rendimentos que não fossem os recebidos pelo PBF, quatro delas trabalham como empregada doméstica, na função de faxineira esse número chega a dezesseis mulheres, seis mulheres responderam que complementam o restante da renda sendo diaristas, com o função de balconista esse número cai para duas.

Outras ocupações foram citadas por elas como balconistas(2), Lavadeira(3), Serviços Gerais(2), Vendedora(4), catadora de latinha(2), catadora de carangueijo(1), atendente(1), marisqueira(1), cabeleleira. A distribuição das ocupações pode ser vista no gráfico abaixo:

Gráfico 4 Ocupações das entrevistadas



Refletindo sobre esses dados podemos observar que as mulheres que recebem o Bolsa família, estão inseridas no mercado de trabalho ocupando serviços e realizando trabalhos os quais não lhe são exigidos qualificação e grau de escolaridade alto. Podemos inferir que além de não estarem acomodadas, elas enfrentam desigualdades de oportunidades

Atualmente nós podemos constatar que as mulheres além de exercer cargos de chefia elas também precisa realizar outras funções, que lhes são cobradas socialmente. As tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Percorrendo o caminho profissional, as mulheres acreditaram na ideia de que era possível conciliar casa e carreira e foram à luta construindo uma dupla jornada de trabalho.

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% ³⁴a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres.

³⁴ Fonte: <http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-4-2014-1-1/1498-432-1506-1-sm/file>

Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) (2010), o salário médio de admissão dos homens teve um acréscimo de 3,88% (subindo para R\$ 832,49), ante um aumento de 1,93% (subindo para R\$ 736,63) para as mulheres. Os índices mostram que, apesar do crescimento considerável do número de mulheres no mercado de trabalho, existe uma diferença significativamente inferior no aumento dos salários das trabalhadoras em relação ao dos homens.

Estudo divulgado pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2010), mostra que 17,1% das mulheres da População Economicamente Ativa (PEA) tinham o nível superior completo, ante 13% dos homens. Em 2000, esse percentual era de 12,9% para as mulheres e de 10,8% para os homens. Houve aumento na educação das mulheres, se em 2000 a maior parte da população Economicamente ativa com nível superior era composta por homens (51,3%), hoje essa posição é ocupada pelas mulheres (53,6%). Quanto maior o grau de instrução, maior é a diferença salarial entre homens e mulheres, segundo dados divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

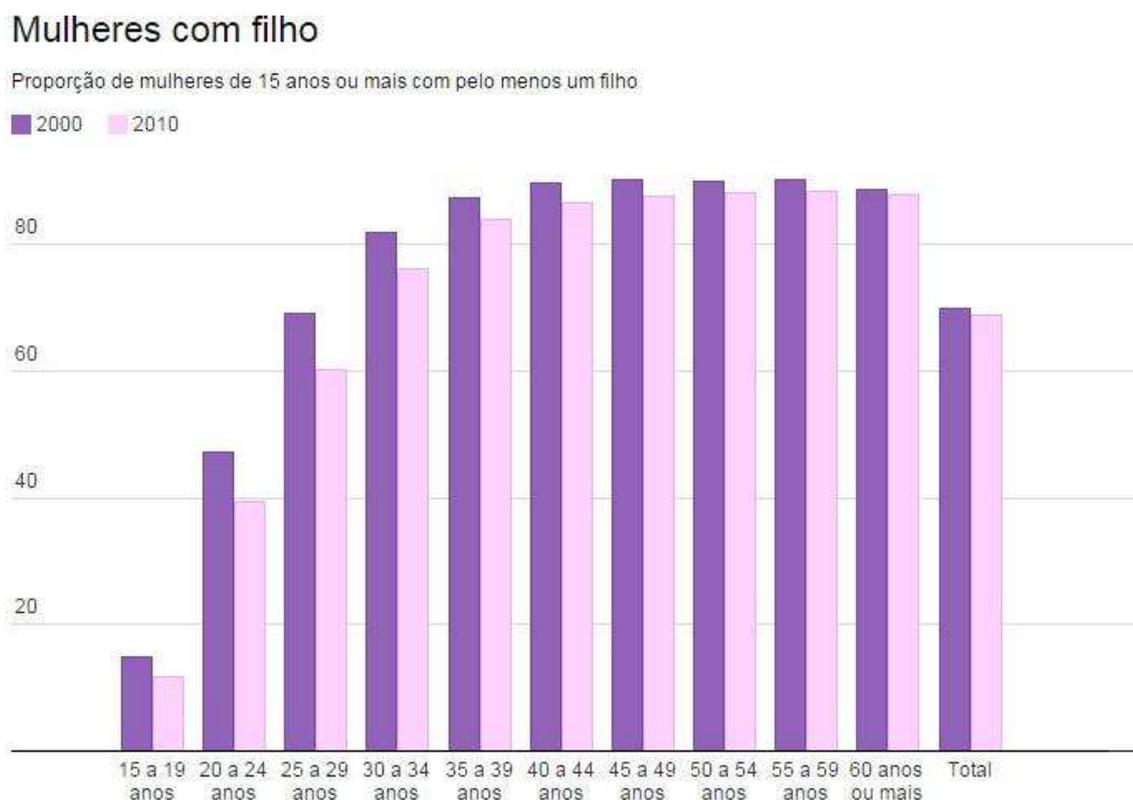
3.3.2 - O Bolsa Família estimula os pobres a ter mais Filhos

As pesquisas recentes apontam que mulheres brasileiras estão esperando mais para ter filhos e assumindo mais o comando da casa. Em comparação com os homens, elas continuam estudando mais, e em regiões como o Nordeste, chegam a colocar mais dinheiro em casa. Segundo as informações dadas pelo IBGE com Censo 2010, o rendimento das mesmas, continua menor que o dos homens, mesmo quando ambos trabalham na mesma área. No setor de serviços, as mulheres ganham pouco mais da metade do que ganham os homens. E isso tudo está aliado ao fato das mulheres permanecerem como as responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos, sem ter onde e com quem deixar os filhos, torna-se uma dificuldade para se manter no mercado de trabalho.

Segundo dados do IBGE de 2010, a proporção de mulheres entre 15 e 34 anos com filhos diminuiu consideravelmente. Entre as adolescentes (de 15 a

19 anos), o número caiu de 14,8% em 2000 para 11,8% em 2010 (menos 3 pontos percentuais). Porém, a maior queda aparece no grupo das jovens adultas entre 25 e 29 anos. Nesta faixa etária, o número de mães caiu de 69,2% em 2000 para 60,1% em 2010 (menos 9 pontos percentuais). O gráfico:

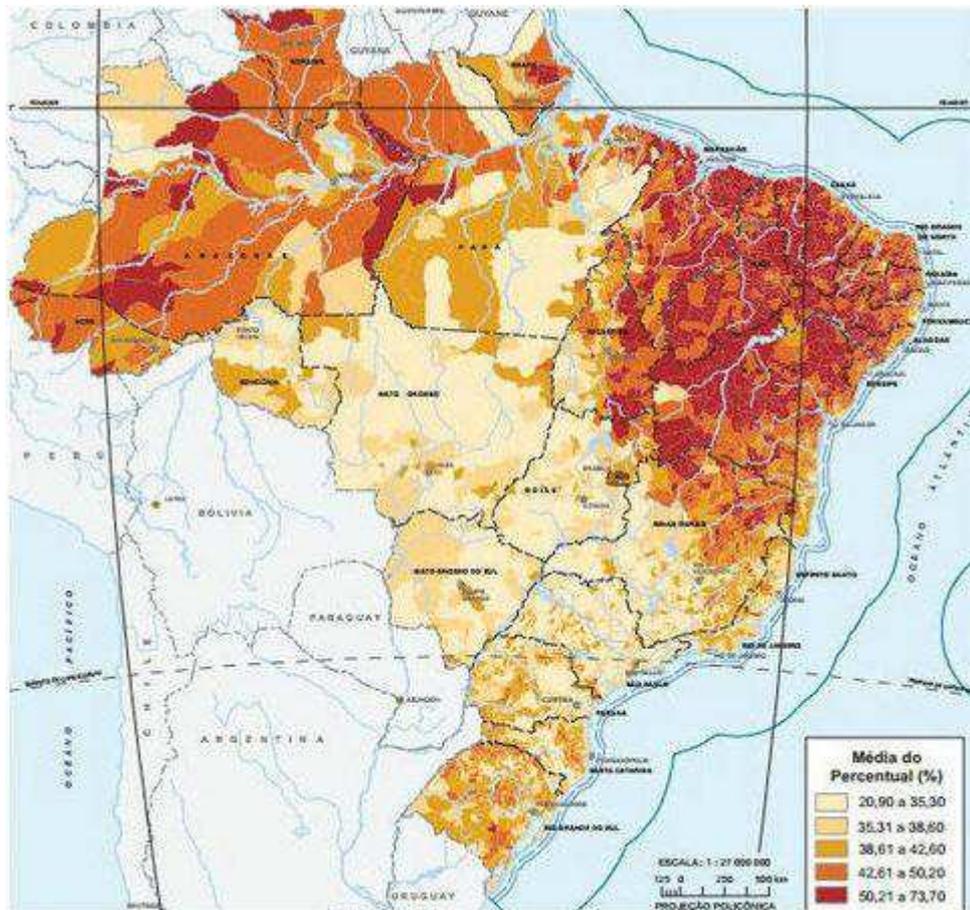
Gráfico 5- Proporção de mulheres de 15 anos ou mais com pelo menos um filho



Fonte: IBGE (2010)

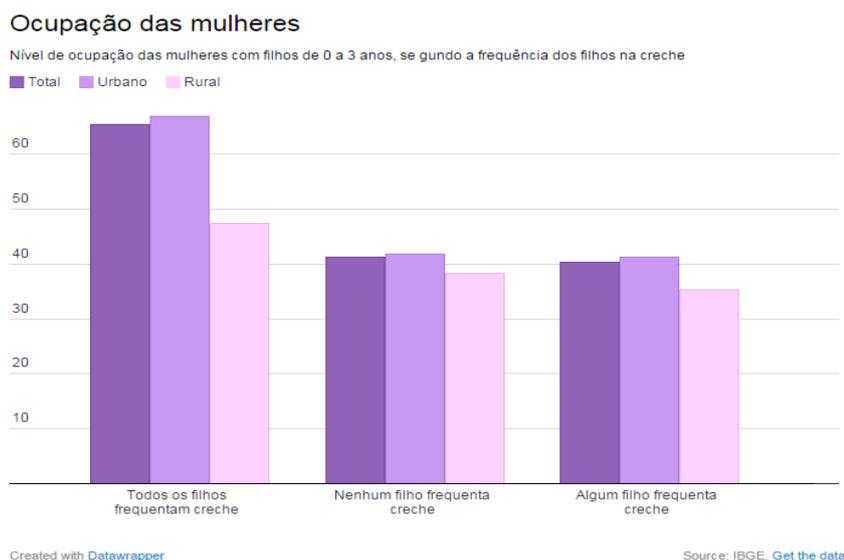
Em média, as mulheres brasileiras são responsáveis por 40,9% da renda familiar total. No entanto, os dados podem variar bastante de acordo com as regiões do país e a situação do município. O mapa a seguir mostra a proporção da renda da mulher de acordo com o município. Os locais mais escuros são aqueles em que as mulheres participam com uma fatia maior do rendimento familiar. No Nordeste a maioria dos lares chefiados por mulheres se encontra na zona rural elas respondem em média por 51% da renda familiar, ou seja, contribuem mais que os homens.

Mapa 2: Proporção dos domicílios com responsável do sexo feminino em 2000.



Fonte: IBGE(2010)

Segundo o IBGE, os homens que trabalhavam no setor de serviços em 2010 tinham rendimento médio de R\$ 4.078,00. As mulheres que atuavam no mesmo setor ganhavam em média R\$ 2.171,20, ou seja, pouco mais da metade do que eles ganhavam (53,2%). O estudo também mostra que, na hora de se inserir no mercado de trabalho, uma das principais dificuldades para a mulher é ter onde deixar os filhos pequenos. Segundo o IBGE, as mulheres que conseguem vagas para seus filhos em creches têm nível de ocupação muito maior do que aquelas que não conseguem. Nas cidades, esse número despenca de 66,9% (mulheres com os filhos na creche) para 41% (nenhum filho na creche), como mostra o gráfico 6:



Fonte: Exame³⁵

No Brasil,³⁶ as mulheres são maioria da população, passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, indicam que viviam no Brasil 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população.

Em 1980, a média era de 4 filhos por mulher e agora é de um a dois filhos. Segundo o IBGE, a média de filhos pode variar em função dos inúmeros processos sociais em que as mulheres estão inseridas como: urbanização; modernização da sociedade em seus aspectos culturais, econômicos e sociais; difusão de meios anticonceptivos; oscilações da renda familiar; mudanças dos padrões de consumo.

Dessa maneira as mulheres também estão esperando mais tempo antes de terem filhos. A maior diferença aparece no grupo das jovens adultas entre 25 e 29 anos. Nesta faixa etária, no ano 2000, 69,2% das mulheres tinham

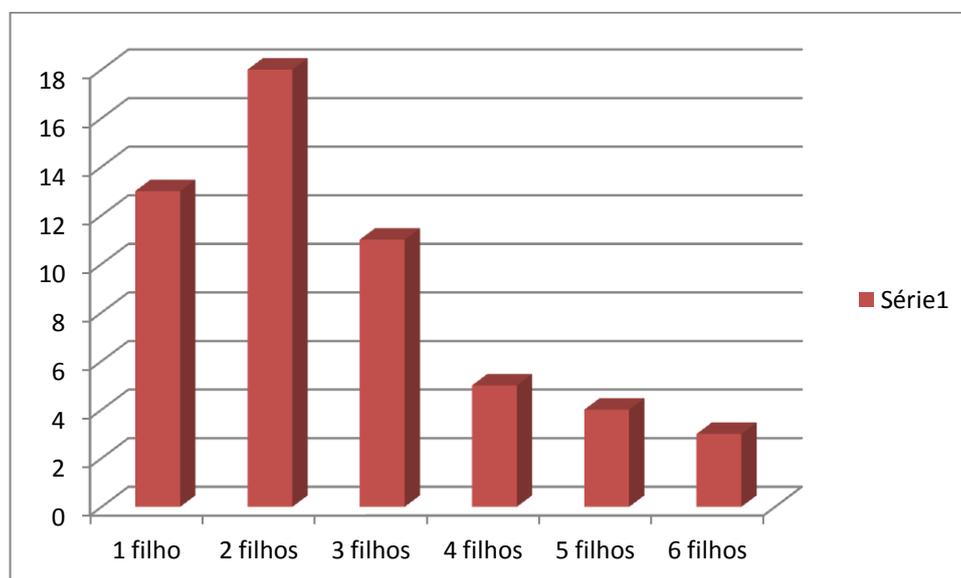
³⁵<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/ibge-divulga-pesquisa-sobre-o-perfil-da-mulher-brasileira/>

³⁶Portal Brasil, com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>

filhos e em 2010 esta proporção caiu para 60,1%. A gravidez na adolescência diminuiu três pontos percentuais nos últimos dez anos: 14,8% (2000) para 11,8% em (2010). Entre os eleitores, as mulheres também são maioria. Nas eleições de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral tinha em seus registros 77.459.424 eleitoras diante de 68.247.598 eleitores do sexo masculino. Nas eleições de 2014, aliás, aumentou a participação de mulheres que concorreram aos cargos em disputa: foram 6.572 candidatas contra 5.056 no pleito de 2010. Ainda assim a proporção da participação feminina na política brasileira ficou abaixo dos 30% estipulado como mínimo pela legislação eleitoral.

Dados obtidos em nossa pesquisa, explicitado no Gráfico abaixo demonstram que a maioria das mulheres 33, 33% possui no máximo dois filhos. Demonstrando mais detalhadamente 24,07% delas possuem apenas um filho, 20,37% com três filhos, com quatro filhos esse número cai para 9,26%, cinco filhos 7,41% e o maior número de filhos apresenta também a menor porcentagens das mulheres entrevistadas, 5,55%.

Gráfico 7- Número de filhos das mulheres beneficiárias do PBF em Maceió



Podemos em nossa pesquisa traçar uma análise negando essa afirmativa de que o PBF aumentou a estimativa de nascimento de filhos nas famílias beneficiadas, visto que esse de acordo com os dados empíricos aqui coletados as mulheres que possuem uma grande quantidade de filhos são em número pequenas.

CAPÍTULO 4

Este capítulo está permeado por entrevistas das mulheres beneficiárias do PBF em Maceió, buscando através de suas percepções, apreender possíveis mudanças na vida familiar e individual destas mulheres. Trazendo discussões e análises a certa de categorias analíticas como autonomia, gênero e empoderamento, que acreditamos ser importantes para pensar a condição da mulher na sociedade e de que forma a titularidade do Programa teve impacto na condição social das mulheres beneficiadas.

Narrativas e percepções das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Maceió/AL

Vale sublinhar que para a análise quantitativa das dimensões de gênero, justamente com os objetivos lançada por esta pesquisa, nos conduziu por meio dos questionários analisar as respostas referentes às cor/raça, grau de escolaridade, ocupação, quantidade de filhos com o intuito de construir o perfil das mulheres entrevistadas, buscando observar as diferenciações das respostas dadas ao que se refere às mudanças de percepções e ações das mulheres dentro e fora do cenário familiar.

Aos aspectos de cunho qualitativo, em busca de compreender percepções e pensamento das mulheres que recebem o PBF, utilizamos a entrevista semi estruturada guiada por questões que foi nos dando pista de como as mulheres percebem os possíveis efeitos do PBF em suas vidas e da família, relacionados ao empoderamento e autonomia. Estes questionamentos quanto ao tema da titularidade do benefício ser nominal as mulheres (preferencialmente), sobre a existência ou não do aumento das responsabilidades enquanto mãe, sobre, destino dos recursos, o poder de decidir sobre o recurso.

Assim, a categoria gênero, percebido com construções sociais e históricas dos papéis de homens e mulher na sociedade e nos espaços de poder, está inserida em toda a estrutura e análise dos dados desta pesquisa, visto que este é um conceito que nos possibilita a compreensão das relações sociais de gênero que são reflexos das concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres.

Dito isto é, importante salientar que embora o PBF não tenha sido criado enquanto política pública voltadas para as mulheres, seus efeitos sejam eles antevistos ou não, acontecem na vida das mulheres pobres (famílias em condição de pobreza sendo o alvo do PBF), visto que são delas a preferência da titularidade do Programa e de sua responsabilidade gerir e garantir o benefício.

Assim, neste capítulo buscamos problematizar as percepções das mulheres entrevistadas, analisando suas falas e indicadores como educação e trabalho, aspectos que são foram recorrentes nas respostas coletadas. Isto se faz com o objetivo de compreender os efeitos do PBF nas concepções de empoderamento e autonomia.

Como já visto, umas das questões levantadas nos estudos dos PBF refere-se a como as mulheres compreendem o fato do PBF ter como titular a mulher e como isso pode interferir nos papéis de gênero. Diante disto a primeira questão analisada tem por questão principal esse tema.

4.1- A mulher como titular do PBF: Reflexões sobre seus papéis sociais e de gênero.

Por que o Programa tem como titular majoritariamente mulheres? Por quais motivos se deu essa escolha? São questões que nos levaram a pensar tanto no processo de empoderamento e autonomia, quanto nas representações femininas enquanto responsáveis por administrar os recursos recebidos.

Conforme aponta a ferramenta Estatísticas de Gênero, também do IBGE, das 50 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que seja aquela pessoa reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para famílias em áreas urbanas e diminuiu consideravelmente (24,8%) para famílias em áreas rurais. A Estatísticas de Gênero é uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, produzidas pelo IBGE em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Diretoria de Políticas para Mulheres

Rurais e Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMRQ/MDA). O dado é importante para traçar um perfil do papel da mulher enquanto chefe de família.

Sobre o fato das mulheres serem as titulares preferenciais do Programa Bolsa Família, verificamos alguns posicionamentos divergente quanto a seus impactos na vida das mulheres e em suas relações de gênero dentro e fora do âmbito familiar.

Em resposta a muitos questionamentos sobre a mulher como titular do benefício, a secretaria nacional de renda e cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, Rosani Cunha (2007) argumenta que a própria família tem capacidade de assumir a responsabilidade de como serão gastos os recursos, e neste contexto acredita-se que a mulher possui melhores condições de gerir e aplicar os recursos, de saber as necessidades dos membros da família.

Ainda de acordo com Cunha (2007), o PBF se transformou num importante instrumento de autonomia e empoderamento das mulheres, o que pode representar independência e cidadania para a maioria delas. A maior parte dos recursos é destinada à alimentação, educação e vestuário infantil, e a ação de ter o poder de decisão na aplicação do benefício em certa medida reflete nas dimensões objetivas e subjetivas dessas mulheres. O ministra destaca em outros impactos do PBF, baseada em informações do MDS(2007) que:

O fato de receber administrar os recursos tem feito com que as mulheres, tenham fortalecido seu papel na família e na comunidade. Dentre os efeitos positivos podem ser destacados o acesso ao crédito, a previsibilidade da renda, o planejamento do orçamento doméstico, a “melhora da auto-estima” das mulheres, a redução da dependência com relação ao parceiro e a redução dos conflitos domésticos, que leva a diminuição da violência contras as mulheres (CUNHA, 2007).

Outra razão, para tal decisão deriva do fato de que as famílias pobres são mais comumente “chefiadas” por mulheres. Esse fato é também comprovado em pesquisadas realizadas pelo IBGE no Censo de 2010, comparando os dados de 2000 e 2010, os dados de gênero mostram que as

brasileiras estão tendo filho mais tarde e se tornando chefes de família³⁷ em mais domicílios do país. Os números diferem também quando são analisadas as mulheres que vivem nas áreas rurais e urbanas ou quanto a cônjuge e número de filhos:

Em 2000, as mulheres comandavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares. Em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios – um aumento de 13,7 pontos percentuais. Quando analisados os dados das áreas rural e urbana, verifica-se que, no campo, ainda é mais comum o homem ser o chefe da família. Nas cidades, elas são as responsáveis em 39,3% das famílias, enquanto que na área rural essa proporção é de 24,8%. Ao analisar o tipo de composição familiar, as mulheres aparecem como chefes de 87,4% das famílias de pessoas sem cônjuge e com filhos. Essa proporção diminui consideravelmente quando a formação é casal com filho (22,7%) ou casal sem filho (23,8%) (G1, 2014)³⁸.

O perfil dessas mulheres que assumem o papel de chefe da família, em particular das regiões metropolitana, foi delineado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e convênios regionais em cinco regiões metropolitanas e no Distrito Federal, utilizando dados de 1993 e 2003, para as regiões onde a pesquisa já estava implantada em 1993 (São Paulo, Distrito Federal e Porto Alegre). Em todas as regiões analisadas, mais de 90% das mulheres chefes de domicílio não possuíam cônjuge. Quando a moradia tem um homem como chefe, a situação se inverte e em mais de 82% dos lares, os chefes eram casados. Isto sugere que, na maioria dos domicílios chefiados por homens, as responsabilidades de gestão do lar eram compartilhadas com um elemento do sexo oposto. No entanto, quando a responsabilidade familiar recai sobre a mulher, o mesmo não se verifica, na maioria dos casos (Boletim DIEESE, 2004: p. 4).

Observando os dados desta pesquisa feita pelo Diesse, o número de mulheres que se declaram chefe de família que e possuem cônjuges é inexpressiva, a maioria delas são casadas e tem mais de 40 anos, embora o nível de instrução seja maior que o dos homens. Diante do exposto a análise da pesquisa chegou ao indicativo de que todos esses pontos revelam a

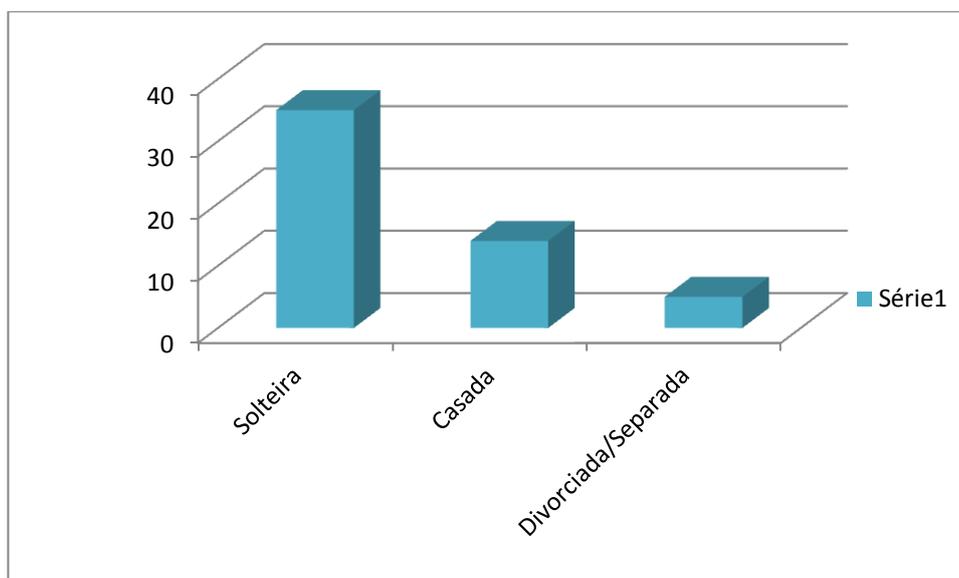
³⁷ O IBGE considera como responsável aquela pessoa reconhecida como tal pelo demais moradores do domicílio.

³⁸ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mais-mulheres-sao-chefes-de-familia-e-juvens-optam-por-ser-mae-mais-tarde.html>

fragilidade das chefes do sexo feminino, que assumem sozinhas (ou sem um cônjuge) a responsabilidade pelo lar, refletindo em uma condição de poucas oportunidades e grandes dificuldades, citando como exemplo obter uma inserção formal e sólida no mercado de trabalho o que se refletirá também na renda do domicílio.

Os dados apreendidos em nossa pesquisa, corroboram com as informações acima citadas, dentre as 54 mulheres entrevistadas, 64,81% delas são solteiras, 25,92% disseram que são casadas e 9,25% delas responderam que divorciada. Estes números nos mostra que mais da metade das mulheres que recebem o recurso do Bolsa Família são chefes dos seus lares, assumindo não apenas o papel de gestora, administradora e mantenedora do lar.

Gráfico 8 – Estado civil das entrevistadas do Programa Bolsa Família em Maceió/AL.



Quando analisamos o perfil das beneficiárias entrevistadas, tomando como enfoque as estado civil e ocupação, percebemos que, entre as mulheres que são casadas ou possuem algum companheiro, o maior número de mulheres (8) estão sem ocupação, esse número é inverso quando observamos as mulheres solteiras, em sua maior, vinte e sete delas de um total de 39

possuem algum tipo de ocupação que gera recursos, além do recebido pelo PFB. Isso construiu bem o perfil das mulheres entrevistadas.

Quadro 2- Estado civil e ocupação das mulheres entrevistadas

	Sem Ocupação	Com Ocupação
Casada	8	6
Solteira	7	27
Divorciada/Separada	-	6

Ainda de acordo com Janine Mello, diretora de gestão e acompanhamento do Brasil sem miséria, o PBF é um reconhecimento das mulheres tanto das famílias quanto das comunidades de que é um benefício de gerenciamento das mulheres, o que em muitos casos foi a primeira oportunidade que essas mulheres tiveram de possuir um recurso fixo, o que permite que essas mulheres tenham planejamento dos seus gastos e da organização da vida familiar e de suas próprias vidas em relação de como gastar o dinheiro do benefício (MELLO, Janine: 2015)³⁹.

Arelado ao acompanhamento do desenvolvimento do PBF, outras ações são desenvolvidas pelos governos estaduais. O governo de Alagoas, lançou o Programa Complementar de Transferência de Renda no qual mulheres gestante beneficiárias do Bolsa Família são recebem R\$65 mensais durante os nove meses de gestação, O modelo tem por finalidade garantir que as mães tenham segurança alimentar e autonomia para aquisição de alimentos e produtos necessários ao pré-natal (Agência Alagoas, 2015).

Sobre a centralidade deste estudo está ligado a forma como as mulheres entendem o PBF e como isso pode ter influências em suas vidas. Diante disto é importante mencionar que em sua formação Programa Bolsa Família não apresenta uma transversalidade de gênero como algo que exerça influencia em seus objetivos. Porém, as questões de gênero de apresentam de forma tangencial, visto que a mulher é a principal titular do recurso.

³⁹ Entrevista de Janine Melo à TVNBR, publicada no canal Youtube.

As mulheres representam um importante aspecto em discussões sobre o Programa Bolsa Família, no que se refere à crítica sobre a sobrecarga de responsabilidades vinculadas à reprodução social que recai sobre o gênero feminino (ASSUNÇÃO, 2012). E que podem de alguma forma, reafirmar os papéis sociais de gênero, como a maternidade e ao cumprimento de tarefas culturalmente relacionadas as tarefas de cuidadora do lar e dos maridos.

Ao eleger as mulheres como titulares legais do benefício o PBF traz consigo a abertura de dicotomias no que refere ao papéis sociais das mulheres, ao passo em que pode significar a ampliação da autonomia desta, mesmo em famílias que possuam a presença ativa do cônjuge. Este fato pode em certa medida reforçar a análise e o diálogo acerca dos papéis de gênero no ambiente familiar e social.

Essas divergências quanto a visões sobre a centralidade da mulher em quanto sujeito titular do PBF, também é vista e analisada por alguns pesquisadores, como é o caso de Luciana Ramirez da Cruz, mestrandia em Ciências Sociais pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em seu artigo “Programa Bolsa Família: Aproximações e Potencialidades”, onde chama atenção essencialmente para duas tensões:

A primeira aborda as responsabilidades acarretadas a essas mulheres, sugerindo uma possível reprodução dos papéis sociais historicamente atrelados a elas, aprofundando as desigualdades entre os gêneros. A segunda que cabe destacar, é o cenário em que essas mulheres, através do benefício do Programa Bolsa Família, tenham a possibilidade de alcançar outras potencialidades, no que tange negociações domiciliares, deslocamentos em suas famílias e outras formas de participação social, para além de suas funções reprodutivas. Podendo assim apontar para um possível empoderamento dessas mulheres e talvez uma incipiente participação cidadã (CRUZ, 2011, p.1).

Acreditamos então que o fato do PBF colocar a mulher como titular preferencial está muito ligado com o perfil dos lares das famílias em condição de pobreza. Nossa pesquisa aponta que 74,08% das mulheres entrevistadas são solteiras, portanto são chefes da família e responsáveis pelo funcionamento da casa, cuidados com os filhos e geradora da renda da família

Assim, quando lhe foram perguntadas sobre o que acham da mulher ser a titular do benefício, 80% delas afirmaram a importância disso ser feito. Dentre

as justificativas dadas por elas, 33,85% afirmaram que “por cuidarem dos filhos” seria importante que elas fossem a beneficiária, 30,77% disseram que isso deveria acontecer por elas saberem das necessidades da família e por isso podem administrar melhor o recurso, 26,15% afirmam ser mais responsáveis que os homens. Outro ponto mencionado por 9,23% das mulheres entrevistadas, diz respeito ao fato do homem geralmente possuir vícios como álcool e jogos o que comprometeria sua responsabilidade com o dinheiro do Programa.

De um modo geral, podemos perceber que as mulheres são as principais responsáveis pelo gasto do recurso recebido, esse dado se reforça quando do total de mulheres entrevistadas 81,48% possuem alguma ocupação remunerada em trabalhos não formais e apenas 18,52% declararam não ter nenhuma ocupação além dos trabalhos do lar, reforçando ainda mais esta afirmativa

Assim, o fato de a mulher ser a beneficiária preferencial do Programa torna-se uma questão central nesta pesquisa. Como forma de compreender as dimensões que isso implica, fizemos as mulheres tal pergunta: o que elas achavam da mulher ser a titular e não o homem?

Nas respostas o que mais de percebeu foi que elas compreenderem que a mulher como possui responsabilidade que o homem, por ficar mais no lar e por isso saber das necessidades dos filhos e da família e da casa.

Acho importante que esse dinheiro seja em nome da mulher e não dos homens, por que a mulher tem mais responsabilidade, sabe onde vai gastar é ela quem cuida da casa e sabe o que ta precisando mais. (MARIA JOSÉ, 55 anos)

Minha fia...eu tenho mesmo acho que o bolsa sendo no nome da mulé, é melhor pra família toda,ela tem mais responsabilidade pra tudo, sabe o que fazer com o dinheiro que entra em casa (GEANE, 27 anos)

Só de ter meu nome em algum cartão me deixa importante (risos), quando a pessoa vive com um home, muitas vezes... a maioria deles... dos homens não dá o dinheiro que recebe pras mulher, só quer saber de beber cachaça e eu recebendo o bolsa família (MARIA DE FATIMA, 27 anos)

Um fator recorrente nas falas das entrevistas é sobre a relação do homem com o cuidado com o lar e os filhos, justificada por gastos com outras

coisas que não são comuns a família, isso tudo atrelado a vícios como a bebida.

Quando a pessoa vive com um home, muitas vezes... a maioria deles... dos homes não dá o dinheiro que recebe pras mulher, só quer saber de beber cachaça e eu recebendo o bolsa família, até por que só de a pessoa ser responsável pelo cartão,só eu vou ter a senha e as mulheres sabem o que fazer com o dinheiro(MARIA DE FATIMA ,27 anos)

eu acho importante ser a mulher quem recebe o bolsa por que assim... a senhora sabe como é home as vezes eles gosta de beber e sendo no nome da gente, da mulé, a gente sabe mais o que comprar... eles tem mais força pra trabalhar por que em casa a gente da um duro grande já.(DIONEIDE,41 anos)

eu prefiro mesmo que seja em meu nome esse dinheiro, pra mim é mais interessante ser no nome da mulher, por sendo pro homem muitas vezes ele pega o dinheiro pra beber e não pensa o que ta precisando em casa, eu vi que depois que comecei a receber isso foi um problema em casa, ele que resolvia tudo, ai depois que eu comecei a receber eu decidia o que ia comprar, onde ia gastar isso e vi que isso foi um problema, por que o homem quer que a gente dependa deles, a gente tem uma certa independência.(ADRIANA,42 anos)

que o homem, muitas vezes o home é quem sai de casa e os filhos fica então é a mulher que tem que criar, pagar as contas, o meu mesmo ta nem ai os filho, saiu de casa e me deixou.(MARCIELE,18 anos)

Em alguns poucos casos, tivemos a resposta que não importaria ser o homem ou a mulher o titular do benefício, visto que ambos, nem sempre pensam no bem estar da família e dos filhos, visto que a responsabilidade de cuidar é de ambos. Então, o benéfico assim deve ser em nome de quem cuida dos filhos.

Depois desse dinheiro todo mês, eu separei do marido, que ele era um encostado, por isso acho que isso ser em nome da mulher é muito importante, se os filhos fica comigo, o bolsa família tem que ficar com quem cuida das crianças, seja ele o home ou a mulé.(ROSA CÂNDIDO, 35 anos)

O que eu acho sobre o beneficio ser em nome da mulher? Hum....as vezes tanto a mulher é irresponsável quanto o homem, por que o pai pega e gasta com outra coisa de menos necessidade dos filhos e de dento e casa, por isso acho que tem que ser em nome de UEM cuida dos filhos.(MARIAS DAS GRAÇAS,38 anos)

Sobre os efeitos do PBF, tendo a mulher como beneficiária titular,Bronzo (2008) nos apresenta uma noção pertinente, ao passo PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na auto-estima, no empoderamento e

acesso feminino ao espaço público, possibilitando às mulheres um maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro e a gestão dos assuntos domésticos, como verificados nesta pesquisa.

A autora ainda traz uma reflexão de como estes efeitos podem apresentar poderiam perpetuar papéis de submissão de gênero, visto que a provisão de renda às famílias faria com que as mães se retirassem do mercado de trabalho e se dedicassem, exclusivamente, aos cuidados dos filhos.

Sobre essa reflexão da autora e diante das falas de nossas entrevistadas, podemos compreender que está afirmativa que o Bolsa Família legitima e reafirma os papéis sociais de gênero, dando a mulheres a função de cuidadora da casa, e dos filhos é uma questão complexa que precisa ser analisada de forma mais densa, visto que esta condição de subjugação e a formação dos papéis sociais de gênero é histórica e social e está impregnada nas relações e nas estruturas sociais.

Porém, podemos perceber nas falas das mulheres, que o papel das mulheres como mães e cuidadoras, responsáveis diretas pela família está de certa forma sendo reiterado. Neste ponto recai a crítica feminista sobre os PBF ou os PTR. Para elas isso mantém as diferenciações dos papéis de homens e mulheres no espaço familiar e conseqüentemente em outros espaços sociais.

Entendemos a sociedade aqui como pensada por Simmel (2006), isto é, uma teia de interdependência, o produto das interações sociais, que podem gerar diversos tipos de relações, relações de interesse, poder e de dominação, entendida, mais amplamente, como a *interação psíquica entre os indivíduos* (p.15).

A sociedade significa que, por um lado, os indivíduos estão constantemente ligados uns aos outros, influenciando e recebendo influências; e, por outro, algo funcional, que os indivíduos fazem e sofrem ao mesmo tempo, o que ele denominou de *sociação*.

Contudo, diante das falas das mulheres entrevistadas, o fato do PBF ter a mulher como beneficiária titular do Programa, não modifica as funções que elas ocupam na configuração familiar, visto que em sua grande maioria, elas são as responsáveis direta pela manutenção do lar, não possuem companheiros, assim o papel de mulher enquanto gestora do lar, mãe,

cuidadora está presente nas estruturas e relações sociais de uma sociedade pautada na dominação masculina e nas desigualdades de gênero.

4.2- A destinação dos recursos

Ao tratar-se do PBF, uma das questões que geralmente são abordadas é sobre o destino que as mulheres dão aos recursos recebidos do Programa. Aqui em nosso trabalho esse também tornou-se um ponto essencial, para compreender os alcances na vida familiar e das mulheres. A partir dessa questão perguntada às mulheres entrevistadas, podemos verificar que a maioria delas utiliza o valor do benefício para compras relacionadas ao lar e ao filho e como ajuda a manter os filhos na escola.

Esse dinheiro do Bolsa Família eu uso mais pro material dos meninos, é um dinheiro que me ajuda a manter eles estudando, por que hoje em dia material de escola, lápis, caderno, lanche tudo isso ta muito caro e se não fosse essa ajuda não sei como seria pra eles irem todo dia pra escola, sem dinheiro de passe e material pra estudar (ROSA CÂNDIDO, 35 anos)

Com o bolsa família eu compro mesmo é material escolar, lanche, pra quase tudo, fazer feira...é importante meio filho estudar...quem sabe com os estudos o futuro dele seja melhor que o meu, a educação é muito importante na vida da pessoa (RAMISLAYNE DA SILVA, 19 anos)

Outros empregos desse recurso são visualizados, em relação a compra de vestuários, lanches e calçados e remédios. Mas o que chama atenção é que em quase todas as falas beneficiárias podem ver que os recurso é emprego mesmo para o filhos e suas necessidades básicas.

O bolsa família me ajudou muito a comprar roupinhas pras crianças, alimento pra elas, ajuda mesmo no que falta, completa ... é uma ajudinha no mês, quando algum adoece compro remédio e material escolar que todo mês eles precisa (GEANE SOARES, 27 anos)

O destino que eu dou a esse dinheiro é pra comprar material escolar, lanche pra eles levar pra escola, alimentação pra casa....é uma renda que ajuda a criar os filhos. MARIA DE FATÍMA, 27 anos)

Depois que eu comecei a receber o bolsa família fico melhor, mudou pra melhor por que eu preciso comprar uma roupa, um remédio, material, lanche e antes eu não tinha como fazer isso, os bichinho tinha até verginha de ir pra escola com a roupinha que os calçado de todo dia, hoje meu filho começaram a andar melhor e eles tando feliz eu fico feliz também MARIA APARECIDA, 46 anos)

Outra dimensão verificada é como esse recurso é visto como auxílio complementar a renda da família. Parte das mulheres, responderam que utilizam este recurso para “comprar o que falta” configurando em uma ajuda na renda família e na criação dos filhos, visto que boa parte das beneficiárias não possuem conjugue.

Com o pouquinho que recebo é mais pra necessidade dele mesmo, que é comprar alimentos, pagar uma água, uma luz, uma ajuda grande, num é todo mês que eu tenho trabalho, por que faço faxina nas casa do povo e num é uma coisa certa, assim eu posso comprar alimentação melhor pra eles, coisas melhor, uma carne, um danone, um lanche.(DIONEIDE TEIXEIRA,41 anos)

Esse dinheiro que recebo do governo vai todo pra ajudar a comprar comida, comprar roupinha dele, uma coisinha que ele vi precisando... esse dinheiro ta lá, por que eu vivo com meu filho e eu ajudo ele, eu vivo de ajuda de parentes por que do jeito que to não arranjo mais trabalho. OZINIL 55 anos)

No meu ponto de vista esse dinheiro já ajuda a comprar um livro que vai ajudar pro futuro dela, eu uso mais pra comprar coisa pra ela mesmo, não mecho nela pra mim, ajuda da condição da família. (ANA PAULA,37 anos)

Em alguns casos o uso é relatado sendo destinados para outros fins que não apenas alimentação e vestuário e material escolar para os filhos, como recarga pra celular, acessórios novos que segundo elas ajudavam a manter e incentivar os filhos na escola.

Com esse dinheiro eu botava credito na carteirinha dele, no celular, pra controlar ele quando ele saia de casa, comprar um livro, bolsa de escola, mas coisa que ele precisava mermo.(MARIA JOSÉ PEREIRA,47 anos)

Esse dinheiro é uma ajuda grande, eu recebo pouquinho por que é só pra um filho, em tão esse dinheiro vai pra coisa dele , material escolar, comida, um sapato pra ir pra escola, e o que for mais de urgente dento de casa, uma luz, um feijão, carne que falta, essas coisas.(PETROLINA LOURENÇO ,47 anos)

O que acham atenção também que apenas uma mulher entrevistada de um total de 54, assumiu que além do de usar o recurso para casa e pra o cuidado e necessidades apresentadas pelos filhos, ela também utilizado o valor em uso pessoal. Importante ressaltar que a fala desta mulher, vem acompanhada de um certo constrangimento e cautela em assumir esse fato.

Tenho um filho de 14 anos essa fase eles precisam de tudo, pedem tudo... uso esse dinheiro pra ele... comprar caderno, roupa, lanche e comprar alguma coisa pra mim também, ne? isso quando dá mermo..(EDVANIA MESSIAS,36 anos)

As entrevistadas como um todo comunga da idéia de que os recursos do PBF são destinados para compra de alimentos (37,04%), seguidos de material escolar (29,63%) os gastos com roupas que ajudam na manutenção das crianças na escola chegam a 11,11% e que uso do dinheiro serve para ajudar nos gastos domésticos, como contas de energia elétrica, gás, medicamentos, na compra de gás de cozinha entre outras finalidades eventuais somam 22,22%, o que demonstra em suma que o recurso é administrado pelas mulheres levando em conta das necessidades do lar e dos filhos.

4.3- Poder de decisão sobre o recurso recebido.

O Programa Bolsa Família dá liberdade para que as famílias assistidas gastem o recurso do benefício com o que julgarem ser mais importante, acreditamos que assim ele auxilia na conquista da autonomia destas famílias, no caso desta pesquisa em específico das mulheres, tendo a liberdade pessoal das mulheres reflexos na sua autonomia individual. Visto que elas decidem como e com o que recurso é gasto de acordo com suas necessidades e da família.

por que agora por pouco que seja já é um lado, agora eu que decido pra onde eu boto as coisas.(ROSA CÂNDIDO,35 anos)

a gente tendo o nosso decide o que faz com ele, por que mulher não precisa homem pra viver não, precisar de um emprego... minha mãe sempre falava: melhor marido da mulé é o emprego da gente.(ROSICLEIA DA SILVA , 37 anos)

O fato das mulheres beneficiárias terem o poder decidir como gastar este recurso, não tem reflexos apenas nas questões práticas de cunho econômico, mas interfere diretamente em questões subjetivas, como na forma que elas se percebem:

com esse dinheiro hoje me sinto melhor, minha estima como mulé melhorou, só da gente ter uma data certa de receber já da a gente muita coisa e em quem faço tudo em casa, decido tudo o que entra o que sai.(DIONEIDE TEIXEIRA,41 anos)

Eu me sinto melhor, com mais animo, em quem decido o que fazer com o dinheiro do Bolsa Família porque ta no meu nome e além do mais a gente como mulher, sabe mais o que fazer, o que ta precisando na feira, o que os menino tão precisando, essas coisas mermo.(ANA PAULA ,37 anos)

eu tinha mais liberdade de decidir o que eu queria fazer com o dinheiro.(MAILDES SAUDINETE,46 anos)

Estas falas servem também para pensar outra crítica sofrida pelo PFB, a de que os recursos pagos pelo Programa, afetam os gastos públicos ,nas falas das mulheres, é recorrente o discurso de que mesmo sendo o valor do benefício um valor baixo, é um recurso que auxilia na criação dos filhos e com a manutenção dos gasto em geral.

Recebendo esse dinheiro, por mais que seja pouco eu fico mais aliviada,tudo que eles precisa eu não posso dar, mas com esse dinheiro pra comprar o básico deles, eu fico melhor pra arranjar dinheiro pra *otas* coisas, um bico uma coisa que ajuda a compras as coisas em casa.(GEANE SOARES , 27 anos)

É pouquinho mais a pessoa pode dizer que tem aquele dinheiro, é pouquinho mais é meu. Com esse dinheiro eu compro as coisas pra casa, alimentação, as vezes falta um calçado compra, as coisas de escola que precisa (DGILLA LAIS,24 anos)

Diante das falas das mulheres entrevistadas, podemos perceber que, mesmo com a crítica de que o valor do benefício é baixo, na maioria dos casos é com a ajuda desse valor que elas conseguem manter as despesas da casa, dos filhos, sendo em alguns casos esse valor a única fonte de renda presente para o sustento da família, No nordeste brasileiro, esse cenário se repete na maioria dos lares assistidos pelo Programa.

4.4-Segurança financeira

Podemos entender aqui,a conquista da liberdade individual dessas mulheres com a autonomia de poder decidir sobre suas vidas, podemos verificar também que essa liberdade ainda que parcial esteja diretamente ligada a uma sensação de independência financeira ajudando de forma objetiva e subjetiva a essa mulheres a se auto gerir. Essa segurança financeira é demonstrada nas falas dessas mulheres com importante ajuda no desenvolvimento das capacidades de transformação das condições de dominação e desigualdades as quais elas estão inseridas.

quando a gente sabe que tem aquele dinheiro pra contar no final do mês, dá uma esperança maior de achar um emprego sabendo que o deles já ta certo. ROSA ALINE SANTOS DE LIMA , 29 anos)

Depois que eu comecei a receber o bolsa família, pra me mudou muita coisa, porque nunca mais faltou um feijão, meu açúcar, eu dou graças a Deus quando eu tava recebendo. Só de todo mês eu ter aquilo certo, eu conseguia dormir mais tranqüila. (MARIA JOSÉ, 55 anos).

Algumas mulheres responderam que o fato de terem a garantia de um valor fixo por mês lhes permitia o acesso a bens que lhes são necessários e que não havia condições de possuir, bem como trouxe a elas valorização e autonomia e segurança financeira.

esse dinheiro trouxe uma segurança maior por que ajuda com mais alguma coisa, a gente se sente mais protegida. (JACQUELINE SOUSA, 28 anos)

posso fazer conta do mercadinho no meu nome, por que agora eles confia que eu vou pagar direitinho... por que é um dinheiro garantido. (RAMISLAYNE DA SILVA, 19 anos)

vivo sozinha e isso me ajuda muito, sinto uma segurança... a gente que cria fio sozinha é muito guerreira. (CLEONICE NASCIMENTO, 42 anos)

depois que comecei a receber fiquei mais aliviada, por tenho todo mês esse dinheiro e agora posso ir procurar outro emprego. (ALINE SANTOS, 22 anos)

Segundo Bourdieu (2014), é na família onde podemos perceber de forma mais forte a produção da dominação e da visão masculina, é lá onde se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. (BOURDIEU, 2014, p.114-116)

eu vi que depois que comecei a receber isso foi um problema em casa, ele que resolvia tudo, aí depois que eu comecei a receber eu decidia o que ia comprar, onde ia gastar isso e vi que isso foi um problema, por que o homem quer que a gente dependa deles, a gente tem uma certa independência. (ADRIANA DOS SANTOS, 42 anos)

Depois desse dinheiro todo mês, eu separei do marido, que ele era um encostado... Depois que eu tive meu dinheirinho todo mês garantido, eu tive coragem de mandar ele pra rua, por que agora por pouco que seja já é um lado, agora eu que decido pra onde eu boto as coisas. (ROSA CÂNDIDO, 35 anos)

Diante das falas das entrevistadas, podemos inferir também que essa autonomia financeira, possui atingimento também as relações de gênero entre homens e mulheres, modificando a forma com são vistos por elas os papéis de

homens e mulheres no seio familiar e nas estruturas sociais de produção e reprodução da condição feminina, como a família.

4.5- Sobre as condicionalidades

Como explicitado no primeiro capítulo, o PBF vincula o recebimento do recurso direcionado as famílias ao cumprimento de condicionalidades que cada família deverá cumprir, sob pena de cancelamento, suspensão ou bloqueio do benefício. As condicionalidades são na área de saúde e educação. As condicionalidades de educação estão relacionadas à frequência escolar, para que este requisito seja cumprido, é preciso que as crianças e adolescentes apresentem no mínimo 85% de frequência escolar da carga horária do ano letivo. Bem como informar caso houve mudança de escola, ou quaisquer outras alterações.

Em relação às condicionalidades de saúde, as gestantes e nutrizes devem ser inscritas no pré-natal, participar de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável. Aos pais com crianças menores de 7 anos, tem a obrigação de levar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde; realizar acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde⁴⁰.

Para Mesquita (2005), as condicionalidades são vistas de formas diferentes, sobre a análise da área de direitos humanos, as exigências ferem o pleno exercício dos direitos humanos, sobre outro prima é vista como algo que possibilita a esses indivíduos ter acesso a serviços de saúde e educação, antes não utilizados por falta de informação ou de interesse. A autora ainda, expõe seu entendimento sobre as condicionalidades.

Percebe-se, pois, que a noção que predomina a respeito das condicionalidades, da qual partilhamos, é de que o Programa atua com um promotor de acesso, a direitos. Assim ao introduzir a utilização de serviços, constitucionalmente garantidos a todos, o PBF contribui para criar sujeitos de direitos. Nessa visão tanto o poder público, quanto as famílias, devem seus cumprir papéis. (MESQUISTA, 2005, p.73)

⁴⁰ <http://consultabolsafamilia.com.br/quais-condicionalidades-bolsa-familia/>

Além disso, a autora chama atenção pra o fato de que as condicionalidades funcionam como uma espécie de contrato entre as famílias e o Estado, mas que essa relação não se dá de forma igual, visto que só as famílias no caso de não cumprimento das condicionalidades sofrem sanções como a suspensão do benefício, isso não ocorre da mesma forma caso o Estado deixe de cumprir com sua parte no acordo. Dessa forma, o problema não esta na concepção das condicionalidades e sim como estas são implementadas, nas políticas públicas.

Visto que esta é uma questão importante para compreender de que forma o PBF, pode atuar na legitimação dos papéis sociais, como o de mãe, cuidadora e responsável pelos cuidados do lar. Essa pergunta foi feita as entrevistas; *O cumprimento das condicionalidades exigidas pelo PBF, de saúde e educação, provocou mudanças nas responsabilidades como mãe?*

Sobre isso, algumas entrevistadas responderam que o fato delas receberem o recurso e ter por obrigação o cumprimento das condicionalidades, não aumentou suas responsabilidades enquanto mãe, ou mulher, visto que geralmente, são elas que chefiam as famílias e mesmo em casos em que elas possuíam algum companheiro isso não relatado.

minhas responsabilidade como mãe não mudaram não, eu sempre tive cuidado com a vacina e tudo, sempre botei eles pra estudar, então ficou a mesma coisa, só me ajudou mermo. (MAILDES SAUDINETE ,46 anos)

não acho não que minhas responsabilidade aumentaram, a questão de responsabilidade sempre tem, agora eu to mais ligada por conta das condições que precisa ter pra continuar recebendo o dinheiro, mas isso não é um meio de vida não é mais uma ajuda mermo, por que a gente sempre quer melhorar nunca andar pra trás. (ROSICLEIA DA SILVA, 37 anos)

Podemos perceber que em alguns casos, as condicionalidades possibilitaram uma maior participação das mães nas escolas, bem como na vida e desempenho escolar dos filhos, despertando reflexões sobre a importância da educação no futuro dos filhos e da família.

Eu vejo que o depois que comecei a receber o bolsa a educação assim de outro jeito, hoje eu participo mais da vida do meus filhos na escola, vou pras reunião, sempre pego no pé deles pra num faltar, por que os estudo pode dar a ele um futuro bom, coisa que sem estudo não tem condição ,incentivar o estudo e o trabalho é importante que tenha essa cobrança de freqüência na escola, por que é importante pro ensino deles (LIDIANE ALVES, 35 anos)

Mudou também minha autoridade com eles, por que antes quando eles não queriam ir pra escola eu deixava, hoje eu sei que a importância e não deixo eles faltar.(LIDIANE ALVES, 35 anos)

Vejo isso como uma coisa boa pro futuro dos meus filhos, antes meu menino não gostava de ir na escola. ADRIANA DOS SANTOS,42 anos)

hoje eu só penso nos meus fio,a educação deles, a educação deles depois do bolsa muito muito, hoje eles sabem que tem que ir pra escola, senão não tem mais o dinheiro no fim do mês.(CLEONICE NASCIMENTO, 42 anos)

E essa ajuda que o governo dá a gente é pra criar os filhos é importante que esse dinheiro até pra escola por que pra receber o menino tem que ir todo dia pra escola e isso é bom pro futuro dele.(OZINIL DA SILVA,55 anos)

Em contraste com as falas acima, podemos encontrar também as mulheres que confirmam o aumento no grau de responsabilidades a elas atribuídas devido ao recebimento, atenção na vida escolar dos filhos, informando mudanças escolares, garantir a presença escolar deles. Compromissos que segundo elas, não chega atingir graus elevados de mudanças na forma como ela já cuidavam dos filhos e do lar.

vejo assim... que a pessoa tem mais estabilidade aumenta sim a responsabilidade por que fica mais atenta a tudo, mas é uma responsabilidade que vale a pena, muitas vezes as crianças deixam de estudar pra trabalhar ajudar em casa, não tem muita escolha. (SIMONE FELIX,32 anos)

o que aumentou de responsabilidade foi a atenção que a gente tem que ter com eles no colégio isso aí.(JACQUELINE BEZERRA 36 anos)

o que aumenta não é nosso trabalho como mãe, que esse a gente sem pré tem né? Mãe é mãe e isso num muda nunca... mesmo agora eu tendo que ta mais de olho ainda em vacina, escola, se essas coisas (MARIA GABRIELA,33 anos)

Diante do questionamento feito as mulheres, sobre as condicionalidades do PBF, um número expressivo (74,07%) das mulheres entrevistadas responderam que acha importante e entendem a função desta exigência como algo que vai ajudar na qualidade de vida dos filhos, demonstrando assim uma avaliação positiva. Sobre a quantidade de mulheres que em suas falas afirmaram o aumento das responsabilidades após o recebimento do PBF (16,67%) e (9,26%) delas declararam que essa exigência não causou nenhuma mudança nas funções e responsabilidade por elas exercidas na família.

O que denota diante do exposto que dentre as mulheres entrevistadas nessa pesquisa, a obrigatoriedade de cumprir as exigências impostas pelo PBF, não alteram a configuração dos papéis de gênero por elas exercidas, visto que elas não percebem nenhuma mudança quanto ao seu papel de mãe e chefe do lar.

4.6- Poder de compra

De acordo com dados do IBGE (2013), entre 2002 e 2012, a sociedade brasileira passou por mudanças que produziram impactos significativos sobre as condições de vida da população. O dinamismo do mercado de trabalho se traduziu no crescimento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho, onde um contingente maior de trabalhadores passou a contar com uma série de direitos e benefícios vinculados à posse da carteira de trabalho e à contribuição previdenciária.

Ainda assim, é significativo o contingente de pessoas em ocupações informais. O crescimento real do rendimento do trabalho ampliou não apenas o acesso de mais trabalhadores ao mercado de consumo, como também reduziu os diferenciais de rendimento de trabalho.

Isto se deve em grande parte a alguns fatores importantes, que contribuíram para a redução das desigualdades, além do crescimento econômico e geração de empregos, principalmente os formais: Política de valorização do salário mínimo: ampliação do poder de compra dos trabalhadores com mais baixos rendimentos e dos beneficiários da Previdência Social. Criação, ampliação e consolidação de um conjunto de políticas de transferência de renda voltadas para segmentos da população historicamente excluídos.

Esse aumento no poder de comprar dos beneficiários do PBF, é percebido nitidamente na falas das mulheres entrevistadas, ao trabalhar o recurso como uma fonte de adquirir bens materiais e simbólicos, visto que gera nas mulheres um sentimento de pertencer a sociedade, está baseada no consumo.

Quando eu ia receber já chegava em casa sem nada, ia logo no supermercado comprar comida.(JOSÉLIA LEANDRO, 50 anos)

posso entrar num mercadinho agora, comprar uma coisa.(ANA PATRÍCIA SOUZA, 26 anos)

eu consegui comprar uma televisão que a minha a muito tempo que não prestava mais, um sonho meu... eu vendo uns coisinhas em casa, isso que ajudar a pagar as contas (JACQUELINE BEZERRA,36 anos)

No Brasil, em 2003, segundo os dados do MDS, 12% dos brasileiros estavam na condição de pobreza extrema e, em 2008, esse percentual diminuiu para 4,8%.Corroborando com esses dados vem o estudo do IPEA (2013), que aponta o aumento de 14% na renda per capita domiciliar entre os 10% mais pobres no período de 2011 a 2012.

Em janeiro de 2016, em comparação ao mesmo mês do ano passado. O poder de compra dos beneficiários do PBF caiu 14% em 12 meses, a maior queda desde que o programa federal atingiu a marca de 10 milhões de beneficiários, em 2006. Esse número leva em conta o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).⁴¹ Como podemos verificar no quadro 3 abaixo:

⁴¹ Em janeiro, o valor médio pago foi de R\$ 161, R\$ 6 a menos que o valor pago 12 meses antes. No período, a inflação oficial foi de 10,67%. A última vez em que houve queda nominal do valor médio foi entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006

VARIAÇÃO DO BENEFÍCIO MÉDIO DO BOLSA FAMÍLIA

ANO	VALOR MÉDIO	AUMENTO MÉDIO	INFLAÇÃO ANO ANTERIOR
2004	R\$ 72,33	-	-
2005	R\$ 64,18	-11,3%	7,60%
2006	R\$ 59,83	-6,6%	5,69%
2007	R\$ 60,71	1,4%	3,14%
2008	R\$ 73,06	20,3%	4,45%
2009	R\$ 81,57	11,6%	5,90%
2010	R\$ 90,13	4,9%	4,31%
2011	R\$ 91,85	1,9%	5,91%
2012	R\$ 116,94	27,3%	3,87%
2013	R\$ 144,91	23,9%	5,83%
2014	R\$ 150,27	3,6%	5,91%
2015	R\$ 167,56	11,5%	6,41%
2016	R\$ 161,26	-3,8%	10,67%

Fontes: IPCA/IBGE

Sobre este quadro de queda no poder de compra dos beneficiários em 2016, o governo federal, afirma que se deve ao aumento de renda declarada dos beneficiários, que reduz o valor do benefício.

Mesmo com essa queda atual, torne-se evidente a contribuição dos rendimentos do PBF, nas vidas das famílias assistidas, quanto ao poder de comprar, e ao acesso de bens que contribuem para melhoria das condições de vida da família.

Contudo acreditamos que por si só o PBF não muda de forma permanente as condições sociais das famílias que vivem na pobreza extrema, foco das PTRs.

4.7-Mudanças percebidas pelas mulheres entrevistadas após o recebimento dos recursos do PBF.

Comungamos da idéia proposta por Rego (2013), que considera a situação de pobreza material aguda gera sentimentos de humilhação, em falta de autoestima e de autorespeito.

Ao longo das entrevistas, podemos verificar nas falas das mulheres, outros pontos importantes para compreensão das relações de gênero e de empoderamento dessas mulheres. Como a elevação da auto estima, aumento de autoridade familiar, participação nas decisões econômicas, pode de decisão, liberdade , autonomia.

Ai assim mudou muito, eu agora com esse dinheiro, mudou eu pude ajudar, eu tenho ali, eu me sentia melhor, com mais auto estima por que a pessoa desempregada e sem dinheiro não é nada, nem comprar fiado a gente pode. LIDIANE ALVES, 35 anos)

melhora a vida, a autoestima da gente né? A pessoa sem dinheiro se sente fora do mundo. SANDRA MARIA (34 anos)

mudou também minha autoridade com eles, por que antes quando eles não queriam ir pra escola eu deixava, hoje eu sei que a importância e não deixo eles faltar (LIDIANE ALVES, 35 anos)

depois dos cursos,de receber todo mês da lotérica eu me sinto mais respeitada até pelos outros e posso dormir melhor sabendo que vou ter o que comer das criança.(CRISTIANE SANTOS,36 anos)

antes quando eu era casada tudo... qualquer centavo eu teria que pedir ao meu marido, hoje embora seja muito pouco eu tenho a autonomia de decidir o que fazer com ele... e isso é muito importante, e sinto mais forte sabe.(ADRIANA RODRIGUES (31 anos)

Se mudou a forma como me vejo? Nunca pensei nisso não..me preocupo mais com meus filhos mesmo e se eles estão bem é o que é importante.(PATRICIA LAURENTINO,33 anos)

agora eu me vejo como gente... me olho no espelho e me vejo uma mulher melhor, aumenta a auto estima da gente com certeza (CARLA ALVES ,31 anos)

A partir dos discursos dos sujeitos em questão, no caso as mulheres beneficiárias do PBF, podemos inferir que o Programa trouxe a elas mudanças nas dinâmicas sociais as quais estão inseridas, seja no campo familiar, social ou econômico, conferindo a elas mais cidadania, auto estima e autonomia, dignidade.

com esse dinheiro o bolsa família, a gente deixa de depender só do dinheiro deles e comprar o que a gente quer, o que a gente acha que

é importante...eu posso ter mais liberdade com ele, sabe? a pessoa sem trabalhar perde toda a auto estima, vive mais triste, esse dinheiro é muito pra quem não tem nada. (TALITA MAYARA, 24 anos)

e com essa ajuda do bolsa família eu sai da rua, melhorou muito como os outros olham pra mim agora, com mais respeito, dignidade. (ANA PATRÍCIA SOUZA, 26 anos)

Essa concepção também pôde ser constatada por Rêgo(2006), em suas pesquisas sobre o PBF na região com os maiores índices de pobreza Brasil, Piauí, Maranhão e incluindo Alagoas, para a autora mesma o valor do benefício sendo pequeno, podem se perceber repercussões importantes como “a formação inicial de um sentimento de autonomia individual,” a sensação de capacidade mínima para programar a própria vida, além de um sentimento de vivência de algo novo, semelhante à percepção de possibilidades decisórias sobre seus destinos, um sensação de pertencimento da sociedade.

em sempre tive autonomia em casa por que sempre trabalhei, sou cabeleireira e sempre tive meu dinheirinho o que o bolsa me ajuda mesmo é com meus filhos, a vida na escola deles e como mulher a gente poder fazer o que quer com o nosso dinheiro é muito bom. (MARIA GABRIELA TENÓRIO, 33 anos)

Nas falas das mulheres, podemos verificar também mudanças sutis nas relações de gênero, na alteridade com seus parceiros, demonstrando assim uma mudança na forma como as mulheres enxergam as estruturas de dominação. E como essa noção previa de empoderamento sentido pelas mulheres, fere a posição de dominação masculina, adotada pelos homens no mundo social.

depois quando a gente depende de tudo de um homem a gente se sente humilhada e depois que eu comecei a receber esse dinheiro, isso tem mais ou menos um ano já, eu vi que isso mudou dentro de casa, por que quando a gente tem o nosso dinheiro a gente compra o que quiser, sem ter que pedir a ele, por isso hoje eu me sinto importante, mais valorizada, muito melhor.. e ele acho que num gostou muito não gostou assim por que agora não me da mais dinheiro, mas me vendo fazer o que eu quero ele as vezes fica de cara feia. (MAILDES SAUDINETE, 46 anos)

depois que comecei a receber me senti mais valorizada dentro da minha casa, até me marido agora me escuta mais quando tem alguma coisa pra decidir dentro de casa, por esse dinheiro já a pra ajeitar algo dentro de casa e eu não preciso toda vez está pedindo a ele. (VALDIRENE MIRANDA, 47 anos)

A partir da análise feita pro Rêgo e Pinzzani(2013), é possível de forma mais direta nortear nossa pesquisa no que tange as categorias de gênero e

empoderamento enquanto categorias relacionais para compreender como se dá o empoderamento de mulheres assistidas pelo PBF na cidade de Maceió.

Importante compreender que o empoderamento não é uma variável unidimensional, universal ou homogênea, mas sim apresenta varias níveis e facetas. Como bem apresentado por Horochovski(2006), enquanto categoria analítica:

Processo e resultado de ações individuais e coletivas, o empoderamento apresenta múltiplas dimensões, a partir das quais pode-se operacionalizá-lo em pesquisas e intervenções nos mais diversos contextos. Podendo ser classificado em alguns níveis; 1) níveis ou sujeitos de empoderamento; 2) motivações do empoderamento; 3) poderes (ou recursos do empoderamento); 4) modalidades de empoderamento; e, 5) escopo da intervenção e das políticas de empoderamento. No emprego da categoria, duas ou mais dessas dimensões podem ser relacionadas entre si, o que resulta em inúmeras possibilidades de estudos e ações. (HOROCHOVSKI, 2006, p.16)

Ao analisar as percepções, as ações e as subjetividades das mulheres entrevistadas, procuramos compreender o processo de empoderamento supostamente adquirido por mulheres através do recebimento do BPF, a partir das noções de campo e *habitus* de Bourdieu (2014).

Assim, para o autor, os campos são representados por espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada por essas próprias ações. Dialeticamente, esses espaços, ou estruturas, trazem em seu bojo uma dinâmica determinada e determinante, na mesma medida em que sofrem influências e portanto modificações de seus atores.

Assim, as disposições (*habitus*) são inseparáveis das estruturas que as produzem e as reproduzem, tanto nos homens quanto nas mulheres, e em particular de toda a estrutura das atividades técnico-rituais, que encontra seu fundamento último na estrutura do mercado de bens simbólicos. As mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujos sentidos se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens. (BOURDIEU, 2014, p.65)

Enquanto que a noção de *habitus*, se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade.

A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam. A análise de Bourdieu tende, assim, a enfatizar a importância de se estudar o modo de estruturação dos *habitus* através das instituições de socialização dos agentes. (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 1994, p. 17, 18)

O *habitus* é formado pela socialização dos indivíduos nos diferentes campos, funciona como um saber social que se adequa à ação dos indivíduos de acordo com as regras do campo, sem que para isso ele necessite refletir antes de realizar a ação estruturante da realidade social. Visto como sistemas das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador dos conjuntos de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2005, p. 191)

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.

Trazendo essas questões para nossa realidade aqui pesquisada, no caso das mulheres beneficiárias do PBF, podemos então compreender que o fato delas receberem este recurso, contribui para uma mudança do *habitus* dessas mulheres, através do aumento do capital econômico que interfere diretamente na conquista de outros capitais simbólicos, cultural.

Sendo a relação de *habitus* e campo social, umas relações dialéticas, entendemos que essa mudança sofrida pelas mulheres, pode alterar de forma lenta e gradual dimensões objetivas e subjetivas, de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o PBF uma política pública de distribuição de renda através do acesso a áreas da saúde, educação e assistência social, faz-se necessário salientar que no Brasil a pobreza assume um caráter preocupante tanto para os que representam as esferas políticas quanto para quem vive esta realidade permeada por desigualdades sociais. O perfil dos beneficiários do PBF é, família em situação de vulnerabilidade, sem acesso a políticas públicas de infra-estrutura básica, com baixos índices de escolaridade, submetidas o trabalho precário.

A pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo, apesar do declínio que vem sendo registrado acerca desse índice (SILVA, 2010). Neste sentido Romano (2002) aponta que a abordagem do empoderamento implica no desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades.

Segundo Weber o patriarcado não se limita a um momento histórico, sendo uma situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas (WEBER, 1964: p.184).

Esta representação do patriarcalismo que têm os homens como figuras detentoras do poder de decisão ainda é evidente nos dias atuais, sendo visto também como um impeditivo no processo de autonomia, representatividade e reconhecimento enquanto cidadãos para as mulheres, seja ela realizada de maneira simbólica ou social.

A assimetria da distribuição de poder entre homens e mulheres e suas bases, a construção social de papéis, a subordinação feminina e dominação masculina, são alguns dos componentes que constantemente estão relacionados com as questões de gênero, que para alguns autores como Joan Scott, defende a idéia de que é preciso realizar uma análise relacional em

consonância com raça e classe para se ter chegado a formação e superação das estruturas sociais de dominação que promovem as desigualdades sociais e de gênero, e que sem fazer uma análise levanto em considerações outros indicativos, está proposta de superação se torna relativa e não atende a gama de diversidade e complexidade a qual as questões relacionadas as desigualdades de gênero estão relacionadas.

Neste contexto marcado pela dominação masculina, se percebe que mesmo entre as mulheres, diferenças econômicas e culturais, que afetam entre outras coisas na forma objetiva e subjetiva de sentir e de vivenciar a dominação masculina, sem anular a diminuição do capital simbólico por ser mulher. Isso ocorre na forma como elas conquistam autonomia e como o empoderamento pode atingir níveis diferentes.

Após o recebimento dos recursos do PBF, podemos verificar que as mulheres passaram a se sentirem mais respeitadas pelos filhos e maridos, conquistando maior poder de decisão. Da mesma forma, podemos perceber também que, o aumento da renda proporcionado pelo Programa, incidiu numa maior autonomia na escolha e no poder de compra, o fato do recurso ser algo regular gerou nas mulheres, que em sua maioria é quem é responsável por garantir o sustento da família, maior tranquilidade para o cuidado com os filhos.

Conseqüentemente gerando uma sensação de independência econômica em relação aos companheiros (casos em que os possui). No entanto este recurso, segundo as falas das mulheres entrevistadas, não é visto como fonte única de renda familiar e sim como um valor que lhe dá segurança e auxiliar na sobrevivência, visto que muitas delas possuem trabalhos temporários e esporádicos.

Partilhamos em nosso trabalho da idéia apresentada por Bronzo (2008) que o PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na auto-estima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público. Ele possibilita às mulheres um maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro e a gestão dos assuntos domésticos.

Vale salientar que, em nossa pesquisa tornou-se inviável a análise da autonomia das mulheres em relação aos homens, visto que a maioria das entrevistadas possui o estado civil de solteira e, portanto buscar essa alteridade torna-se algo não reconhecido por elas. Mesmo a análise da

autonomia em casos em que a mulher tem um companheiro, podemos verificar uma autonomia relativa.

Portanto, acreditamos que a afirmativa de que o Bolsa Família legitima e reafirma os papéis sociais de gênero, por selecionar as mulheres com a justificativa de ela como mãe e cuidadora do lar, poderia administrar melhor os recursos, é um ponto delicado que necessita de um aprofundamento investigado mais específico. E se pôde observar diante de nossa investigação, após as entrevistas foi que para elas isso não ocorre, pelo simples fato da mulher ser beneficiária titular do Programa, visto que o papel de mulher enquanto administradora do lar, mãe, cuidadora está nas estruturas e relações sociais de uma sociedade e das desigualdades de gênero.

Atualmente a dominação masculina, não se coloca mais com a verdade absoluta, algo incontestável, fato este que se deve em grande parte ao trabalho do movimento feminista que trouxe ao debate a contestação dos papéis de gênero na sociedade, bem com as estruturas de dominação. Trazendo algumas conquistas femininas, seja no campo do trabalho, das questões relacionadas ao poder sobre o corpo e sexualidade, a participação da mulher na política, ao acesso a escolarização, independência financeira, mudanças na estrutura familiar entre outras. Transportando essas mulheres do espaço privado ao espaço público, trazendo novas percepções, interesses e ações.

Historicamente e culturalmente, quando pensamos nos papéis de gênero, estes que são socialmente construídos, ficam perceptíveis a supremacia do gênero masculino sobre o feminino, a figura do homem ocupando um lugar de poder, sejam nos espaços públicos ou privados, como a família. Assim, entendemos que quando o Programa Bolsa Família dá preferência à mulher como titular, dá a elas também, além de um valor monetário, o poder de escolha, de decisão, autonomia, auto-estima e isso se constituiu em um processo de empoderamento, que embora lento, é de grande importância para sua emancipação individual e social além de ajudar a transformação das relações de gênero.

A experiência do PBF, que fornece um rendimento regular para a grande maioria das mulheres, é muito nova para a maior parte delas. Impactou-lhes a vida; contudo, continuam pobres e carentes de inúmeros direitos. Demora certo

tempo para que revelem as alterações mais complexas, em especial, as referente a decisões de ordem moral, como separações conjugais ou o desejo de fazê-las.(REGO, PIZZANI, 2013, p.17)

Com o PFB, podemos verificar que o recebimento do bem monetário auxilia no desenvolvimento da autonomia das mulheres, porém essas mudanças não são percebidas de forma linear e homogênea em todas elas, essa percepção sofre interferências de vários fatores como, grau de escolaridade, condição sociais, mesmo em mulheres com perfil econômico, social parecidos podemos encontrar variações no grau de autonomia e conseqüentemente e empoderamento.

O empoderamento está mais ligado então a dar as mulheres, o poder de decidir sobre suas vidas, no caso das mulheres entrevistadas o empoderamento econômico de certa forma leva a essas mulheres mudanças não apenas econômicas, mas mudanças de ordem simbólicas e subjetivas que afeta suas vidas de forma coletiva e individual. Mas o empoderamento adquirido não tem o poder de romper com estruturas sociais de dominação, mas auxilia a indagar e refletir sobre o papel das mulheres, nestes espaços em que há predominância da dominação masculina.

Atualmente o percentual de mulheres titulares do PBF atinge mais de 90% dos beneficiários do Programa.Podemos observar que a mulher assume maior controle sobre o que se compra para dentro de casa, bem como aumenta seu poder de consumo, desta forma, acreditamos que o Programa pode oferecer uma condição de maior autonomia entre as beneficiarias.Além de representar mesmo que de formas diferentes maior liberdade de escolhas, estas relacionadas tanto a sua própria vida, como em relação a decisões no seio familiar, fato que alguns casos causam mudanças tanto em relação a forma como estas mulheres se percebem quanto em relação aos seus companheiros.

Se tratando da relação dos efeitos do PFB no empoderamento das mulheres, acreditamos que por esta ser uma PTR e ter como artifício o bem monetário,falar do empoderamento econômico traz reflexões importante sobre de que maneiras outros tipos de empoderamento se dá. Visto que o acesso a

bens monetários pode trazer a essas mulheres o desenvolvimento de capacidades individuais, sociais e políticas.

Por isso, podemos constatar que o recebimento da renda monetária disposta pelo PBF, representa um artifício importante, porém não único e suficiente para o desenvolvimento da autonomia, auto estima para as mulheres beneficiárias do Programa.

Diante destes indicativos se torna necessário fazer uma análise dos impactos do Bolsa Família, embora sabemos que todo e qualquer política públicas ou programa social não possui alcance total e não resolve a miséria, preconceitos, desigualdades sociais e de gênero, elas ajudam a fortalecer os atores sociais e dar igualdade de direitos sociais e oportunidades aos cidadãos.

Refletir o papel da mulher, suas conquistas e desenvolvimentos a partir do recebimento Programa Bolsa família, nos remete analisar também a relação conflitante da tríade classe, gênero e raça. Ao adquirir o benefício a mulher que assume o poder de decidir sobre o uso do valor, aumento seu poder de compra, se sentido parte da sociedade, a imagem de mãe cuidadora, responsável pelos filhos ao menos tempo em que é reforçada pelas diretrizes do programa, pode assumir outra vertente quando centralizada os cuidados e decisões na figura materna, aqui o empoderamento econômico, pode trazer uma tomada de poder, autonomia e mudanças de posturas e ações destas mulheres, nos mais diversos setores da sociedade.

Por fim podemos compreender que, o processo de empoderamento das mulheres pobres significa um passo importante na promoção de mudanças das relações sociais e de gênero e que, ao mesmo tempo, contribui de maneira significativa para o desenvolvimento e elevação da dignidade familiar e comunitária

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Ana Paulla da Silva. **O povo brasileiro sob a ótica de alguns pensadores das Ciências Sociais. Avanço de investigação em curso.** Grupo de Trabalho 17: Pensamento Latino-americano. Porto Alegre, 2010.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência : Filosofia e prática da pesquisa** /Fabio Appolinário. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de, et al. **Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias de pescadoras artesanais de pernambuco.** Amazônica - Revista de Antropologia, Vol. 4, No 2 (2012)

BANDEIRA. Lourdes. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas.** CEPAL, 2004

BATLIWALA, S. (1994). **“The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”**. In. G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), Population policies reconsidered: health, empowerment and rights, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.

BAYLÃO. André Luis da Silva, SCHETTINO. Elisa Mara Oliveira. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro.** XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo.** Tradução Sérgio Milliet, Vol 2. São Paulo: Círculo do livro, 1990.

BEZERRA, Francisco Diniz. **Análise dos impactos do Programa Bolsa Família no desenvolvimento do Nordeste.** Banco do Nordeste, Fortaleza, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria helena Kühner - 6ª Ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

_____. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

_____. Entrevista a Yvette Delsault: **Sobre o espírito da pesquisa**. Tempo Social, v.17, n.1, p.175-210, ,2005.

BRONZO, C. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas**. In: ENANPAD, XXXII, 2008.

CALDAS. Renata de Melo. SAMPAIO. Yone de Sá Barreto. **Pobreza no Nordeste Brasileiro: Uma análise Multidimensional**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, jan-abr/2015.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. vol. II. "O poder da Identidade"**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, H.; WALTER, M. I.; SANTANA, C.; STEPHANOU, M. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009, p.333-355

CASTRO. Jorge Abrahão de. **Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.**

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

COLARES, Mônica Socorro Pereira. **Programa de Transferência de renda no Brasil e seus desafios futuros**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

CONCEIÇÃO. Antônio Carlos Lima da. **Teorias feministas: da "questão da mulher" ao enfoque de gênero**. 2009.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres**. In: Caderno do Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião, Vitória da Conquista-BA, 2000.

CRUZ. Luciana Ramirez. **Programa Bolsa Família: Aproximações e Potencialidades**. Universidade Federal de Campinas, 2011.

DALLAGO. Cleonilda Sabaini Thomazini. **Estado e Políticas Sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza**. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. III Jornada

Internacional de Políticas Públicas. Questão social e desenvolvimento no século XXI. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

DAMATTA, Roberto ,1936.**O que faz o Brasil, Brasil/Roberto DaMatta.** – Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Dicionário Aurélio (on-line). São Paulo: Positivo Informática, janeiro de 2008. Disponível no world wide web: <http://>

DIETERICH, Emília. **A perspectiva do gênero nos estudos da masculidade: análise da personagem Orlando de Virginia Woolf.** *Revista Eventos Pedagógicos* v.3, n.1, Número Especial, p. 392 – 398, Abr. 2012

DI GIOVANNI, G. **Sistema de proteção social: uma introdução conceitual.** In: OLIVEIRA, M. A. de (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.* Campinas-SP: IE/UNICAMP, p. 9-29,1998.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social;** São Paulo: Martins Fontes; 2010; p. 1-109.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no Brasil (1964-2002) : entre a cidadania e a caridade.** Campinas/SP, 2005.

FALEIROS, V. P. **O que é política social.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas.** *Revista Estudos Feministas*, São Paulo. 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. _____. *Pedagogia do oprimido.* 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOFFMANN, R. **Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005 e delimitação dos relativamente ricos em 2005.** In Barros, RP. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.* v1, IPEA. 2006.

GONH, Maria da Glória. **Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais.** *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota- 6ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções 1789-1848.** 18 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Empoderamento: definições e aplicações.** Paraná , 2006.

LALANDE, ANDRÉ. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAGO, Mara Coelho de Souza (org). **Narrativas sobre o Programa Bolsa Família em Florianópolis**. Estud.Social,Araraquara,v,19,2014.

LISBOA,Teresa Kleba.**O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais**. Florianópolis, 2008.

MAGESTE. Gizelle de Souza.**Histórias de Empoderamento: Um estudo sobre o processo vivenciado por mulheres que ocupam cargos de altos escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte**.Belo Horizonte, 2008.

MARINHO,Emerson,LINHARES,Fabricio,CAMPELO,Guaracyane.**Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?** Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS,Clitia Helena Backx.**Trabalhadores na reciclagem do lixo: Dinâmicas Econômicas, Socioambientais e políticas na perspectiva do empoderamento**.Tese(doutorado).Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Programa de Pós Graduação em Sociologia.2013.

MARX, K. & Engels, F. **Manifesto do partido comunista**.Porto Alegre: L & PM. 2005

MILWARD,Julianne Alvim. **Estudo da Trajetória do Sistema de Proteção Social Brasileiro até a Abertura Democrática**. XXXIII Encontro da Andap.São Paulo/SP, 19 a 23 de setembro de 2009.

MELLO, Janine. [março. 2015] **Entrevista concedida ao Jornal do Canal TVNBR, publicada no Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=45b5R-vfFY0>

MENEZES, Marilda. **A História oral: uma metodologia para o estudo da memória**. In: Vivência,nº 28, 2005, p.23-36.

MESTRENER, Maria L. **O Estado entre a Filantropia e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001, 320p.

MOREIRA,N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Percepção dos Agentes dos Centros de Referência de Assistência Social**. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012.

- OLIVEIRA. Almir Almeida de. **Observação e Entrevista em Pesquisa Qualitativa**. Revista FACEVV | Vila Velha | Número 4 | Jan./Jun. 2010 | p. 22-27
- ORTIZ. Renato (org). **Pierre Bourdieu/Sociologia**, 19ª Ed, São Paulo, Editora Àtiva, 1994.
- PEDRO. Maria Joana. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.
- PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os significados do programa bolsa família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. Fortaleza, 2010.
- PEREIRA. Potyara A.P. **Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo. Cortez, 2000.
- PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.
- PINHEIRO. Vinícius C **Modelos de Desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica**. Planejamento e políticas públicas Nº 12 - Jun/Dez de 1995.
- PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Leão. **Vozes do Bolsa Família : Autonomia e Dinheiro e Cidadania**. Editora Unesp, 2013.
- QUEIROZ. Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia**. Claves n. 2 - Novembro de 2006.
- REGO. Walquiria Leão. **Bolsa Família: Um direito Fundamental**. São Paulo. 27 de out 2006. Disponível em :WWW.valoronline.com.br/indique.aspx>
- RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas**. Cadernos 12: Estudos de Gênero, CFêmea, Goiânia, p. 99-112, 2003.
- ROCHA. Sônia. **Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda**. Fundação Getúlio Vargas – RJ, 2004.
- ROMANO, Jorge. O. **Empoderamento e direitos no combate** Rio de Janeiro : ActionAid Brasil , 2002
- ROSALDO, Michele Zimbalist: **A Mulher, a Cultura e a Sociedade: uma revisão teórica**. In: A mulher, a cultura e a sociedade. Tradução de Cila Ankier

e Rachel Corenstein. Coleção O Mundo Hoje, Vol. 31. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. Publicado originalmente em Signs: Journal Of Women in Culture and Society.Spring, Vol 5. N.3:389-417.Tradução de Cláudia Fonseca. 1998.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado de Providência. Lisboa: Editorial Inquerito**. 1981.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social. Brasília: Instituto Teotônio Vilela**, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth, “**Rearticulando Gênero e Classe Social**”, in COSTA,Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.), Uma Questão de Gênero, São Paulo, Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos. 1992.

SIMMEL.Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia. Indivíduo Sociedade**.Zarah, 2006.

SANTOS. Anna Kariny da Silva ,AYRES. **Carlos Antônio Mendes de Carvalho Buenos. Bolsa Família Novas Estratégias de Combate a Miséria: O caso do Dirceu**, XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL 2012.

SANTOS. Soraya Vieira. **A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt**. Universidade Federal de Goiás, 2011.

SPOSATI, Aldaiza **O. Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986

SARDENBERG, Cecília M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico**. In: Célia Gurgel (org.) Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004.

SARTI, Cynthia A. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro**. In: Cadernos Pagu, Campinas, nº 16, p. 31-48, 2001.

SCOTT, Joan. “**Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**”. In Educação e Realidade. vl. 20, n. 2, p. 71-99, Porto Alegre: Pannonica. 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria Útil para a Análise Histórica**.1990.

SILVA, Crísthenes Fabiane de Araújo. **Elas em Foco: A Produção sobre a Mulher e Questões de Gênero na Universidade Federal de Alagoas**. Trabalho de Conclusão de Curso, ICS/UFAL. Maceió: 2013.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da S. e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. In: Ciência e Saúde Coletiva, v.12, nº 6 pp.1429- 1439. Rio de Janeiro. Nov./Dez. 2007.

_____, _____. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria, **Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 45-64, jul.-dez./2007.

TREBITSH, Michel. **A função epistemológica e ideológica de História Oral no discurso das Histórias contemporâneas**. In: Moraes Marieta(org), História Oral. RJ: Diadorim/FINEP, p,19-43. 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação** /Augusto Nivaldo Silva Triviños . -.ed – 20.reimp – São Paulo : Atlas, 2011.

YASBEK, **Maria C. Proteção Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

YASBEK, M.C. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS** . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica. 1964.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant & Paulo Freire**. Edipucrs. Porto Alegre. 2007.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/mulheres-representam-93-dos-titulares-do-bolsa-familia/>

<http://www.pnud.org.br/>

<http://www.suapesquisa.com/capitalismo/>

http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=98:a-globalizacao-e-o-capitalismo-contemporaneo-resenha-de-milton-pinheiro&catid=2:artigos

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABXw0Al/papel-mulher-no-contexto-familiar>

http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_Politic_as_Publicas.pdf

<http://www.tribunahoje.com/noticia/138271/site/2015/04/14/mais-de-cinco-mil-familias-sairam-da-linha-de-pobreza-em-alagoas.html>

<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>

<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v15n42/1741>

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2007/marco/bolsa-familia-reforca-autonomia-e-auto-estima-das-mulheres>

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/janeiro/bolsa-familia-complementa-renda-de-14-milhoes-de-familias-em-janeiro>

<http://www.alagoas24horas.com.br/887382/alagoas-103-mil-beneficiarios-bolsa-familia-melhoraram-de-vida/>

<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>

<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticias/2015-1/6/programa-estadual-beneficiara-gestantes-alagoanas-do-bolsa-familia>

<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-pesquisadora-que-foi-ao-cerne-do-bolsa-familia>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mais-mulheres-sao-chefes-de-familia-e-jovens-optam-por-ser-mae-mais-tarde.html>

http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/ped_estudos_especiais/mulher_chefe.pdf

<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/09/centro-internacional-de-politicas-para-o-crescimento-comemora-10-anos>

<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2015/06/29/resenha-relatorio-progresso-das-mulheres-no-mundo-2015-2016-transformar-as-economias-para-realizar-direitos-onu-mulheres/>

<https://www.significadosbr.com.br/nis>

https://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=fr&tl=pt&u=https%3A%2F%2Ffr.wikipedia.org%2Fwiki%2FAndr%C3%A9_Lalande_%28philosophe%29

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza>

<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/revolucao-de-1930/>

<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=10629>

http://congemas.org.br/basehistorica/exibe_memorial.php?idmem=84

<http://extra.globo.com/noticias/brasil/brasil-tem-162-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza-que-vivem-com-ate-70-por-mes-1721869.html#ixzz4C9h5Tbcq>

<http://www.ipeadata.gov.br/>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/03/20/apos-10-anos-beneficio-medio-do-bolsa-familia-cai-e-reduz-poder-de-compra.htm>

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

NOME:

IDADE:

REGIÃO:

SEXO:

COR/ETNIA:

ESCOLARIDADE:

NÚMERO DE FILHOS:

OCUPAÇÃO:

QUANTAS PESSOAS MORAM NA RESIDÊNCIA:

QUANTO TEMPO RECEBE O BF: